VIBRA



Demonstrações financeiras e relatório dos auditores independentes

Vibra Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2024

SUMÁRIO

Relatório da Administração....2
Balanços patrimoniais individuais e consolidados....23
Demonstrações do resultado individuais e consolidadas....24
Demonstrações de resultados abrangentes individuais e consolidadas....25
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas....26
Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidadas....27
Demonstrações do valor adicionado individuais e consolidados....28

1 Considerações gerais....29
2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis....29
3 Uso de estimativas e julgamentos....30
4 Políticas contábeis materiais....31
5 Novas normas....31
6 Caixa e equivalentes de caixa....33
7 Contas a receber, líquidas....33
8 Estoques....35
9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes....36
10 Investimentos....37
11 Imobilizado....44
12 Intangível....47
13 Fornecedores....49
14 Financiamentos....50
15 Arrendamentos....54
16 Tributos....57
17 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos....62
18 Benefícios concedidos a empregados....66
19 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)....77
20 Patrimônio líquido....78
21 Receita de vendas....82
22 Custo e despesas por natureza....83
23 Resultado financeiro, líquido....85
24 Informações por segmento....86
25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências....89
26 Compromissos contratuais....99
27 Instrumentos financeiros....100
28 Gerenciamento de riscos....102
29 Partes relacionadas....114
30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa....117
31 Evento Subsequente....117

Declaração dos diretores sobre as demonstrações contábeis e sobre o relatório dos auditores....119
Membros do Conselho de Adminstração e Diretoria Executiva....120
Relatório Anual Resumido do Comitê de Auditoria Estatutário....122
Parecer do Conselho Fiscal....126
Relatório dos auditores independentes....127

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Gestão sólida consolidando trajetória de rentabilidade em 2024

O ano de 2024 foi um marco para a Vibra, destacando-se como um período de conquistas estratégicas que consolidaram nosso posicionamento como a maior plataforma multienergia do Brasil. Com uma gestão disciplinada, entregamos resultados sólidos, aumentando ainda mais o patamar de rentabilidade da Companhia. Avançamos em todas as cinco avenidas de crescimento, assegurando rentabilidade, eficiência e expansão de mercado. O volume de vendas em 2024 foi de 35.821 mil m³, com um Ebitda Ajustado de R$ 6,3 bilhões (excluindo os efeitos da recuperação tributária extraordinária - LC 194/22 – R$ 4.610 milhões), gerando uma margem Ebitda Ajustada de R$ 175/m³. Nosso fluxo de caixa livre (FCF) totalizou R$ 3,3 bilhões no ano, garantindo a solidez financeira da companhia. O lucro líquido alcançou R$ 6,4 bilhões e encerramos com alavancagem de 0,9x, denotando uma posição financeira robusta.

Fortalecemos ainda mais nossa liderança no mercado de combustíveis, valorizando nossa rede embandeirada e reforçando nossa posição nos segmentos premium, através da entrega de uma proposta de valor cada vez mais importante e a centralização do *pricing*. Estabilizamos o *market-share* de nossa rede embandeirada ao longo do ano, com um nível de rentabilidade superior aos anos anteriores, refletindo nosso foco na qualidade e fidelização da revenda. A BR Mania expandiu sua presença e faturamento, atingindo um novo patamar de eficiência e experiência para nossos clientes. Inclusive, todo este foco na nossa rede fez com que atingíssemos a liderança como a marca preferida, mais confiável e com o melhor combustível do Brasil.

No segmento B2B, consolidamos nossa estratégia de priorizar clientes diretos, melhorando nossa rentabilidade e ampliando a oferta de soluções integradas. O agronegócio foi um grande impulsionador da demanda, alinhado com os investimentos em infraestrutura e logística para atender com ainda mais eficiência esse segmento estratégico. O mercado de aviação apresentou forte recuperação, tivemos crescimento de cerca de 10% em nossos volumes em relação à 2023, mantendo nossa liderança absoluta nesse segmento.

Nossa infraestrutura logística foi um diferencial competitivo essencial ao longo de 2024. Realizamos investimentos estratégicos em novas bases operacionais, ampliando nossa presença em regiões-chave como Santarém, Belém e Miritituba. Com uma gestão e modelo de sourcing eficientes, através do planejamento integrado, conseguimos minimizar volatilidade e assegurar a rentabilidade da companhia. A capacidade de adaptação e a eficiência logística foram essenciais para capturar oportunidades e mitigar desafios no mercado de combustíveis.

A Vibra fortaleceu sua presença no mercado de lubrificantes em 2024, expandindo sua oferta de produtos de alto valor agregado ao longo do ano, viabilizada pela expansão e modernização de nossa planta, habilitando a marca Lubrax em segmentos estratégicos como montadoras e agronegócio. Além disso, nos estruturamos para avançar no mercado latino-americano, ampliando exportações e aproveitando sinergias logísticas. A Lubrax+ manteve sua trajetória de crescimento e fortalecimento como a maior rede de serviços automotivos do Brasil, ampliando a penetração na nossa base de clientes B2B e na rede de postos.

Na frente regulatória, tivemos avanços importantes na agenda de combate à informalidade no setor de distribuição, com a regulamentação da monofasia do PIS e da Cofins para o etanol e a nova lei do programa Renovabios. Acreditamos que estamos em um momento importante, com avanços estruturais para o setor, reduzindo oportunidades de concorrência desleal e trazendo maior previsibilidade ao mercado.

O ano foi um marco para a transição energética da Vibra, com o *signing* da aquisição dos 50% restantes da Comerc, consolidando nossa liderança no setor de energia renovável, com um portfólio robusto de geração solar e eólica, eficiência energética e comercialização no mercado livre. Esses movimentos reforçam nosso compromisso em liderar a transformação energética no Brasil.

PERFIL DA COMPANHIA

A Vibra Energia, originalmente constituída em 1971 como Petrobras Distribuidora S.A, foi criada para assumir as atividades de distribuição e comercialização de produtos de petróleo e derivados da Petrobras. Em julho de 2019, a Petrobras realizou uma operação de *follow-on*, vendendo parte de sua participação e realizando uma das maiores privatizações via mercado de capitais no Brasil. Em julho de 2021, a Petrobras completou seu processo de desinvestimento na empresa, que passou a se chamar Vibra Energia, dando início a uma nova fase com a adoção de uma nova marca e identidade corporativa.

A Vibra é líder no mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes no Brasil, com a maior capilaridade do setor. A empresa atende 7.897 postos de serviço com a bandeira Petrobras e cerca de 18 mil clientes B2B. Sua infraestrutura logística é extensa e incomparável, com cerca de 98 unidades operacionais focada no suprimento de combustível de todo país. A Vibra também possui a maior fábrica de lubrificantes da América Latina, 5ª maior do mundo, e atua em 94 aeroportos espalhados por todo o Brasil, garantindo o atendimento eficiente às necessidades de seus clientes.

A empresa se destaca pela excelência na comercialização de combustíveis derivados de petróleo, gás natural veicular, biocombustíveis, lubrificantes e produtos de conveniência. Além disso, oferece soluções para o mercado B2B, incluindo combustíveis líquidos, óleos lubrificantes, produtos químicos e serviços associados, atendendo a diversos setores da economia. No setor de aviação, a Vibra fornece produtos e serviços em aeroportos para companhias aéreas nacionais e internacionais.

Em sua jornada rumo à transição energética, a Vibra também investe em soluções renováveis, como gestão de energia elétrica, biocombustíveis, eficiência energética, créditos de carbono, eletromobilidade e geração de energia renovável. Seu objetivo é se consolidar como uma plataforma multienergia, capaz de atender qualquer demanda energética de seus clientes.

ESTRATÉGIA ESG

A Agenda ESG da Vibra busca o avanço e aprimoramento constante visando atingir a excelência nos aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Com sete temas prioritários e alinhada a quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU, a Agenda é operacionalizada através de planos de ação e metas específicas, aplicadas em diversas áreas e monitoradas por indicadores específicos. Algumas dessas metas estão vinculadas à remuneração variável de gestores e equipes.

Para assegurar a integração dos aspectos sociais, ambientais e de governança corporativa em nossas estratégias de negócios, estabelecemos uma estrutura de governança ESG, que envolve: Conselho de Administração e Diretoria Executiva, Diretoria de Gestão da Mudança e ESG, Embaixadores ESG e Pontos focais ESG.

	ODS	Prioridades ESG	Ambição/metas
E	13 - Ação contra a mudança do clima	Descarbonização de nossas operações Escopos 1 e 2	Reduzir 67% das emissões de GEE até 2026, em relação ao ano-base 2019
			Neutralizar as emissões de GEE a partir de 2025
		Descarbonização dos clientes Escopo 3	Migrar clientes para energias mais limpas (GNL, biometano, mercado livre, entre outras) em 2024
			Neutralizar as emissões de GEE a partir de 2050
S	16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Causa social Combate à violência sexual de crianças e adolescentes	Combater a violência sexual de crianças e adolescentes, engajando a sociedade e parceiros, protegendo crianças e adolescentes e incluindo famílias
	5 - Igualdade de gênero	Diversidade e inclusão Mulheres e negros na liderança	Ter 30% de mulheres na alta liderança até 2025
			Ter 20% de pessoas negras em cargos de liderança até 2025
	8 - Trabalho decente e crescimento econômico	Segurança ocupacional Ambiente de trabalho mais seguro	Zero SIFs (lesões graves ou fatalidades)
			Limite de Alerta de 0,71 do TFCA (frequência de acidentes com afastamento)
G	16 - Paz, justiça e instituições eficazes	Ética e integridade Combate a práticas irregulares no setor	Desenvolvimento de plano de ação para toda a rede de postos
		Governança corporativa Melhores práticas em transparência e responsabilização	100% transparência sobre os canais de denúncia e estrutura de *compliance* e governança até 2025
			100% da cadeia de valor de alto risco treinada em integridade até 2027
			100% de transparência das interações com a administração pública até 2030
			Remuneração da alta administração 100% íntegra (transparência e inclusão de critérios de integridade) até 2030

Reconhecimentos

Participamos dos principais índices e ratings de mercado como o Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3 (ISE B3), CSA do S&P Global, Carbon Disclosure Project (CDP), entre outros. Obtivemos resultados positivos nos últimos anos que demonstram o avanço na nossa governança e a gestão socioambiental.

ISE B3	Listados desde 2019
ICO2 B3	Listados desde 2020
S&P Global	Fomos incluídos no *Sustainability* ***Yearbook*** 2021, 2022 e 2024 – no segmento *Retailing*
SUSTAINALYTICS	Recebemos em 2022, 2023 e 2024 o selo ***Industry Top Rated*** – no segmento de *Refiners and Pipelines*
MSCI	Rating **A** desde 2021
CDP	Pontuação B em 2021, 2022 e 2023
FTSE4Good	Listados desde 2020
	Selo ouro no *GHG Protocol* desde 2019
exame.	**Melhores** do ESG 2022 e 2023 na categoria Petróleo, Gás e Químico e, em 2024 na categoria Combustíveis e Transição Energética

Mudança do Clima

A Vibra tem o compromisso de mover o Brasil com a energia mais adequada para as necessidades de seus clientes. Isso traz a necessidade da busca constante de soluções inovadoras que também atendam às demandas da transição energética e da construção de uma economia de baixo carbono.

Nossa estratégia climática é orientada por oito eixos principais de atuação, inter-relacionados e transversais, amadurecendo nosso processo na transição energética. Esses eixos abrangem: (i) plano de redução; (ii) indicadores e metas; (iii) gestão de riscos; (iv) plano de transição; (v) engajamento; (vi) inovação; (vii) transparência; e (viii) plano de compensação.



Temos o compromisso de, até 2026, reduzir nossas emissões de escopo 1 e 2 em 67% (ano base 2019). Parte relevante dessa redução (37,9%) será oriunda do processo de desativação da usina térmica de Juruti (município do estado do Pará), região que terá um sistema interligado nacional nos próximos anos, com a conclusão das obras das linhas de transmissão de energia.

Em relação ao nosso plano de redução dos escopos 1 e 2, desenvolvemos iniciativas em termos de transporte, como a utilização de etanol por nossa frota de veículos leves dos Executivos de Vendas (EVs) e uso de energia limpa nos caminhões utilizados para abastecimento de aeronaves: veículos elétricos e que utilizem diesel verde, bem como melhorias em termos de eficiência energética (aumento do investimento), através da redução das perdas de vapor associada a nosso processo produtivo, utilização de equipamentos de fontes renováveis (empilhadeiras etc.) e também a migração de mais 7 instalações operacionais para o mercado livre, totalizando 25 (26 incluindo as de geração distribuída) unidades e a aquisição de 30 mil I-RECs (certificado de obtenção de energia de fontes renováveis).

No que diz respeito a nossa meta de emissão líquida zero para os escopos 1 e 2 a partir de 2025, informamos que esta foi antecipada através da compensação/neutralização integral das emissões de escopo 1 e 2 do ano de 2023 por meio da participação no Programa ISS Neutro, uma iniciativa pioneira da Prefeitura do Rio de Janeiro que incentiva a compra de créditos de carbono por contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS).

Adquirimos 55 mil créditos de carbono por meio da comercializadora Reflora, em uma transação intermediada pela Comerc Energia, os créditos em questão estão vinculados ao Conjunto Eólico Campo Largo e Umburanas, localizado na Bahia, que converte a energia cinética do vento em eletricidade e impulsiona o desenvolvimento socioeconômico de comunidades locais.

Como resultado de nossa atuação durante o ano de 2024, atingimos integralmente nossa meta anual de redução de 8% das emissões absolutas de escopo 1 e 2. Como parte da estratégia para diminuir as emissões do escopo 3, a empresa já alocou mais de R$ 7 bilhões em parcerias e investimentos em outras empresas (incluindo o 1T25 referente à aquisição integral da COMERC Energia). Esses recursos visam ampliar o portfólio de produtos e serviços de baixo carbono, gerando valor para os clientes e para a Vibra. Norteamos nosso plano de redução por três pilares de atuação, são eles:

- Transporte de Produto - migração do transporte rodoviário para modais mais eficientes, utilização de energia mais limpa no transporte de nossos produtos, o aumento de eficiência logística (novos pools, torre de controle, frete de retorno e otimização de rotas) e no transporte rodoviário (cubagem e engajamento junto as transportadoras);
- Soluções de Energia via a nossa Plataforma Multienergia (COMERC, EVOLUA, ZEG Biogás, EZVolt e Biocombustíveis avançados e demais novos mercados em prospecção) – fornecendo as melhores soluções para nossos clientes, aumentando nosso portifólio sob a ótica da descarbonização; e
- Gestão de GEE e Cadeia de Valor – parceria com a start *up Deep* ESG para diagnóstico qualificado e oferta de soluções para os clientes na jornada de transição energética e processo de descarbonização

A gestão estratégica dos riscos climáticos é um pilar essencial da nossa estratégia. Em 2024, conduzimos um Estudo de Riscos e Oportunidades Físicos e de Transição em parceria com uma empresa especializada, aprofundando a análise dos impactos das mudanças climáticas sobre nosso negócio, operações e cadeia de valor. O estudo avaliou diferentes cenários climáticos, considerando variáveis como mudanças na matriz energética (Tecnológico), evolução regulatória (Político Legal), transformação do mercado, preferências dos consumidores (Mercado) e aumento da preocupação das partes interessadas (Reputacional) e exposição a eventos climáticos extremos, como secas meteorológicas, anomalias de ventos, tempestades etc. Os resultados fornecem subsídios estratégicos para fortalecer a resiliência da Vibra diante das transformações globais em curso.

Aprofundando nossa compreensão sobre as emissões associadas às nossas operações e produtos, conduzimos um estudo detalhado de Pegada de Carbono em parceria com uma empresa especializada. Esse estudo quantificou as emissões de GEE ao longo do ciclo de vida completo dos 27 principais produtos da Vibra, incluindo 12 combustíveis rodoviários (+ ARLA 32), 2 combustíveis de aviação, 8 lubrificantes e 4 produtos químicos. A análise abrange desde a extração das matérias-primas, fabricação, transporte e armazenamento até o uso e descarte. Com esses resultados, aprimoramos nossa estratégia de descarbonização, identificamos oportunidades de redução de emissões em toda a cadeia e fortalecemos nossa oferta de soluções sustentáveis para os clientes, alinhadas à transição energética.

Nossa participação no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*, através da publicação de nosso Inventário Anual de Emissões de GEE foi reconhecido com o Selo Ouro, pela cobertura integral de nossas instalações e submissão à verificação de terceira parte. Também respondemos ao questionário de mudanças climáticas do CDP (*Carbon Disclosure Project*), incluindo a dimensão de *Supply Chain* e o ICO2 (Índice de Carbono Eficiente), cujo objetivo é fornecer um panorama das emissões das Companhia listadas na B3 e seu desempenho no processo de descarbonização.

Ainda nos temas de mudança do clima e transição energética, a empresa seguiu com a estratégia de fortalecimento do portfólio de produtos e serviços com o estabelecimento de parcerias para os novos negócios. Por meio de nossa Plataforma Multienergia, oferecemos produtos que contribuem para a descarbonização das atividades de nossos clientes, fortalecendo nosso posicionamento de assumir um papel ativo na transição energética do país.

Um exemplo desse compromisso é a parceria com a Volkswagen Caminhões e Ônibus, por meio da qual fornecemos, de forma pioneira, o Vibra Diesel Renovável, um combustível avançado que contém 10% de diesel renovável (HVO), um biocombustível de alta performance que reduz significativamente as emissões de gases de efeito estufa e pode ser utilizado sem necessidade de adaptações nos motores, para o primeiro abastecimento de todos os caminhões e ônibus produzidos pela montadora no Brasil. Essa iniciativa garante que os veículos saiam de fábrica com um combustível de menor pegada de carbono, impulsionando soluções mais sustentáveis para o setor de transporte.

Responsabilidade Social

A Vibra estabeleceu o combate à violência sexual contra crianças e adolescentes como sua causa social, considerando o tema uma prioridade absoluta e urgente.

Ampliamos nossas ações com a *Childhood* Brasil, da qual somos parceiros desde 2019 e atua para prevenir a exploração sexual nas rodovias brasileiras e garantir os direitos das crianças e adolescentes. Passamos a apoiar projetos sociais que atendem diretamente crianças e adolescentes, fortalecendo a rede de proteção e prevenindo a exploração sexual, além de oferecer espaços de acolhimento para as famílias.

Em maio de 2024, lançamos a campanha “Exploração Sexual Zero” para sensibilizar e conscientizar o maior número possível de pessoas sobre o tema. A campanha destacou a importância de denúncias em caso de suspeita, direcionando o público ao Disque 100, um serviço telefônico gratuito do Governo Federal para denúncias de violações de direitos humanos, assegurando sigilo e anonimato. Um filme foi lançado e divulgado em mídias de grande alcance, desdobrando a mensagem principal com o conceito “sem exploração, sem violência, com futuro” e mostrando, de forma emocional e educativa, um caso fictício que representa a realidade brasileira. Também foram publicados anúncios em veículos impressos, distribuídos materiais em postos Petrobras, divulgados posts em nossas redes sociais e realizadas ações em eventos, como a etapa da Stock Car em Cascavel (PR), com a participação de influenciadores digitais, Felipe Massa e Júlio Campos.

A campanha também foi apresentada em eventos patrocinados pela Vibra, com comunicação em telas, painéis e locuções durante os intervalos do Festival Pecuária de Goiânia (GO) e do Festival No Pelo 360 (MS). No Vibra São Paulo, casa de espetáculos com *naming rights* da Vibra, o filme da campanha foi exibido antes dos shows, e mensagens da campanha foram veiculadas nos painéis digitais disponíveis no local. Em parceria com a Opus, administradora responsável pelo Vibra São Paulo, o filme também passou a ser exibido antes dos espetáculos em outras casas da mesma empresa de entretenimento, a partir de julho de 2024: Teatro Riachuelo Natal, Teatro RioMar Recife, Teatro RioMar Fortaleza, Teatro do Bourbon Country - Porto Alegre, Teatro Bradesco e Teatro Sabesp Frei Caneca.

A campanha da causa atingiu 73% dos nossos revendedores através de ações no Vem de Vibra, divulgação em postos, Fórum Siga Bem Campinas, live específica para revendedores e Corrida Solidária no Marrocos. Ainda, 38% das equipes dos postos Petrobras foram envolvidos através do grupo no Facebook, palestras no Rio de Janeiro (RJ) e Vitória (ES), e pelo Programa Capacidade Máxima. Também atingimos 44% das nossas transportadoras por meio das divulgações realizadas na Premiação do Programa Motorista Deztaque, Fórum das Transportadoras e Casa Siga Bem. Nossos colaboradores foram engajados através do Fórum de líderes, campanha na nossa sede, comunicações internas, capacitação de multiplicadores e lives.

Estima-se que a campanha tenha alcançado mais de 7 milhões de pessoas. A iniciativa foi vencedora do Prêmio Aberje – Regional Rio de Janeiro/Espírito Santo, na categoria Sociedade, e foi reconhecida no 18º Encontro Anual do Programa Na Mão Certa, promovido pela Childhood Brasil.

Em agosto de 2024, a Vibra organizou um encontro que reuniu mais de 40 empresas de diversos setores, ONGs e representantes do governo para discutir e criar um plano de ação coletivo voltado à prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil. O evento, realizado na Arena Magalu, em São Paulo, contou com a participação do Grupo Mulheres do Brasil, o Instituto Liberta e a *Childhood* Brasil. O principal objetivo do encontro foi desenvolver uma proposta de trabalho conjunta para prevenir a violência sexual contra crianças e adolescentes no país.

Como fruto desse esforço, será lançado em 2025 o Movimento pela Prevenção à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes: Violência Sexual Zero. Esta iniciativa reafirma nosso compromisso com a proteção e o bem-estar das futuras gerações, promovendo um engajamento coletivo na construção de uma sociedade mais justa e segura.

Em termos de investimento sociais, contribuímos ao projeto Projeto Gente Grande de atendimento a 300 jovens da região de Vicente Pizon (Fortaleza/CE), com o objetivo de prepará-las para programas de Jovem Aprendiz. Apoiamos dois projetos na Cidade Nova, bairro onde se localiza a sede da Vibra no Rio de Janeiro. Os projetos realizados pelo Instituto Meta Educação: Reforço do Futuro e Papo Reta Teatro, que proporcionaram reforço escolar para 132 crianças estudantes da rede pública e capacitação em artes cênicas para 60 adolescentes, respectivamente.

Em parceria com Programa Amigos de valor, destinamos recursos do Fundo da Infância e da Adolescência (FIA) para 9 projetos socioeducacionais beneficiando mais de 800 crianças e adolescentes em Barcarena (PA), Pacajá (PA), Tancredo Neves (BA), Cruzeiro do Sul (AC), Santarém (BA), Umarizal (RN), Glória do Goitá, Gravatá e Pombos (PE).

Ainda, desenvolvemos um modelo de mapeamento das comunidades presentes no entorno das nossas unidades e demos início a um plano de atuação socio territorial em comunidades. Nos meses de agosto e setembro de 2024, foi realizada uma pesquisa de risco social com 55 unidades, resultando na criação de um índice que permitiu identificar as comunidades que apresentavam maior vulnerabilidade e mereciam receber atenção prioritária.

O índice levou em conta dimensões como estrutura socioeconômica, nível de engajamento comunitário, histórico de acidentes e incidentes e nível de adesão à norma ISO 45001. A seleção também considerou o histórico de relacionamento comunitário, a visualização dos territórios pela ferramenta de georreferenciamento e a análise estratégica das lideranças.

Com base nestas informações, foram selecionadas dez unidades para um programa piloto de workshops formativos e mentorias visando capacitar e apoiar as equipes na criação e execução de planos de ação para fortalecer a gestão do relacionamento comunitário. A inclusão da sede da companhia foi uma decisão estratégica que permitirá acompanhar de perto a aplicação da metodologia desenvolvida para a gestão de relacionamento comunitário, possibilitando avaliações e ajustes necessários ao longo da execução do projeto.

Saúde, Segurança e Meio Ambiente

A política interna de Saúde, Segurança e Meio Ambiente é o alicerce da nossa gestão de SSMA. Ela incorpora as melhores práticas do mercado em termos de diretrizes e padrões corporativos. Nossa governança inclui uma Comissão de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, composta pelos gestores envolvidos diretamente nesses processos, e o Comitê de Saúde, Segurança e Meio Ambiente, com a participação da Alta Administração da empresa.

A saúde e segurança da nossa força de trabalho, própria e de terceiros, assim como a proteção dos ambientes onde estamos inseridos são valores que orientam todas as nossas atividades. Trabalhamos para melhoria contínua do nosso sistema de gestão e, em 2024, a Taxa de Acidentes Com Afastamento (TFCA) foi de 0,60, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,71). A Taxa de Acidentes Registráveis (TAR) foi de 0,64, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,69). Estes resultados refletem a efetividade dos programas de prevenção de acidentes implantados, bem como o compromisso da alta liderança com a saúde e segurança dos trabalhadores.

Dentre as ações de segurança realizadas em 2024, destacamos o lançamento da Carta Compromisso pela Valorização da Vida assinada por toda força de trabalho. Nesta Carta reforçamos que na VIBRA, a Segurança é inegociável. Adicionalmente evoluímos na gestão baseada em risco através do conceito SIF – *Serious Injury or Fatality* (Vidas Mudadas e Fatalidades) e SEI – *Serious Environmental Impact* (Impactos Ambientais Severos), que estabelece uma sistemática de identificação e tratamento de riscos, para redução da exposição à acidentes graves nas operações da companhia.

Na área de transporte, gerenciamos o risco através do monitoramento constante da nossa frota a serviço da VIBRA. Em 2024 lançamos o novo Manual de Transportes Rodoviário de Combustíveis com diretrizes e procedimentos que garantem a segurança durante o transporte de nossos produtos. Ressaltamos a continuidade do Programa Motorista DEZtaque, que reconhece e premia os motoristas pelo seu desempenho.

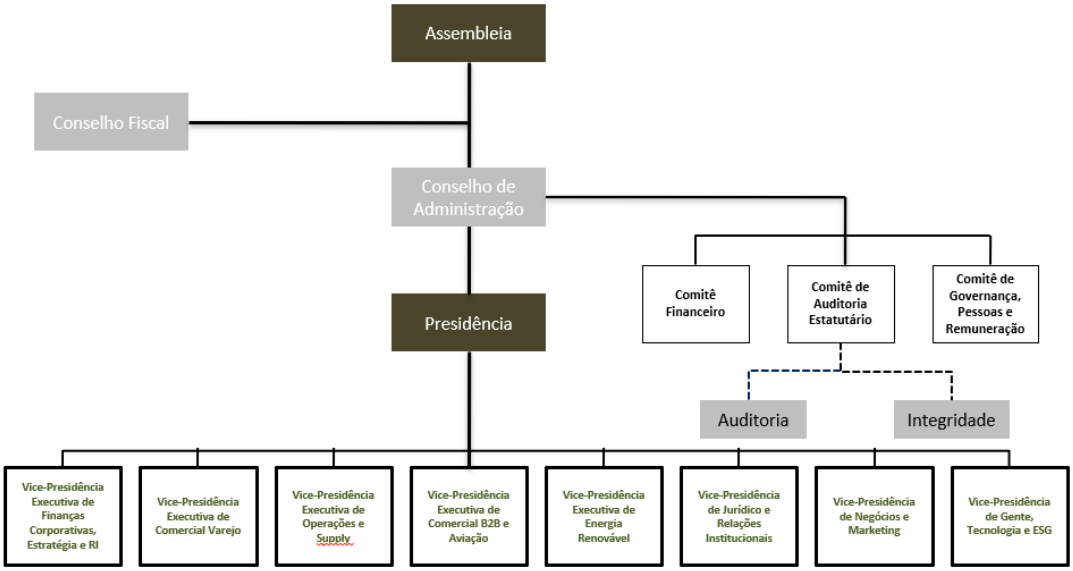
A taxa de frequência de acidentes de transporte calculada por milhão de quilômetros rodados (TFAT) em 2024 foi de 0,035, abaixo do nosso Limite de Alerta (0,054), mantendo o indicador de forma de forma consistente por conta das iniciativas de monitoramento com a nossa Torre de Controle. Em 2024 tivemos apenas um evento de Volume Vazado com Impacto Ambiental (VIA), de 0,69 m³, abaixo do nosso Limite de Alerta (12 m³). Este indicador reflete o aperfeiçoamento constante das ações de contingência em situações com potencial de impacto ambiental, assim como o aumento da segurança nas nossas operações.

Na área ambiental atuamos para aprimorar a ecoeficiência de nossas operações e reduzir impactos e riscos ambientais. Nosso sistema de gestão passa por verificações frequentes, incluindo auditorias internas e externas. Em 2024, mantivemos a certificação multi-site do Sistema de Gestão Integrado (SGI) nas normas ISO 9001:2015, ISO 14001:2015 e ISO 45001:2018, abrangendo um total de 10 unidades operacionais, com a inclusão da Base de Maceió. Além disso, obtivemos a certificação ISO 9001:2015 para o Depósito de *Supply House* de Macaé. Também conquistamos as certificações ISCC EU e ISCC CORSIA para nossas bases em Cubatão e no Aeroporto do Galeão, reforçando nosso compromisso com práticas sustentáveis e a conformidade com padrões internacionais, especialmente na cadeia de biomassa e biocombustíveis.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O modelo de governança corporativa da Vibra corresponde, a exemplo de outras organizações complexas e de grande porte, ao conjunto de procedimentos e padrões de governança aderentes ao mais elevado padrão de governança para as companhias de capital aberto no Brasil, observando as regras da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e do regulamento do Novo Mercado da B3. Os órgãos de governança da Vibra são formados pela Assembleia Geral de Acionistas; Conselho Fiscal; Conselho de Administração e seus Comitês, e Diretoria Executiva. A Companhia dispõe ainda de uma Auditoria Interna e de uma área de Integridade, cujas atividades são reportadas ao Conselho de Administração, por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

Atualmente a Companhia conta com 3 (três) Comitês de Assessoramento permanentes, vinculados diretamente ao Conselho de Administração, com atribuições especificas de análise e recomendação sobre determinadas matérias: (i) Comitê de Auditoria Estatutário; (ii) Comitê Financeiro; e (iii) Comitê de Governança, Pessoas e Remuneração.



No último ano, realizamos ajustes e revisões no Estatuto Social da Companhia, na Política de Alçadas (que dispõe sobre as alçadas de competência do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva) e na Tabela de Limites de Competência (que dispõe sobre o desdobramento das alçadas de competência da Diretoria Executiva), nos quais foram compilados diversos pontos de melhorias, principalmente com o intuito de tornar as decisões da Companhia cada vez mais céleres, deixando-a ainda mais eficiente e competitiva, e acompanhando cada vez mais a dinâmica dos negócios e do mercado onde atua. Na prática, significa que a Companhia fortaleceu mecanismos para agilidade e segurança nas deliberações e, por consequência, no alcance dos objetivos estratégicos.

Em linha com as tendências de mercado e das melhores práticas de governança, atualizamos nossa Política de Transações com Partes Relacionadas, alinhando sua redação às práticas contidas no Código Brasileiro de Governança Corporativa (Informe de Governança), proporcionando, ainda, a elevação do score de "práticas de governança corporativa" dos Indicadores de Governança, como o ISE e o S&P.

Além disso, mantivemos o aprimoramento contínuo da gestão das áreas que suportam a governança corporativa da Companhia. Com base no modelo de três linhas e, tendo em vista a efetividade da prevenção, da detecção, da apuração e da correção de desvios em geral, criou-se um Sistema de Gestão de Integridade que, sobremaneira, integra dados e ações das áreas de Governança, Riscos e Compliance (GRC), representando uma evolução organizacional — que compreende um conjunto de arranjos institucionais, processos de trabalho, regulamentações, instrumentos de gerenciamento e controle — destinada a promover a integridade da corporação e de sua força de trabalho, sob a responsabilidade e a coordenação de uma área específica.

GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Em nosso desafio de aprimoramento contínuo da cultura em riscos na Vibra, em 2024 a Diretoria definiu os riscos prioritários a serem tratados ao longo do ano, considerando o cenário e apetite da Companhia e acompanhou a implementação das respectivas ações mitigatórias. Para conferir mais segurança e otimizar o processo de gestão de riscos, foi implementada automatização de rotinas por meio de plataforma GRC. Nessa esteira, foram desenvolvidos novos indicadores chave de risco (KRI's), os quais possibilitam o monitoramento contínuo dos limites de tolerância de exposição.

A fim de aprimorar nosso processo de gestão de riscos climáticos físicos, foi iniciado estudo abrangente de riscos climáticos físicos e de transição, juntamente com um plano estratégico de adaptação. Além disso, a Matriz de Riscos Corporativa foi atualizada ao longo de 2024, resultando na identificação de riscos emergentes e na atualização da severidade com base na avaliação da efetividade dos controles, e demais ações mitigação implementadas ao longo do ano.

Sobre as iniciativas em controles internos, acompanhando a dinâmica dos negócios da VIBRA, novos processos foram incluídos no escopo de avaliação e as melhores práticas foram aprimoradas, visando a mitigação de riscos e otimização de processos. Outra evolução que tivemos ao longo do ano de 2024 foi em relação à revisão do fluxo de importação de derivados, além do aprimoramento os controles já existentes, conferindo maior segurança, assegurando maior controle da documentação e rastreabilidade das operações.

Por fim, seguimos disseminando a cultura de gestão de riscos, conformidade e controles internos, por meio de ações de comunicação e realização de treinamentos dirigidos aos administradores e aos colaboradores da Companhia.

COMPLIANCE, OUVIDORIA E PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nosso Programa de Integridade, ancorado no Código de Conduta Ética, vem sendo constantemente aprimorado para que possa prestigiar, ao mesmo tempo, a prudência e a ousadia na tomada de riscos e decisões.

Em 2024, a Vibra revalidou a certificação do Sistema de Gestão de Compliance na ISO 37301 por um órgão certificador independente, um marco significativo. O selo reforça a robustez e a efetividade do Programa de Integridade da organização, além de evidenciar o comprometimento com os mais altos padrões de transparência, ética e excelência. Uma certificação como essa não só fortalece a confiança de todas as partes interessadas, mas também destaca a empresa como um modelo de integridade no mercado.

Dando continuidade ao nosso compromisso firmado com o Movimento Transparência 100%, uma iniciativa do Pacto Global da ONU, cumprimos até o momento 2 das 5 metas estabelecidas, são elas: 100% de transparência da estrutura de Compliance e Governança e 100% de transparência sobre os canais de denúncia.

Ressalta-se que, com tais compromissos de transparência e integridade, a Companhia assegurou aos seus colaboradores, investidores e demais públicos de interesse, a divulgação de dados estratificados de apurações e remediações cabíveis resultantes de denúncias oriundas do nosso Canal de Ética, bem como divulgamos a estrutura dedicada à Governança e Compliance com organograma de reporte, nome e cargo dos responsáveis por cada área em nosso site externo.

A fim de manter a Vibra sempre atualizada com as boas práticas de mercado fizemos investimento em soluções inteligentes para transformar informação em conhecimento e trazer melhores resultados para nossas análises de Due Diligence e Background Check, assim conseguimos trazer maior agilidade, confiabilidade e disponibilidade das informações na avaliação dos eventuais riscos de integridade oferecidos pelo relacionamento com pessoas físicas e jurídicas.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nossos instrumentos de gestão empresarial são pautados em nossos Código de Ética e Guia de Conduta e nas Diretrizes de Governança Corporativa.

O Art. 23 XI. do nosso Estatuto Social determina que os auditores independentes não poderão nos prestar serviços de consultoria durante a vigência do contrato de auditoria.

Desde 2017 a KPMG Auditores Independentes foi a responsável pelos trabalhos de auditoria externa na Vibra Energia.

GESTÃO E ORGANIZAÇÃO GERAL

Gente e Tecnologia

Em 2024, seguimos o movimento de transformação cultural, integrando os times de ESG e do Escritório de Transformação ao time de Gente e Tecnologia, criando a área de Gestão da Mudança e ESG, que também conta com o time de Treinamento, com o objetivo de acelerar o processo de transformação cultural da companhia. Adicionalmente, fortalecemos o time de Inovação e IA com a área de Engenharia de Dados, visando trazer mais robustez ao nosso processo de inovação.

Nosso objetivo persiste em buscar um ambiente de trabalho com maior conexão entre pessoas e negócios, sustentado por meritocracia, alto desempenho, diálogo aberto e construção coletiva. Estamos focados no atingimento de metas e na valorização do potencial e cuidado com cada colaborador, com confiança, segurança, coragem e felicidade.

Atração, seleção e retenção

O ano de 2024 foi marcado por avanços inovadores na nossa estratégia de atração, seleção e retenção de talentos. Alinhamos o discurso dos profissionais de atração de talentos com a Ambição 2030 da companhia, fortalecendo nossa identidade e propósito.

Demos um passo importante na capacitação de novos talentos com a criação e lançamento do Programa Trainee, consolidando uma trilha estruturada para atrair e desenvolver profissionais de alto potencial. O projeto Inova *Estags* foi um marco no desenvolvimento de nossos estagiários, promovendo uma experiência imersiva que reforça sua visão sobre inovação dentro da companhia. A iniciativa estimulou a interação entre os participantes, incentivando a troca de conhecimentos e o trabalho colaborativo, além de fornecer uma compreensão mais profunda sobre processos inovadores, desafios do mercado e a aplicação prática de novas ideias no dia a dia da organização. Essa jornada não apenas aprimorou suas habilidades, mas também fortaleceu o senso de pertencimento e engajamento com a companhia.

Benefícios e Bem-Estar: Cuidando de Nossos Colaboradores

Alinhada ao processo de atração, seleção e retenção de talentos, a área de Benefícios e Bem-Estar investiu em diversos programas e ações para promover a qualidade de vida de nossos líderes e colaboradores. Destacamos a seguir algumas dessas iniciativas:

Plano de Previdência Complementar

Em 2024, seguimos oferecendo o Flexprev, plano de previdência complementar cuja patrocinadora exclusiva é a Vibra Energia e que é gerido pela Petros, entidade fechada de previdência complementar.

Além disso, avançamos no processo de cisão dos planos antigos Petros do Sistema Petrobras Repactuado e Não Repactuado, solicitado pela Vibra para segregar o patrimônio e a massa de participantes e assistidos da empresa, criando um plano separado das demais patrocinadoras. Esse processo, iniciado no final de 2023, tem previsão de conclusão para julho de 2025.

Plano de Saúde

Disponibilizamos um plano de saúde de excelência para líderes, colaboradores e ex-colaboradores da Vibra, bem como para seus dependentes. O plano é oferecido pela Bradesco Saúde, referência na América Latina e líder de mercado no Brasil.

Entre os diferenciais, destacam-se:

• Ampla rede de atendimento com 30 mil médicos, 29 mil dentistas e 3 mil hospitais referenciados;

• Cobertura para consultas, exames simples e especializados, terapias, tratamentos ambulatoriais e internações clínicas ou cirúrgicas;

• Saúde digital e clube de vantagens.

Programa EstarBem: Promoção da Saúde e Qualidade de Vida

Com foco na prevenção e no bem-estar, implementamos diversas ações para nossos colaboradores e seus dependentes. Entre as iniciativas, destacam-se:

• Campanha de Vacinação Antigripal;

• Acompanhamento de Pacientes Crônicos;

• Promoção de hábitos alimentares saudáveis;

• Programa de Acompanhamento de Gestantes.

Em 2024, intensificamos nossos esforços para estimular mudanças de hábitos e incentivar um estilo de vida mais saudável. Nesse contexto, lançamos dois novos programas:

• Programa de Incentivo ao Esporte;

• Programa de Atenção Primária à Saúde.

Para complementar esse cuidado, mantemos o Espaço EstarBem em nossa sede, um ambiente dedicado a incentivar pausas, interação e socialização entre os times. O espaço também disponibiliza serviços de relaxamento, como massagem e shiatsu.

Nosso compromisso vai além da saúde física, abrangendo integralmente o bem-estar de nossos colaboradores em todas as suas dimensões. Seguimos investindo em iniciativas que promovam qualidade de vida e equilíbrio para todos.

Treinamento e Desenvolvimento

Em 2024, avançamos no desenvolvimento da nossa Universidade Corporativa, o Ativamente, com o lançamento de novos cursos nas academias. A plataforma de aprendizagem registrou um aumento de 55% na participação de cursos EAD. Também fomos indicados ao prêmio Ser Humano 2024, promovido pela ABRH-RJ, com o case "A Estruturação da Escola de Negócios da Vibra Energia – Ativamente como Suporte ao Posicionamento Estratégico e ao Processo de Transformação Cultural da Companhia".

A **pesquisa GPTW** foi aplicada pelo segundo ano consecutivo e **renovamos o nosso selo de melhores empresas para se trabalhar.** Os resultados mostram um aumento de 4 pontos percentuais no e-NPS. A análise dos resultados nos traz dados importantes e resultam na co-construção de um plano de ação único e integrado. A transformação é uma prioridade para companhia.

Perfil

Encerramos o ano de 2024 com 3.814 colaboradores, incluindo líderes, espalhados por todo o Brasil. Nossa população está bem distribuída entre operacional e administrativo, com mão de obra especializada e treinada em todas as áreas, contribuindo para execução dos processos de forma otimizada, sem perdas e custos adicionais.

São apresentados, a seguir, alguns dados do perfil dos nossos colaboradores:

Colaboradores

3.814 colaboradores.

PCD

54 pessoas com deficiência.

Mulheres

1.211 mulheres, que representam 31,8% da companhia.

Negros (Pretos e Pardos)

1.642 Negros, que representam 43,1% da

Tempo médio de empresa

6,6 anos é o tempo médio dos colaboradores na empresa.

Idade média

40,8 anos é a idade média dos nossos colaboradores.

DESEMPENHO CONSOLIDADO 2024

A receita líquida de vendas aumentou 5,7%, passando de R$ 162.947 milhões em reais em 2023, para R$ 172.272 milhões em reais em 2024. Este crescimento é explicado, principalmente, pelo aumento de 9,0% nos preços médios de comercialização, essencialmente devido aos maiores preços dos produtos ao longo de 2024, parcialmente compensado pela redução de 3,0% no volume comercializado, com destaque para as variações no diesel (-4,0%), óleo combustível (-17,6%), coque (-87,1%) e combustíveis ciclo Otto (-1,3%), amenizadas pelas maiores vendas de combustíveis de aviação (+10,4%). O foco em nossa rede de postos e clientes B2B contratados, com menores vendas junto a clientes TRRs e postos bandeira branca, contribui para os menores volumes de vendas de diesel e ciclo Otto, enquanto as menores vendas de óleo combustível devem-se à transição de clientes para novas fontes de energia (principalmente gás natural) e ao menor fornecimento para termelétricas, essencialmente em razão de fatores climáticos e dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas nacionais. No que tange ao Coque, as vendas reduziram significativamente com o encerramento de contrato com a Petrobras e cessaram no 2T24.

O lucro bruto reduziu 1,4%, passando de R$ 8.361 milhões em reais em 2023, para R$ 8.241 milhões em reais em 2024, principalmente em função da redução de 3,0% no volume comercializado e, parcialmente compensada, pelas margens superiores (+1,6%).

As Receitas / Despesas operacionais apresentaram uma variação positiva de R$ 1.210 milhões, para uma receita de R$ 428 milhões em 2024, em razão, principalmente, das variações apresentadas a seguir:

(+) Crédito de PIS e COFINS – Em 2024, crédito de R$ 4.075 milhões correspondente a aquisições ocorridas no período de anterioridade nonagesimal contado da vigência da Lei Complementar 194/2022. Além do crédito de R$ 535 milhões de créditos complementares referentes ao período original de vigência do art. 9º da LC nº 192/2022; R$ 329 milhões de créditos sobre os valores de CBIOS adquiridos consoante as metas anuais da Companhia e que foram por ela aposentados no período entre 2020 até dezembro de 2024; e R$107 milhões referentes a indébitos tributários. Em contrapartida, houve, em 2023, créditos de R$ 2.591 milhões em razão da Lei Complementar 192/2022 decisão proferida na ADI nº 7.181/DF (2023) que reconheceu a necessidade de se observar a anterioridade nonagesimal, por implicar revogação de benefício fiscal e ganho no processo de indébito tributário do PIS/PASEP com a tese da Semestralidade (R$ 828 milhões);

(+) Despesa com Crédito de Descarbonização: variação positiva de R$ 408 milhões referente ao provisionamento de R$ 838 milhões em CBIOs em 2024, inferior à provisão do exercício anterior (R$ 1.246 milhões). Refere-se à meta de descarbonização compulsória determinada pela ANP e o delta ocorre devido à redução do custo médio de aquisição do CBIO entre os períodos;

(+) Provisão para acordos extrajudiciais: reconhecimento de R$ 360 milhões referente acordo celebrado, em 2023, com a Rede Forte Comércio e Outros, para dar fim a todos os litígios havidos entre as partes, por meio do qual estas se conferem plena, total e irrevogável quitação;

(+) Perdas e provisões com processos judiciais: variação positiva de R$ 155 milhões em função, principalmente, de alterações nos riscos de processos judiciais (R$ 217 milhões) ao longo de 2024, parcialmente compensadas por maiores perdas de processos judiciais (R$ 62 milhões);

(+) Resultado com alienações/baixas de ativos: variação positiva de R$91 milhões em função, principalmente, das maiores vendas de imóveis em 2024;

(-) Alienação ES Gás em 2023, sem contrapartida em 2024 (R$ 564 milhões);

(-) Reconhecimento de perdas, em 2024, no valor recuperável referentes às participações societárias detidas na Comerc Energia S.A. (R$ 343 milhões) e na Zeg Biogás (R$ 362 milhões)

(-) Despesas com pessoal R$ 77 milhões superiores em 2024, com destaque para com destaque para maiores dispêndios com remuneração, encargos, benefícios e provisões.

(-) Resultado do hedge de commodities: variação negativa de R$ 82 milhões, essencialmente decorrente da perda na proteção da variação no preço praticado pela Petrobras em comparação ao preço pago na importação de derivados.

O resultado financeiro apresentou variação positiva de R$ 853 milhões, de uma despesa líquida de 1.084 milhões em 2023 para uma despesa líquida de R$ 231 milhões em 2024, principalmente em razão dos seguintes eventos:

(+) Em 2024, baixa do *earnout* da Comerc (+R$ 479 milhões) e ajuste *earnout* integração e opções de compra e venda da Comerc (+R$ 16 milhões), de acordo com laudo elaborado por consultoria especializada, além de ganho na renegociação das dívidas dos clientes Rede Duque (+R$ 145 milhões) e VASP (+R$ 50 milhões), associado à maior receita sobre aplicações financeiras em razão de maior valor aplicado (+R$ 144 milhões);

O lucro líquido do exercício aumentou 33,6%, passando de 4.766 milhões em 2023 para R$ 6.367 milhões em 2024, em função dos diversos pontos citados anteriormente. O resultado de 2024 reforça a trajetória de resultados positivos e de rentabilidade que marcam a história de sucesso da Companhia e refletem a gestão da Vibra.

O Ebitda Ajustado cresceu cerca de 23%, passando a R$ 10.864 milhões em 2024, de R$ 8.850 milhões em 2023, representando uma Margem Ebitda Ajustada de R$ 303/m3 em 2024. Destaca-se a manutenção da liderança no mercado da Companhia, com a manutenção de margens de comercialização saudáveis, acompanhadas da gestão eficiente dos custos, disciplina nas despesas e recuperações tributárias inerentes ao setor.

Ressalta-se ainda a atuação junto ao Instituto de Combustível Legal, bem como a consolidação do papel de destaque da Vibra no processo de transição energética, sempre em conformidade com as agendas de Compliance e de ESG da Companhia.

DESEMPENHO DOS SEGMENTOS DE NEGÓCIOS 2024

Rede de postos

Em 2024 nossa rede de postos finalizou o ano com 7.897 estações, intensificando nossa estratégia de posicionar o foco na rede embandeirada de postos, ampliando a oferta de valor e melhorando a performance média da rede.

Dentro do segmento de Rede de Postos destacamos:

Lojas de Conveniência

Em 2024 a BR Mania finalizou o ano com mais de 1.400 lojas ativas na Rede, após inaugurar 119 novas lojas, representando 18% de penetração na rede de postos Petrobras.

Além da expansão da rede, continuamos com a migração das lojas para a Nova Imagem BR Mania, onde observa-se um crescimento na venda média destas de até 26% versus o período pré-reforma.

Como diferenciação tivemos o lançamento de novos formatos de lojas, como a loja Premium e a Super Compacta (com tamanho entre 15m2 à 30m2), com o objetivo de ter o formato ideal para cada Posto, de acordo com a vocação daquele ponto.

O ano foi marcado também pelo projeto de Abastecimento Centralizado para as lojas franqueadas, com a abertura de dois centros de Distribuição, o primeiro para atender os franqueados do Nordeste e o último inaugurado para a região de São Paulo, o que possibilita a compra dos nossos franqueados em um único canal, incrementando a nossa proposta de valor, atendendo mais de 30% das lojas.

Com isso, finalizamos o ano de 2024 com avanços significativos nos resultados:

- Crescimento de + 14% no faturamento das Lojas BR Mania, chegando no valor de R$ 1,8bi e com faturamento médio mensal por loja de R$ 125mil, superando o número de 2023 em + 8%.
- Na base *Same Store Sales* tivemos crescimento de 9% no faturamento.
- Número de Transações (média/loja): 6.166 (+8% vs. 2023);

Rede de Excelência Siga Bem

A Rede Siga Bem é a rede de excelência de postos Petrobras rodoviários, localizada nas principais rodovias brasileiras, que oferece estrutura completa de atendimento e serviços dedicados aos caminhoneiros.

No ano de 2024, a Rede Siga Bem permaneceu em 150 postos atendendo mais de 75 mil caminhoneiros por mês e representando mais de 36% do volume total de diesel rodoviário comercializado pela Vibra. Estivemos presentes nas estradas, com ações promocionais dedicadas aos caminhoneiros, e assinamos uma nova parceria com a empresa CARACOL PARKING LTDA, oferecendo aos revendedores Siga Bem soluções de automação para estacionamento e controle de acesso de veículos, contribuindo para a melhoria da mobilidade nos postos e nas rodovias.

Lubrificantes

O negócio de Lubrificantes se firmou como a quarta avenida de crescimento da companhia. O volume comercializado avançou 3,4% em relação a 2023, impulsionado por margens médias de comercialização superiores e controle das nossas despesas operacionais, resultando em um incremento no Ebitda.

Os canais de negócio B2B e mercados internacionais destacaram-se com expansão de dois dígitos no lucro bruto, reflexo da intensificação do *cross-sell* e da estratégia de internacionalização. A linha de produtos premium (sintéticos) também contribuiu positivamente, fortalecendo o posicionamento do portfólio Lubrax como referência em valor.

Adicionalmente, a Vibra reverteu a trajetória de *market-share* observada nos últimos anos, com crescimento notável no mercado. O desempenho positivo reafirma a robustez da marca e a qualidade dos produtos, que seguem conquistando a preferência dos consumidores.

Centros de lubrificação Lubrax+

Por 5 anos consecutivos, a Lubrax+ é a marca mais lembrada pelos consumidores (Top of Mind) e se consolida como a 5ª maior franquia do Brasil e a líder no setor automotivo, de acordo com a Associação Brasileira de Franchising (ABF).

Encerramos 2024 com 1.685 unidades ativas nos Postos Petrobras, marcando presença em mais de 650 municípios, abrangendo todos os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal. A rede Lubrax+ cresceu 39% no faturamento e 20% em número de clientes finais em comparação a 2023.

Desempenho da Rede de Postos

A receita líquida ajustada da Rede de Postos aumentou 6,7%, passando a R$ 106.422 milhões em 2024, de R$ 99.786 milhões em 2023. Este crescimento é explicado, principalmente, em função dos maiores preços médios de realização (+11,4%), parcialmente compensado pelo menor volume vendido (-4,3%) em 2024.

Analisado o volume de produtos vendidos no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2024, observa-se uma redução de -4,3%, principalmente em razão das menores vendas de diesel (-6,2%) e de produtos ciclo Otto (-2,1%). O foco da companhia em clientes de sua rede contratada e o perfil do mercado ciclo Otto com maior participação do etanol ajudam a explicar o menor volume comercializado em 2024. Todavia, ressalta-se a manutenção da liderança de mercado no segmento Rede de Postos.

O lucro bruto ajustado reduziu 6,8% passando a R$ 5.122 milhões em 2024, de R$5.497 milhões em 2023. Além da redução de 4,3% do volume vendido, as margens de comercialização do segundo semestre de 2023 foram beneficiadas pela restrição de produtos, variações de preços nas refinarias e margens de captura acima das usuais, o que resulta na redução do lucro bruto 2024 em relação ao exercício anterior. Ressalta-se a manutenção do foco em nossa rede embandeirada e menor participação junto aos postos bandeira branca.

As despesas operacionais ajustadas aumentaram R$ 1.055 milhões, passando a R$1.057 milhões em 2024, de R$ 2 milhões em 2023, principalmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R$ 1.600 milhões), parcialmente compensadas pelas menores provisões com CBIOs em 2024 (R$ 300 milhões), maior resultado com alienações de ativos (R$ 103 milhões), variação positiva de R$ 61 milhões nos resultados de hedge de commodities fechados nos períodos e menores despesas SG&A (R$ 20 milhões).

O Ebitda ajustado reduziu 26%, passando a R$ 4.065 milhões em 2024, de R$ 5.495 milhões em 2023, essencialmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R$ 1.600 milhões). A margem Ebitda ajustada apresentou redução de 22,7%, passando a R$ 184/m³ em 2024, de R$238/m³ em 2023.

A Rede de Postos representa, aproximadamente, 62% das Receitas Liquidas Ajustadas e 37% do Ebitda ajustado total da Companhia.

Desempenho B2B

Somos líderes no segmento B2B com 33,3% de *market-share*, sendo esta liderança observada nos principais produtos comercializados pelo segmento: diesel, óleo combustível e combustíveis de aviação. Temos um portfólio amplo de combustíveis claros, querosene e gasolina de aviação, óleo combustível, lubrificantes, energia e produtos químicos.

Em 2024, comercializamos 13,742 milhões de m³ de produtos, o que representa uma redução de 0,8% no volume comercializado no segmento em 2024 em relação ao exercício anterior. Redução atribuível especialmente, às menores vendas de óleo combustível (-17,6%), coque (-87%) e diesel (-1,1%), compensadas, em grande parte, pelas maiores vendas de combustíveis de aviação (+10,4%). Reforça-se o foco em nossos clientes B2B contratados, bem como a evolução de vendas a partir de distribuidores digitais. As menores vendas de óleo combustível devem-se à transição de clientes para novas fontes de energia (principalmente gás natural) e ao menor fornecimento para termelétricas, essencialmente em razão de fatores climáticos e dos níveis dos reservatórios das hidrelétricas nacionais. No que tange ao Coque, as vendas reduziram significativamente com o encerramento de contrato com a Petrobras e cessaram no 2T24.

Crescimento de 6,2% no lucro bruto ajustado, passando de R$ 3.594 milhões em 2023 para 3.817 milhões em 2024, reflexo do avanço no relacionamento com os clientes e, especialmente, nas menores desvalorizações de inventário em razão dos reajustes de preços de diesel e querosene de aviação.

As despesas operacionais ajustadas aumentaram R$ 1.422 milhões, passando a R$1.337 milhões em 2024, de uma receita de R$ 85 milhões em 2023, principalmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R$ 1.550 milhões), parcialmente compensadas pelas menores provisões com CBIOs em 2024 (R$ 108 milhões) e variação positiva de R$ 12 milhões nos resultados de hedge de commodities fechados nos períodos.

O Ebitda ajustado reduziu 32,6%, passando a R$ 2.480 milhões em 2024, de R$ 3.679 milhões em 2023, essencialmente em razão de maiores recuperações tributárias alocadas no segmento em 2023 (cerca de R$ 1.550 milhões). A margem Ebitda ajustada apresentou redução de 32%, passando a R$ 180/m³ em 2024, de R$265/m³ em 2023.

O B2B representa, aproximadamente, 38% das Receitas Liquidas Ajustadas e 23% do Ebitda ajustado total da Companhia.

ENDIVIDAMENTO

A Dívida Bruta Ajustada da Companhia, após Instrumento Derivativo (swap), alcançou no período findo em 31 de dezembro de 2024 o montante de R$ 19,86 bilhões, 22,6% acima da posição em 31 de dezembro de 2023. Este aumento está alinhado com os movimentos estratégicos da companhia sendo o principal a aquisição de aproximadamente 50% da COMERC (equivalente a R$ 3,7 bilhões), totalizando controle de 98,70% do capital social votante e total da Comerc. Este incremento da dívida veio acompanhado de mudanças estruturais e positivas no perfil de endividamento da Cia por meio da estratégia de liability management.

O foco no liability management e diversificação de fontes permitiram a Vibra reduzir o nível de custo médio da dívida para CDI + 1,30% a.a. no 4T24 (CDI + 1,37% a.a. no 4T23).

Ao longo de 2024 a Vibra captou um montante total de R$ 5,96, bilhões através de debêntures e instrumentos bilaterais com diferentes instituições. A Cia conseguiu obter condições de financiamento atrativas, com prazos médios de 4,73 anos e custos competitivos. Os recursos captados foram utilizados para financiar o capital de giro da Companhia, pré-pagamento de dívidas e aquisição da Comerc

CAPEX E EMBANDEIRAMENTOS

Realizamos R$ 1.092 milhões em Capex, concentrados na expansão e defesa do posicionamento logístico, na manutenção das infraestruturas operacionais, transformação digital e tecnologia da informação e SMS, demandas legais e na aquisição do Edifício Lubrax, sede atual da Vibra no Rio de Janeiro. A tabela a seguir apresenta a realização dos investimentos em 2024:

Investimentos em CAPEX (R$ Milhões)	2024	%
Transformação Digital e TI	288	26%
Manutenção da Infraestrutura Operacional	268	25%
SMS e Demandas Legais	167	15%
Expansão e Def. Posicionamento Logístico	147	13%
Aquisição Prédio Administrativo (Lubrax)	139	13%
Obras em Clientes	43	4%
Automação	23	2%
Rede de Postos	10	1%
Imagens dos Postos	7	1%
Total	**1.092**	**100%**

Para expansões e renovações contratuais na rede de postos e serviços, a Companhia investiu cerca de R$ 856 milhões em 2024, sendo cerca de 67% em bonificações por performance e o restante distribuídos entre bonificações antecipadas e financiamentos ressarcíveis.

INVESTIDAS

Consolidado o objetivo estratégico de criar uma plataforma multienergia com o anúncio em agosto 2024 da antecipação do direito de compra dos 50% restantes, do capital social total da Comerc detidos em conjunto pela Perfin Infra e outros acionistas. Após cumpridas as exigências e aprovações habituais, a operação foi concluída em janeiro de 2025.

A associação entre a Vibra e a Comerc permite agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia, preparada para fornecer soluções para clientes finais com potencial e capacidade financeira para ser uma das mais relevantes empresas de energia do Brasil.

Em nossa estratégia de diversificação da comercialização de matrizes energéticas, a sociedade com a ZEG Biogás e Energia S.A., onde a Vibra é detentora de 50% (cinquenta por cento) do capital social, iniciou operação de sua primeira planta de produção de biometano em junho de 2023. Esta sociedade visa complementar a plataforma de produtos e serviços renováveis da VIBRA, como mais um passo rumo à inserção da Companhia no processo de transição e descarbonização da matriz energética brasileira.

A empresa Comercializadora de Etanol, denominada ECE S.A. (Evolua Etanol), uma Joint Venture (JV) com Copersucar S.A., sendo a Vibra detentora de 49,99% de participação, iniciou em 2024a segunda safra completa em plena operação. Os desafios de adaptação às dinâmicas do mercado confirmam a resiliência da nova comercializadora de etanol cujo objetivo é gerar ganhos de escala que viabilizarão maior competitividade e diversos tipos de sinergias nas operações, através de melhores controles operacionais, monitoramento constante e visão ampla de todos os processos da cadeia em tempo real, entre outros. Esta iniciativa está alinhada à pauta ESG da VIBRA, uma vez que essa comercializadora de etanol tem a ambição de desempenhar papel relevante no apoio à transição energética e à descarbonização da frota nacional de veículos leves.

MERCADO DE CAPITAIS

A Vibra é uma sociedade anônima de capital aberto, com suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão, desde 2017, com o código VBBR3, fazendo parte do segmento do Novo Mercado da B3, mais alto nível de governança corporativa. Seu capital social é representado por 1.119.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações da Companhia encerraram o pregão de 30-dez-24 cotadas a R$ 17,84 apresentando uma desvalorização de 17,10% ao longo do ano e com volume financeiro médio de R$ 187 milhões/dia negociado na B3 – Brasil, Bolsa & Balcão.

JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO E DIVIDENDOS

Em 2024, aprovamos o pagamento do valor total de R$ 1,07 bilhão, sob a forma de juros sobre o capital próprio (JCP), referente ao exercício social de 2024. O primeiro pagamento no valor de R$ 520,7 milhões (R$ 0,46 por ação), será realizado em 27 de fevereiro de 2025, o segundo, no valor de R$ 262 milhões (R$0,23), em 30 de maio de 2025, e, o terceiro, no valor de R$ 292 milhões (R$ 0,26), em 29 de agosto de 2025.

O montante total distribuído à conta de dividendos, incluindo, portanto, o valor a ser imputado ao dividendo mínimo obrigatório, tanto em relação à juros sobre capital próprio já declarados quanto a título de dividendos a serem declarados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 16 de abril de 2025 ("**AGO**"), é de R$1.636.255.005,32, equivalentes a aproximadamente 1,46769602626 por ação ordinária, conforme discriminado na tabela abaixo:

Descrição	Data de pagamento	Valor bruto por ação (R$)	Valor total bruto (R$)
Juros sobre capital próprio já declarados	27/02/2025	0,46684916264	R$ 520.700.033,81
	30/05/2025	0,23499226370	R$ 262.000.000,00
	29/08/2025	0,26199833017	R$ 292.000.000,00
Dividendos complementares ao mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos a serem declarados em AGO/E	28/11/2025	0,50385775628 (*)	R$ 561.554.971,51
Total		**1,46769602626**	**1.636.255.005,32**

(*) Valores estimados, que podem ser modificados em razão da transferência de ações em tesouraria para atender a eventuais entregas de ações nos termos dos planos de remuneração baseada em ações da Companhia. O cálculo considerou a quantidade de ações em tesouraria em 31 de dezembro de 2024.

O montante equivalente a juros sobre capital próprio indicado na tabela acima foi declarado tendo como base a posição acionária verificada em 28/06/2024, 23/09/2024 e em 23/12/2024.

Vale ressaltar que o valor total bruto de R$1.074.700.033,81 indicado na tabela acima será imputado ao dividendo mínimo obrigatório, conforme artigo 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, e em consonância com o estatuto social da Companhia ("Estatuto Social").

Vibra Energia S.A.

Balanços patrimoniais

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
Ativo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.480	6.666	9.316	6.157
Contas a receber, líquidas	7	4.953	6.135	5.295	6.749
Estoques	8	6.109	5.954	6.102	5.956
Adiantamentos a fornecedores		293	288	201	258
Imposto de renda e contribuição social		4	17	2	17
Impostos e contribuições a recuperar	16.1	2.764	3.625	2.756	3.624
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	486	575	470	575
Despesas antecipadas		131	106	124	105
Instrumentos financeiros derivativos	27	461	142	461	142
Outros ativos circulantes		160	91	147	105
		25.841	**23.599**	**24.874**	**23.688**
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	7	843	391	985	391
Depósitos judiciais	25.2	1.333	1.281	1.331	1.280
Impostos e contribuições a recuperar	16.1	5.046	1.954	5.046	1.954
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16.3	2.170	2.195	2.160	2.194
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	831	1.351	831	1.351
Despesas antecipadas		47	62	47	62
Instrumentos financeiros derivativos	27	442	35	442	35
Outros ativos realizáveis a longo prazo		95	58	57	29
		10.807	**7.327**	**10.899**	**7.296**
Investimentos	10	3.921	4.490	5.634	5.496
Imobilizado	11	6.984	6.954	6.262	6.294
Intangível	12	1.447	1.111	784	620
		23.159	**19.882**	**23.579**	**19.706**
		49.000	**43.481**	**48.453**	**43.394**

		Consolidado		Controladora	
Passivo	**Nota**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Circulante					
Fornecedores	13	2.432	4.496	2.427	4.493
Empréstimos e financiamentos	14	2.695	1.349	2.592	1.266
Arrendamentos	15	80	121	183	229
Adiantamentos de clientes	21.1	409	511	401	504
Imposto de renda e contribuição social		187	1.034	184	1.019
Impostos e contribuições a recolher	16	137	208	135	206
Dividendos e Juros sobre o capital próprio	20.4	1.512	1.124	1.512	1.124
Salários, férias, encargos, prêmios e incentivos	17	340	302	323	298
Planos de pensão e saúde	18	145	155	145	155
Instrumentos financeiros derivativos	27	53	4	44	4
Provisão para Créditos de Descarbonização	19	-	48	-	48
Credores por aquisição de participações societárias	27	145	182	70	182
Outras contas e despesas a pagar		379	462	328	444
		8.514	**9.996**	**8.344**	**9.972**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	17.754	13.421	16.946	12.825
Arrendamentos	15	279	627	492	932
Planos de pensão e saúde	18	757	1.251	757	1.251
Instrumentos financeiros derivativos	27	65	810	65	810
Provisão para processos judiciais e administrativos	25	1.135	1.135	1.134	1.135
Credores por aquisição de participações societárias	27	89	485	89	485
Outras contas e despesas a pagar		22	25	241	253
		20.101	**17.754**	**19.724**	**17.691**
		28.615	**27.750**	**28.068**	**27.663**
Patrimônio líquido	20				
Capital social realizado		10.034	7.579	10.034	7.579
Ações em tesouraria		(105)	(1.150)	(105)	(1.150)
Reserva de capital		92	59	92	59
Reservas de lucros		11.479	10.633	11.479	10.633
Ajustes de avaliação patrimonial		(1.115)	(1.390)	(1.115)	(1.390)
		20.385	**15.731**	**20.385**	**15.731**
		49.000	**43.481**	**48.453**	**43.394**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

		Consolidado		Controladora	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Receita de vendas de produtos e serviços prestados	21	172.272	162.947	171.613	161.999
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	22.1	(164.031)	(154.586)	(163.548)	(153.713)
Lucro bruto		**8.241**	**8.361**	**8.065**	**8.286**
Despesas operacionais					
Vendas	22.2	(2.759)	(2.714)	(2.767)	(2.726)
Perdas de crédito esperadas		62	(59)	64	(59)
Gerais e administrativas	22.3	(999)	(804)	(868)	(780)
Tributárias		(155)	(139)	(155)	(139)
Outras receitas (despesas), líquidas	22.4	4.279	2.934	4.237	2.913
		428	**(782)**	**511**	**(791)**
Lucro antes do resultado financeiro, participação e impostos		**8.669**	**7.579**	**8.576**	**7.495**
Financeiras	23				
Despesas		(1.456)	(1.502)	(1.459)	(1.530)
Receitas		1.777	938	1.738	920
Variações cambiais e monetárias, líquidas		(552)	(520)	(536)	(504)
		(231)	**(1.084)**	**(257)**	**(1.114)**
Resultado de participações em investimentos	10	**100**	**(36)**	**200**	**63**
Lucro antes dos impostos		**8.538**	**6.459**	**8.519**	**6.444**
Imposto de renda e contribuição social	16.3				
Corrente		(2.295)	(1.813)	(2.268)	(1.797)
Diferido		124	120	116	119
		(2.171)	**(1.693)**	**(2.152)**	**(1.678)**
Lucro líquido do exercício		**6.367**	**4.766**	**6.367**	**4.766**
Resultado por ação básico - R$	20.6	5,7104	4,2561	5,7104	4,2561
Resultado por ação diluído - R$	20.6	5,6816	4,2445	5,6816	4,2445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido do exercício	6.367	4.766	6.367	4.766
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Plano de saúde				
Perdas atuariais	(100)	(153)	(100)	(153)
	(100)	(153)	(100)	(153)
Planos de pensão				
Ganhos (perdas) atuariais	443	(458)	443	(458)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(150)	155	(150)	155
	293	**(303)**	**293**	**(303)**
	193	(456)	193	(456)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes de conversão	82	(13)	82	(13)
Resultado abrangente do exercício	**6.642**	**4.297**	**6.642**	**4.297**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Consolidado											Controladora
				Reservas de lucros								
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de Capital / Opções outorgadas	Ações em Tesouraria	Incentivos fiscais	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2022	**7.579**	**40**	**(1.152)**	**164**	**123**	**270**	**6.510**	**-**	**-**	**(921)**	**12.613**	**12.613**
Opções outorgadas	-	19	-	-	-	-	-	-	-	-	19	19
Ações em tesouraria	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	2	2
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(13)	(13)	(13)
Perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(456)	(456)	(456)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	4.766	-	4.766	4.766
Apropriação em reservas	-	-	-	31	238	-	2.893	-	(3.162)	-	-	-
Dividendos / Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	404	(676)	-	(272)	(272)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(928)	-	(928)	(928)
Em 31 de dezembro de 2023	**7.579**	**59**	**(1.150)**	**195**	**361**	**270**	**9.403**	**404**	**-**	**(1.390)**	**15.731**	**15.731**
Aumento de capital	2.455	-	-	-	(361)	(270)	(1.824)	-	-	-	-	-
Opções outorgadas	-	15	-	-	-	-	-	-	-	-	15	15
Ações em tesouraria - utilização e cancelamento	-	-	1.074	-	-	-	(1.059)	-	-	-	15	15
Recompra de ações	-	-	(29)	-	-	-	-	-	-	-	(29)	(29)
Transação de capital reflexa	-	18	-	-	-	-	-	-	-	-	18	18
Ajustes de conversão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	82	82	82
Ganhos atuariais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	193	193	193
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.367	-	6.367	6.367
Apropriação em reservas	-	-	-	-	319	-	4.412	-	(4.731)	-	-	-
Dividendos / Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	-	(371)	(562)	-	(933)	(933)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.074)	-	(1.074)	(1.074)
Em 31 de dezembro de 2024	**10.034**	**92**	**(105)**	**195**	**319**	**-**	**10.932**	**33**	**-**	**(1.115)**	**20.385**	**20.385**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Atividade operacional					
Lucro líquido do exercício		6.367	4.766	6.367	4.766
Ajustes:					
Imposto de renda e contribuição social	16.3	2.171	1.693	2.152	1.678
Depreciação e amortização	22	554	554	537	564
Resultado com alienação / baixas de ativos		(361)	(838)	(335)	(799)
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	(22)	102	(25)	102
Resultado de participações em investimentos		(100)	36	(200)	(63)
Apropriação / baixa das bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	696	744	693	744
Apropriação de seguros, aluguéis e outros		123	101	102	99
Juros, variações cambiais e monetárias, líquidas		2.324	538	2.314	553
Resultado valor justo instrumentos financeiros derivativos		(889)	847	(897)	847
Valor justo de earnout de aquisição de participações societárias	23	(486)	-	(486)	-
Despesa com planos de pensão e saúde	18	129	111	129	111
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida de reversão	25.1	128	283	128	283
Impairment de investimento	10.5	705	-	705	-
Provisão para acordos extrajudiciais		-	360	-	360
Provisão para Créditos de Descarbonização (CBIOS)	19	837	1.246	837	1.246
Ganho em processo contra o Estado de Goiás		-	(120)	-	(120)
Créditos de ICMS - Fim da definitividade - Substituição Tributária		(124)	(82)	(124)	(82)
Créditos de PIS COFINS	16	(5.041)	(3.497)	(5.041)	(3.497)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos		(6)	102	(6)	102
Provisão de prêmios e incentivos		201	182	201	182
Ganho decorrente de relação contratual preexistente (aquisição de controle)		-	(31)	-	(31)
Remensuração de participação societária (aquisição de controle)		-	19	-	19
Outros ajustes		(97)	(4)	(99)	(23)
Redução (aumento) de ativos e aumento (redução) de passivos					
Contas a receber		1.590	1.136	1.645	889
Estoques		(149)	797	(145)	748
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	9	(298)	(579)	(286)	(579)
Despesas antecipadas		(131)	(116)	(106)	(114)
Depósitos Judiciais		(46)	(46)	(46)	(46)
Aquisição de Créditos de Descarbonização (CBIOS)	12	(851)	(1.459)	(851)	(1.459)
Fornecedores		(2.078)	(530)	(2.099)	(449)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(64)	(52)	(13)	(35)
Impostos, taxas e contribuições		(104)	516	(113)	519
Planos de pensão e de saúde		(289)	(297)	(289)	(297)
Pagamento de prêmios e incentivos		(146)	(98)	(146)	(98)
Pagamentos de processos judiciais e administrativos		(113)	(46)	(113)	(46)
Adiantamentos de clientes		(113)	(40)	(106)	(42)
Adiantamentos a fornecedores		(13)	(96)	56	(61)
Pagamento para acordos extrajudiciais		(204)	(160)	(204)	(160)
Outros ativos e passivos, líquidos		48	205	39	214
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		**4.148**	**6.247**	**4.175**	**6.025**
Atividades de investimentos					
Desembolsos por aquisições de imobilizados e intangíveis	11 e 12	(1.134)	(742)	(1.094)	(723)
Desembolsos por aquisições/aportes de participações societárias		(41)	(28)	(585)	(52)
Recebimentos pela venda de ativos		488	1.271	452	1.257
Investimentos em TVM		(8)	-	-	-
Dividendos recebidos		7	137	38	147
Recebimentos de empréstimos concedidos		-	6	-	6
Mútuos concedidos		(31)	(37)	(23)	(20)
Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido no consolidado		(114)	(162)	-	(192)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades de investimentos		**(833)**	**445**	**(1.212)**	**423**
Atividades de financiamentos					
Financiamentos					
Captações	14.1	5.925	1.836	5.776	1.836
Amortizações de principal	14.1	(2.101)	(3.174)	(2.003)	(2.974)
Amortizações de juros	14.1	(1.274)	(1.372)	(1.241)	(1.356)
Dividendos e Juros sobre capital próprio pagos	20.4.1	(1.528)	(401)	(1.528)	(401)
Arrendamentos					
Pagamentos de principal	15.2	(93)	(130)	(199)	(273)
Pagamentos de juros	15.2	(40)	(75)	(45)	(82)
Recompra de ações		(29)	-	(29)	-
Contratos de swaps vinculados a operações de empréstimos					
Pagamentos de ajustes em contratos	28.1/28.2	(599)	(843)	(599)	(843)
Recebimentos de ajustes em contratos	28.1	64	42	64	42
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamentos		**325**	**(4.117)**	**196**	**(4.051)**
Efeito de variação cambial sobre caixas e equivalentes de Caixa		**174**	**(54)**	**-**	**-**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício		**3.814**	**2.521**	**3.159**	**2.397**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**6.666**	**4.145**	**6.157**	**3.760**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		**10.480**	**6.666**	**9.316**	**6.157**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vibra Energia S.A.

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhões de reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2024	2023	2024	2023
Receitas					
Vendas de produtos e serviços e outras receitas		179.992	177.436	179.262	176.488
Perdas de crédito esperadas, líquidas de reversão	7	22	(102)	25	(102)
Receitas relativas à construção de ativos para uso		802	651	802	633
		180.816	**177.985**	**180.089**	**177.019**
Insumos adquiridos de terceiros					
Custo dos Produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		163.788	154.321	163.304	153.449
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		4.018	4.765	3.984	4.754
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos		4.929	4.182	4.928	4.182
Impairment de investimento	10.5	705	-	705	-
		173.440	**163.268**	**172.921**	**162.385**
Valor adicionado bruto		**7.376**	**14.717**	**7.168**	**14.634**
Retenções					
Depreciação e amortização	22	554	554	537	564
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		**6.822**	**14.163**	**6.631**	**14.070**
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de participações em investimentos	10	100	(36)	200	63
Receitas financeiras - inclui variações monetárias e cambiais		2.355	1.066	2.314	1.048
Aluguéis e royalties	22	423	466	423	466
Ganho em processo contra o Estado de Goiás	22	-	120	-	120
Receita com Recuperação de Indébito Tributário	23.4	-	828	-	828
		2.878	**2.444**	**2.937**	**2.525**
Valor adicionado a distribuir		**9.700**	**16.607**	**9.568**	**16.595**
Pessoal e administradores					
Remuneração direta					
Salários		591	505	553	499
Prêmios por desempenho e outros incentivos		211	187	211	187
		802	**692**	**764**	**686**
Benefícios					
Vantagens		111	95	110	95
Plano de aposentadoria e pensão		155	137	155	137
Plano de saúde		66	57	66	57
		332	**289**	**331**	**289**
FGTS		**54**	**54**	**54**	**54**
		1.188	**1.035**	**1.149**	**1.029**
Tributos					
Federais		(2.329)	(1.160)	(2.395)	(1.164)
Estaduais		1.607	9.548	1.606	9.548
Municipais		39	42	37	42
Exterior		8	13	-	-
		(675)	**8.443**	**(752)**	**8.426**
Instituições financeiras e fornecedores					
Juros, variações cambiais e monetárias		2.586	2.151	2.571	2.162
Aluguéis / arrendamentos		234	212	233	212
		2.820	**2.363**	**2.804**	**2.374**
Acionistas					
Juros sobre capital próprio		1.074	928	1.074	928
Dividendos	20.4	529	272	529	272
Lucros retidos		4.764	3.566	4.764	3.566
		6.367	**4.766**	**6.367**	**4.766**
Valor adicionado distribuído		**9.700**	**16.607**	**9.568**	**16.595**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A Vibra Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital aberto, com ações negociadas no Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil e constituída em 12 de novembro de 1971.

A Vibra Energia S.A. tem por objeto social a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia e de produtos químicos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados. A sede social da Companhia está localizada no município do Rio de Janeiro - RJ.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2025, autorizou a divulgação destas demonstrações contábeis.

2.1 Demonstração do valor adicionado

A legislação societária brasileira exige para as companhias abertas a elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA e sua divulgação como parte integrante do conjunto das demonstrações contábeis. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08. As IFRS não exigem a apresentação desta demonstração que, portanto, é divulgada como informação adicional.

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.2 Base de mensuração

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi considerado o custo histórico como base de valor, com exceção de instrumentos financeiros avaliados por valor justo por meio de resultado e de passivo atuarial de benefício definido, reconhecido como o valor presente das obrigações deduzido do valor justo dos ativos do plano.

2.3 Princípios de consolidação

As demonstrações consolidadas incluem as informações da Vibra Energia e de suas controladas diretas e indiretas. As transações, saldos, receitas e despesas entre a Companhia e suas controladas, incluindo lucros não realizados, são eliminados nas demonstrações consolidadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a VB0224, controlada da Vibra, adquiriu o controle das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda. (nota 10.6).

As políticas contábeis referentes à elaboração das demonstrações consolidadas, bem como a identificação das empresas controladas estão apresentadas na nota 10.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia, assim como de suas controladas no Brasil, é o Real, que é a moeda do seu principal ambiente econômico de operação.

A Vibra Trading BV, controlada cuja moeda funcional é o Dólar, possui seus montantes de receitas e despesas convertidos pela taxa de câmbio média e os saldos de ativos e passivos convertidos pela taxa de 31 de dezembro de 2024.

3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As premissas utilizadas são revisadas periodicamente e baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados e impactos materiais podem ser percebidos nos resultados e na situação financeira da Companhia caso ocorram alterações significativas nas circunstâncias sobre as quais as estimativas foram baseadas.

Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas e em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.

As estimativas que requerem maior nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão apresentadas nas seguintes notas explicativas:

- Perdas de crédito esperadas – nota 7
- Impairment de investimentos em participações societárias – nota 10
- Vida útil dos ativos imobilizado e intangível – nota 11 e 12
- Impairment de ativo imobilizado e intangível - nota 11 e 12
- Valor justo do earnout (contraprestação contingente) em aquisição de investidas – nota 27
- Imposto de renda e contribuição social diferidos - nota 16
- Benefícios concedidos a empregados (planos de pensão e saúde) - nota 18
- Processos judiciais, administrativos e contingências - nota 25

3.1 Considerações relacionadas às mudanças climáticas

O Conselho de Administração monitora sistematicamente o plano de negócios, onde a Companhia tem iniciativas relacionadas ao tema das mudanças climáticas, como, por exemplo, redução de emissões de GEE (Gases de Efeito Estufa), aumento do uso de energia renovável e a aquisição de CBIO para atendimento ao programa RenovaBio.

No âmbito da Política Nacional de Biocombustíveis (RenovaBio), a Companhia tem obrigações legais perante a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis) de metas anuais de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa. A provisão para aquisição de CBIO está apresentada na nota 22.4.

No processo de elaboração das demonstrações contábeis, estimativas relacionadas ao valor em uso de ativos utilizam premissas e projeções do planejamento estratégico da Companhia (nota 10) e, portanto, incorporam as estratégias ligadas às questões climáticas.

4 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas, salvo indicação em contrário.

Os ativos e passivos com prazo de recebimento ou vencimento inferior a 12 meses da data do reporte são apresentados como ativos ou passivos circulantes, e os demais ativos e passivos, como não circulantes.

As políticas contábeis materiais estão descritas nas respectivas notas explicativas, com exceção das mudanças nas políticas que se encontram destacadas a seguir:

Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com Covenants (alterações ao CPC 26/IAS 1)

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2024 as alterações ao CPC 26/IAS 1, emitidas em 2020 e 2022, que visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a covenants futuros. Não houve impacto quanto a classificação dos passivos da Companhia em circulantes e não circulantes, decorrentes da referida adoção. Informações sobre os covenants futuros estão descritas na nota 14.3.

5 Novas normas

Os novos requerimentos atualmente em vigor são: Passivos não circulantes com cláusulas restritivas – Alterações ao CPC 26/IAS 1; Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes – Alterações ao CPC 26/IAS 1; Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior – Alterações ao CPC 06/IFRS 16 e Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao CPC 03/IAS 7 e CPC 40/IFRS 7.

As novas normas que ainda não foram adotadas pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 estão apresentadas a seguir:

Novas normas ou alterações	Descrição/Data efetiva
Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) – OCPC 10	O documento traz orientações sobre o tratamento contábil (reconhecimento, mensuração e evidenciação) dos créditos de carbono, permissões de emissão e créditos de descarbonização. A Resolução CVM nº 223/24 torna obrigatória para as companhias abertas a Orientação Técnica OCPC 10 a partir dos períodos iniciados em 1º de janeiro de 2025.
Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21)	As alterações ajudam as entidades a determinar qual taxa de câmbio à vista usar quando uma moeda não for conversível em outra. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que estas alterações tenham um impacto material nas suas demonstrações financeiras.
Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros – Alterações às CPC 48/IFRS 9 e CPC 40/IFRS 7	As alterações buscam esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; trazem orientações adicionais para avaliar se um ativo financeiro atende aos critérios de pagamentos de principal e juros; adicionam novas divulgações para determinados instrumentos; e atualizam as divulgações para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA). As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2026.
Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11	Data efetiva 1º de janeiro de 2026.
IFRS 19 Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures	Data efetiva 1º de janeiro de 2027.
Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (Alterações na IFRS 10 e na IAS 28)	Disponível para adoção opcional apenas em IFRS. A data efetiva foi diferida por tempo indeterminado.
IFRS 18 Presentation and Disclosure in Financial Statements	Data efetiva 1º de janeiro de 2027.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Caixa e Bancos	1.309	520	399	68
Aplicações financeiras				
No país	8.931	5.792	8.677	5.735
No exterior	240	354	240	354
Total	**10.480**	**6.666**	**9.316**	**6.157**

As aplicações financeiras correspondem a (i) Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) e Operações Compromissadas emitidos por bancos de primeira linha e a (ii) fundos de investimentos no país, cujos recursos encontram-se aplicados majoritariamente em operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais brasileiros. Todas as aplicações possuem liquidez imediata. As aplicações financeiras no exterior referem-se a aplicações de recursos no *Overnight*.

⇒ *Política contábil*

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, com alta liquidez, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, que são prontamente conversíveis em caixa.

7 Contas a receber, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Partes relacionadas (nota 29)	-	-	699	700
Terceiros	8.044	8.884	7.818	8.790
Total das contas a receber (nota 7.1)	**8.044**	**8.884**	**8.517**	**9.490**
Recebíveis de contratos com clientes	6.713	7.995	6.501	7.915
Outras contas a receber	1.331	889	2.016	1.575
Financiamentos a receber (*)	1.329	849	1.486	1.007
Adiantamentos	-	-	528	528
Outros	2	40	2	40
Perdas de crédito esperadas				
Terceiros	(2.248)	(2.358)	(2.237)	(2.350)
Total das perdas de crédito esperadas	**(2.248)**	**(2.358)**	**(2.237)**	**(2.350)**
Contas a receber - líquidas	**5.796**	**6.526**	**6.280**	**7.140**
Contas a receber (circulante), líquidas	4.953	6.135	5.295	6.749
Contas a receber (não circulante), líquidas	843	391	985	391

(*) Em 2024, inclui o reconhecimento de crédito no montante de R$ 360 referente ao contrato de confissão de dívida com garantia, originado na renegociação de bonificação antecipada de clientes (nota 8).

Mutação das perdas de crédito esperadas	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo inicial	**(2.358)**	**(2.291)**	**(2.350)**	**(2.291)**
(Adições)/Reversões, líquidas	22	(102)	25	(102)
Baixas	40	43	39	43
Desreconhecimento de recebíveis (*)	49	-	49	-
Combinação de negócios	(1)	(8)	-	-
Saldo final	**(2.248)**	**(2.358)**	**(2.237)**	**(2.350)**
Perdas de crédito esperadas (circulante)	(2.201)	(2.311)	(2.190)	(2.303)
Perdas de crédito esperadas (não circulante)	(47)	(47)	(47)	(47)

(*) Refere-se a valores de débitos renegociados com os clientes que se enquadram para fins de desreconhecimento (CPC48). Esses valores são baixados e reconhecidos novos contratos a valor justo.

A Companhia apresenta R$ 2.032 de contas a receber de clientes em cobrança judicial no consolidado e na controladora (R$ 2.149 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2023). A Companhia reduz a zero a expectativa de recuperação da totalidade dos recebíveis em cobrança judicial.

7.1 Composição dos saldos de contas a receber - vencidos e a vencer

	Consolidado					
	2024			2023		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	99	(6)	93	280	(30)	250
De 3 a 6 meses	25	(14)	11	111	(18)	93
De 6 a 12 meses	102	(17)	85	144	(64)	80
Acima de 12 meses	2.234	(2.143)	91	2.296	(2.192)	104
Total	**2.460**	**(2.180)**	**280**	**2.831**	**(2.304)**	**527**
A vencer	5.584	(68)	5.516	6.053	(54)	5.999
Total	**8.044**	**(2.248)**	**5.796**	**8.884**	**(2.358)**	**6.526**

	Controladora					
	2024			2023		
	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas	Contas a receber bruto	Perdas de crédito esperadas	Contas a receber, líquidas
Vencidos						
Até 3 meses	96	(6)	90	275	(30)	245
De 3 a 6 meses	23	(13)	10	107	(17)	90
De 6 a 12 meses	98	(15)	83	139	(59)	80
Acima de 12 meses	2.228	(2.137)	91	2.292	(2.191)	101
Total	**2.445**	**(2.171)**	**274**	**2.813**	**(2.297)**	**516**
A vencer	6.072	(66)	6.006	6.677	(53)	6.624
Total	**8.517**	**(2.237)**	**6.280**	**9.490**	**(2.350)**	**7.140**

⇒ *Política contábil*

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pelas vendas de bens e serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão mensuradas ao custo amortizado.

As contas a receber, que não atendem ao critério de recebimento de principal e juros, são avaliadas pelo valor justo por meio do resultado.

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente para vendas com prazo de recebimento entre 180 e 360 dias. Os juros embutidos nos preços são deduzidos da receita (nota 21). Os valores antecipados dessas vendas a prazo são desreconhecidos do contas a receber da Companhia.

Perdas de crédito esperadas, quando aplicável, são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. A Companhia utiliza julgamento em tais premissas e na seleção dos inputs para cálculo das perdas de crédito esperadas.

O valor das perdas é apurado por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica e considerando os segmentos operacionais dos clientes.

As contas a receber com garantias não integram a matriz de provisões para cálculo das perdas de crédito esperadas.

8 Estoques

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Produtos para venda				
Derivados de petróleo				
Gasolina	1.161	910	1.159	912
Óleo diesel	2.187	2.309	2.189	2.310
Óleo combustível	178	267	178	267
Querosene de Aviação	426	433	426	433
Lubrificantes	424	349	424	349
Outros	30	167	30	167
Biocombustíveis (*)	1.040	769	1.040	769
	5.446	5.204	5.446	5.207
Produtos em trânsito (**)	363	442	363	442
Outros produtos	300	308	293	307
Total	**6.109**	**5.954**	**6.102**	**5.956**

(*) Compreendem os saldos de estoques de etanol e biodiesel.
(**) Inclui importações em andamento.

Foi avaliado e não houve necessidade de reconhecimento de nenhuma provisão para redução ao valor realizável dos estoques de janeiro a dezembro de 2024. No período, houve a reversão da provisão constituída em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 19.

Garantias

A Companhia possui estoques dados em garantia em ações judiciais no montante de R$ 196 em 31 de dezembro de 2024 e de R$ 208 em 31 de dezembro de 2023.

⇒ *Política contábil*

O custo dos estoques compreende todos os custos de aquisição e de transformação, além de outros custos necessários para colocá-los na localização e condições atuais.

Os estoques de derivados de petróleo, os biocombustíveis e as matérias-primas estão demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor realizável líquido, que é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido das despesas de vendas.

Os materiais e suprimentos representam insumos de produção e materiais de operação e consumo que serão utilizados nas atividades da Companhia, e estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede ao valor de reposição.

9 Bonificações antecipadas concedidas a clientes

Consolidado								
2022	Adições	Baixa / apropriação	2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação (*)	Transferências	2024
2.091	579	(744)	1.926	298	(696)	(218)	7	1.317
Circulante			**575**					**486**
Não Circulante			**1.351**					**831**

Controladora							
2022	Adições	Baixa / apropriação	2023	Adições	Baixa / apropriação	Renegociação (*)	2024
2.091	579	(744)	1.926	286	(693)	(218)	1.301
Circulante			**575**				**470**
Não Circulante			**1.351**				**831**

(*) Refere-se à renegociação dos contratos de bonificação antecipada firmada por meio da assinatura de contratos de confissão de dívidas (nota 7).

As bonificações antecipadas concedidas a clientes estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento (nota 21). Os contratos de bonificação judicializados que possuem saldo a amortizar são provisionados em sua totalidade.

10 Investimentos

As informações representam os totais de ativos, passivos e resultados das investidas, não estando proporcionalizados de acordo com a participação da Companhia, e podem divergir das demonstrações financeiras individuais dessas investidas, em função de ajustes para a política contábil e da data base utilizada na preparação das demonstrações.

10.1 Informações contábeis resumidas

	Controladas						Empreendimentos controlados em conjunto						
	Fundo de Investimento Imobiliário FCM	Vibra Trading BV	Vibra Trading Importação e Exportação Ltda	Vibra Ventures	VBBR Conveniência	VB0224	Comerc	ECE S.A. (Evolua) (*)	ZEG Biogás e Energia S.A. (a)	Nordeste I (a)	Nordeste II (a)	Nordeste III (a)	Navegantes (a)
Ativo													
Ativo circulante	171	927	263	4	120	191	2.099	2.367	36	18	21	18	6
Ativo Não Circulante	926	-	3	39	700	196	8.909	191	59	54	44	54	166
Total do Ativo	**1.097**	**927**	**266**	**43**	**820**	**387**	**11.008**	**2.558**	**95**	**72**	**65**	**72**	**172**
Passivo													
Passivo circulante	649	44	32	-	49	123	1.972	1.937	4	38	5	9	123
Passivo não circulante	286	495	11	-	142	57	5.466	142	23	17	4	8	24
Patrimônio Líquido	162	388	223	43	629	207	3.570	479	68	17	56	55	25
Total do Passivo	**1.097**	**927**	**266**	**43**	**820**	**387**	**11.008**	**2.558**	**95**	**72**	**65**	**72**	**172**
Resultados													
Receita operacional líquida	14	2.855	219	-	150	-	3.365	11.430	30	12	12	12	-
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	63	19	(1)	6	21	-	139	165	(14)	(1)	4	2	(23)
Participação no capital votante e total- % (**)	99,01%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	48,70%	49,99%	50,00%	33,33%	33,33%	33,33%	33,33%
País	Brasil	Holanda	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil	Brasil

(*) As informações financeiras da Evolua estão na data base de 31 de dezembro de 2024. O exercício social da Evolua, em suas demonstrações financeiras, se encerra em 31 de março.
(**) A participação no capital votante e total é mesma em 2024 e 2023.
(a) Posição 30.11.2024.

As participações acionárias mantidas pela Companhia não possuem ações negociadas em bolsa.

10.2 Descrição das atividades das controlada

Fundo de Investimento Imobiliário - FII FCM - Tem por objetivo adquirir e/ou construir, por meio de promessas de compra e venda, imóveis representados por terminais, bases, postos de abastecimento e fábrica de lubrificantes, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. Os ativos em construção pelo FII referem-se ao Projeto de Expansão Lubrax.

A Companhia tem a obrigação de aportar recursos na hipótese de o FII FCM não dispor de recursos para arcar com os custos e despesas relativas a qualquer pagamento ou indenização devida nos termos dos seus instrumentos constitutivos e prospectos de emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs).

Vibra Trading Importação e Exportação Ltda. – Sociedade com sede no Rio de Janeiro tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, insumos da indústria do petróleo, de combustíveis de outras fontes e produtos químicos, bem como a prestação de serviços correlacionados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Trading BV – Sociedade com sede em Amsterdam tem por objeto a importação, exportação e comercialização de petróleo e seus derivados, sendo 100% controlada da Companhia.

Vibra Ventures – Vibra Ventures Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior – tem o objetivo preponderante de buscar a valorização das cotas no longo prazo, por meio da aquisição de títulos e valores mobiliários de emissão de empresas atuantes no setor de tecnologia. O Fundo é administrado por MF Pepper Serviços Financeiros Ltda. ("MF Pepper"), com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo.

VBBR Conveniência S. A. - Sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ e que tem como principal atividade o comércio varejista em lojas de conveniência.

VB0224 Participações Ltda. - Constituída em 27 de março de 2024, com sede na cidade do Rio de Janeiro – RJ, tem como atividade principal a participação em outras sociedades não-financeiras.

10.3 Descrição das atividades dos empreendimentos controlados em conjunto

Comerc Participações S.A. – Tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de energia ou infraestrutura ou com atividades afins às desenvolvidas pela Comerc. É uma sociedade de capital aberto sem ações negociadas e com sede na cidade de São Paulo – SP.

ECE S.A. (Evolua) – Sociedade com sede na cidade de São Paulo – SP e que tem como principais atividades a importação, exportação, comercialização e armazenagem de etanol anidro e hidratado, prestação de serviços de transporte, carga e descarga de etanol e derivados e logística.

ZEG Biogás e Energia S.A. – Tem como principais atividades a fabricação, manutenção e reparo de máquinas e equipamentos, desenvolvimento de estudo e projetos nas áreas relacionadas com biogás e energia, e comercialização de biogás, biometano e de gás natural. A sede está localizada em Votorantim, SP.

Navegantes Logística Portuária S.A., Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - São Sociedades por ações de capital fechado, com único e exclusivo objeto social a exploração, sob regime de arrendamento, de áreas de infraestrutura públicas para a movimentação e armazenagem de granéis líquidos, especialmente combustíveis e possuem prazos de duração indeterminados. As áreas de exploração são: Navegantes - Porto Organizado de Vitória, Estado do Espírito Santo; Nordeste Logística I S.A., Nordeste Logística II S.A. e Nordeste Logística III S.A. - Porto Organizado de Cabedelo, Estado da Paraíba.

10.4 Acordo celebrado para antecipação da aquisição dos 50% da Comerc Energia S.A.

Em 21 de agosto de 2024, a Companhia celebrou um acordo para antecipar a aquisição dos 50% remanescentes da Comerc Energia S.A., em conjunto com a Perfin Infra e outros acionistas da Comerc. A transação foi avaliada em R$ 3,52 bilhões, com data-base de 1º de julho de 2024, estando sujeita a ajustes pelo CDI até a data de liquidação.

Nesta operação, a Comerc foi avaliada em R$ 7,05 bilhões. É importante ressaltar que o valor da aquisição está abaixo do limite de R$ 9,34 bilhões previamente aprovado em assembleia geral extraordinária da Vibra, realizada em 11 de agosto de 2022, dispensando assim a necessidade de nova convocação de assembleia para esta finalidade.

A conclusão da operação ocorreu em 16 de janeiro de 2025, conforme descrito na nota 31 – Eventos Subsequentes.

10.5 Impairment de empreendimentos controlados em conjunto

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia identificou necessidade de reconhecimento de perdas no valor recuperável referentes às participações societárias detidas na Comerc Energia S.A. (R$ 343) e na Zeg Biogás (R$ 362), reconhecidas no resultado em Outras Receitas (Despesas) Operacionais (nota 22.4).

ZegBiogás

As projeções utilizadas consideraram redução de volume e margem em operações que demandam altos investimentos, associada a uma grande redução de receitas nas operações off-taker, que contribuíam positivamente para o fluxo de caixa.

Comerc Energia S.A.

O valor recuperável foi estimado com base no preço pago para aquisição dos 50% restantes (R$ 3.635), ligeiramente superior ao valor em uso (R$ 3.523), sendo este impactado, principalmente, pelas projeções de redução de volume e margem do segmento Trading (Varejista).

Nos testes aplicados as taxas de descontos utilizadas foram: Comerc Participações – 11,29% (10,94% em 31 de dezembro de 2023) e Zeg Biogás – 15,65% (9,27% em 31 de dezembro de 2023).

10.6 Combinação de negócios

VB0224 Participações Ltda.

Em 27 de dezembro de 2024, a VB0224 Participações, empresa controlada pela Vibra Energia, adquiriu o controle das empresas VSA Participações Ltda. e Cedro Serviços e Participações Empresariais Ltda., que, por meio de suas controladas operacionais, atuam no segmento de Transportadores Revendedores Retalhistas (TRR) de combustíveis.

O preço pago na aquisição do controle da VSA e Cedro foi de R$195, acarretando um ágio por rentabilidade futura de R$118.

Essa avaliação do ágio é preliminar, representando a melhor estimativa em 31 de dezembro de 2024, podendo sofrer alterações quando da avaliação final, a ser concluída em observância aos prazos previstos nas normas contábeis aplicáveis.

VBBR Conveniência S.A.

Em 2023, em função do término da parceria da Vibra com a Americanas na sociedade Vem Conveniência, a Companhia constituiu a VBBR Conveniência S.A. com a finalidade de receber o acervo da cisão parcial desproporcional da Vem.

Na ocasião, a Companhia desembolsou R$192 pela aquisição da parcela mantida pela Americanas, retomando o controle total do negócio de conveniência e efetivamente desfazendo a Parceria.

Em 31 de dezembro de 2023, em função da aquisição do controle, a Companhia reconheceu um ganho por compra vantajosa de R$8. O total do valor justo dos ativos identificáveis foi de R$646.

10.7 Composição dos saldos de investimentos em participações societárias

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Participação em controladas e empreendimentos controlados em conjunto	1.986	1.859	3.634	2.796
Mais/Menos valia de ativos	936	1.019	992	1.078
Goodwill	1.004	1.611	1.004	1.611
Resultados não realizados	(5)	1	4	11
Total	**3.921**	**4.490**	**5.634**	**5.496**

10.8 Mutação dos investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto

	Controladora								
	2023	Aportes	Resultado de participações em investimentos	Dividendos	Amortização mais valia de ativos	Ajuste de conversão	Equivalência reflexa (*)	Impairment	2024
Controladas									
FII	145	-	62	(36)	-	-	-	-	171
Vibra Trading BV	189	98	17	-	-	82	-	-	386
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	-	225	(3)	-	-	-	-	-	222
Vibra Ventures	23	14	6	-	-	-	-	-	43
VBBR Conveniência	649	21	21	(4)	(3)	-	-	-	684
VB0224 Participações	-	207	-	-	-	-	-	-	207
	1.006	**565**	**103**	**(40)**	**(3)**	**82**	**-**	**-**	**1.713**
Empreendimentos controlados em conjunto									
Comerc	3.913	-	61	-	(14)	-	18	(343)	3.635
Evolua	166	-	71	-	-	-	-	-	237
Zeg Biogás e Energia	356	18	(7)	-	(5)	-	-	(362)	-
Demais empreendimentos	55	-	(6)	-	-	-	-	-	49
	4.490	**18**	**119**	**-**	**(19)**	**-**	**18**	**(705)**	**3.921**
Total	**5.496**	**583**	**222**	**(40)**	**(22)**	**82**	**18**	**(705)**	**5.634**

(*) Trata-se de reorganizações societárias do Grupo Comerc registradas em reserva de capital.

	Controladora								
	2022	**Aportes**	**Resultado de participações em investimentos**	**Dividendos**	**Amortização mais valia de ativos**	**Ajuste de conversão**	**Aquisição de controlada**	**Remensuração de participação/Ganho contrato preexistente**	**2023**
Controladas									
FII	91	-	79	(25)	-	-	-	-	145
Vibra Trading BV	183	-	19	-	-	(13)	-	-	189
Vibra Ventures	-	24	(1)	-	-	-	-	-	23
VBBR Conveniência	-	-	11	-	-	-	638	-	649
	274	**24**	**108**	**(25)**	**-**	**(13)**	**638**		**1.006**
Empreendimentos controlados em conjunto									
Comerc	3.903	-	27	-	(17)	-	-	-	3.913
Vem Conveniência	434	-	1	(1)	-	-	(446)	12	-
Evolua	227	-	(39)	(22)	-	-	-	-	166
Zeg Biogás e Energia	357	9	(6)	-	(4)	-	-	-	356
Demais empreendimentos	63	-	(7)	(1)	-	-	-	-	55
	4.984	**9**	**(24)**	**(24)**	**(21)**	**-**	**(446)**	**12**	**4.490**
Total	**5.258**	**33**	**84**	**(49)**	**(21)**	**(13)**	**192**	**12**	**5.496**

⇒ *Política contábil*

Base de consolidação e investimentos societários

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir.

A Companhia controla a investida quando está exposta ou tem direitos sobre os retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.

Empreendimentos controlados em conjunto são negócios compartilhados em que as partes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio.

Os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos é reconhecida no resultado, enquanto as demais mutações no patrimônio líquido, como reservas e outros resultados abrangentes, são reconhecidos de forma reflexa no patrimônio líquido da Companhia.

Combinação de negócios

O método de aquisição é aplicado quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ágio por rentabilidade futura (Goodwill) que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos.

O ágio por rentabilidade futura é apresentado no grupo investimento nas demonstrações contábeis individuais e reclassificado para o grupo intangível nas demonstrações contábeis consolidadas.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

Impairment de empreendimentos controlados em conjunto

A Companhia avalia anualmente os investimentos em empreendimentos controlados em conjunto que tenham sido adquiridos com ágio e avalia o valor recuperável de investimentos em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto, adquiridos sem ágio, apenas quando da existência de indicativos de perda.

O teste é feito individualmente para cada participação societária, comparando o valor contábil do investimento, incluindo o ágio, com o seu valor recuperável, este proporcionalizado à participação acionária da Companhia.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros, baseado em premissas relacionadas ao plano estratégico das investidas, incluindo perpetuidade, descontados a taxa de desconto apropriada. As principais premissas utilizadas no plano estratégico envolvem projeções de receitas, custos e despesas.

Os fluxos de caixa são ajustados a fim de atender as premissas do Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou seja, as atividades de financiamentos, resultado financeiro não relacionado à atividade normal da Companhia, aportes de capital, pagamento de dividendos e entradas/saídas relacionadas a empréstimos foram desconsiderados. Os fluxos de caixa, decorrentes do uso contínuo dos ativos relacionados, são ajustados pelos riscos específicos e utilizam uma taxa de desconto estruturada no Custo Médio Ponderado de Capital (WACC).

11 Imobilizado

	Consolidado					
Custo do imobilizado	**Terrenos**	**Edificações e Benfeitorias**	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Direitos de uso (a)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**443**	**3.794**	**5.863**	**1.233**	**1.286**	**12.619**
Adições	-	-	89	504	70	663
Baixas	(37)	(80)	(244)	(2)	(51)	(414)
Transferências (b)	10	103	155	(284)	-	(16)
Juros capitalizados	-	-	-	1	-	1
Combinação de negócios	-	9	6	-	-	15
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**416**	**3.826**	**5.869**	**1.452**	**1.305**	**12.868**
Adições	15	141	154	541	122	973
Baixas	(40)	(88)	(185)	(1)	(657)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Transferências - Adiantamento a fornecedores	-	-	9	-	-	9
Combinação de negócios	1	-	50	-	-	51
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**392**	**3.917**	**6.051**	**1.800**	**770**	**12.930**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**(1.660)**	**(3.617)**	**-**	**(398)**	**(5.675)**
Depreciação	-	(133)	(222)	-	(141)	(496)
Baixas	-	40	187	-	30	257
Transferências (b)	-	3	(1)	-	-	2
Combinação de negócios	-	(1)	(1)	-	-	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(1.751)**	**(3.654)**	**-**	**(509)**	**(5.914)**
Depreciação	-	(138)	(221)	-	(105)	(464)
Baixas	-	47	145	-	268	460
Combinação de negócios	-	-	(28)	-	-	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(1.842)**	**(3.758)**	**-**	**(346)**	**(5.946)**
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2023	**416**	**2.075**	**2.215**	**1.452**	**796**	**6.954**
Em 31 de dezembro de 2024	**392**	**2.075**	**2.293**	**1.800**	**424**	**6.984**
Tempo de vida útil estimada	ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 30 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 15.
(b) Inclui transferências com outros grupos.

	Controladora					
Custo do imobilizado	**Terrenos**	**Edificações e Benfeitorias**	**Equipamentos e Outros Bens**	**Ativos em Construção**	**Direitos de uso (a)**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**440**	**3.476**	**5.864**	**527**	**1.707**	**12.014**
Adições	-	-	89	488	72	649
Baixas	(37)	(80)	(244)	(2)	(51)	(414)
Transferências (b)	10	103	154	(261)	-	6
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**413**	**3.499**	**5.863**	**752**	**1.728**	**12.255**
Adições	15	139	147	541	120	962
Baixas	(40)	(87)	(185)	(1)	(658)	(971)
Transferências entre classes	-	38	154	(192)	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**388**	**3.589**	**5.979**	**1.100**	**1.177**	**12.233**
Depreciação acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**(1.600)**	**(3.618)**	**-**	**(494)**	**(5.712)**
Depreciação	-	(128)	(222)	-	(158)	(508)
Baixas	-	40	188	-	29	257
Transferências (b)	-	3	(1)	-	-	2
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(1.685)**	**(3.653)**	**-**	**(623)**	**(5.961)**
Depreciação	-	(132)	(220)	-	(118)	(470)
Baixas	-	47	146	-	267	460
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(1.770)**	**(3.727)**	**-**	**(474)**	**(5.971)**
Saldo do imobilizado						
Em 31 de dezembro de 2023	**413**	**1.814**	**2.210**	**752**	**1.105**	**6.294**
Em 31 de dezembro de 2024	**388**	**1.819**	**2.252**	**1.100**	**703**	**6.262**
Tempo de vida útil estimada	Ilimitada	01 a 60 anos	02 a 30 anos	n/a	01 a 60 anos	

(a) Ver detalhamento dos ativos de direito de uso na nota 15.
(b) Inclui transferências com outros grupos.

Os ativos em construção apresentados no consolidado referem-se, substancialmente, à expansão, modernização e melhorias em terminais e bases de distribuição de combustíveis, aeroportos e fábrica de lubrificantes.

Os ativos de direito de uso incluem, principalmente, terrenos utilizados como postos de combustíveis, unidades administrativas e edificações (nota 15).

Impairment

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos.

⇒ *Política contábil*

O imobilizado está demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), quando aplicável.

O custo de aquisição inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e de mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Os custos dos empréstimos para obras em andamento são capitalizados até que esses ativos estejam prontos para uso.

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando mensurados com segurança e desde que seja provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Demais gastos com reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado, quando incorridos.

Ganhos ou perdas na alienação de ativos imobilizados são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais.

O imobilizado da Companhia inclui equipamentos representados, substancialmente, por tanques, bombas e unidades de abastecimento de aeronaves, além de fábrica de lubrificante e bases de distribuição de combustíveis.

A depreciação é pelo método linear, com base em taxas determinadas em função da vida útil estimada dos bens. Os terrenos não são depreciados. As instalações e benfeitorias em propriedade de terceiros são depreciadas pelo prazo dos contratos celebrados com os clientes.

A Companhia reconhece o ativo de direito de uso na data de início do contrato de arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a da data de início.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento ou durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

Vida útil

A vida útil de um ativo e os métodos de depreciação são revistos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia avalia os ativos do imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

12 Intangível

	Consolidado					
Custo do intangível	**Direitos e Concessões (*)**	**Marcas**	**Créditos de Descarbonização**	**Softwares (a)**	**Goodwill**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**17**	**-**	**370**	**943**	**29**	**1.359**
Adições (b)	2	-	1.459	147	-	1.608
Baixas	-	-	-	-	(29)	(29)
Aposentadoria CBIOS	-	-	(1.794)	-	-	(1.794)
Combinação de negócios	418	79	-	20	-	517
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**437**	**79**	**35**	**1.110**	**-**	**1.661**
Adições (b)	3	-	851	293	-	1.147
Transferências	(8)	-	-	-	-	(8)
Aposentadoria CBIOS	-	-	(885)	-	-	(885)
Combinação de negócios	41	-	-	1	132	174
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**473**	**79**	**1**	**1.404**	**132**	**2.089**
Amortização acumulada						
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(6)**	**-**	**-**	**(459)**	**-**	**(465)**
Amortização	(3)	-	-	(55)	-	(58)
Combinação de negócios	(22)	(3)	-	(2)	-	(27)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(31)**	**(3)**	**-**	**(516)**	**-**	**(550)**
Amortização	(15)	(3)	-	(72)	-	(90)
Transferências	1	-	-	-	-	1
Combinação de negócios	(2)	-	-	(1)	-	(3)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(47)**	**(6)**	**-**	**(589)**	**-**	**(642)**
Saldo do intangível						
Em 31 de dezembro de 2023	**406**	**76**	**35**	**594**	**-**	**1.111**
Em 31 de dezembro de 2024	**426**	**73**	**1**	**815**	**132**	**1.447**
Tempo de vida útil estimada	5 a 30 anos	30 anos	Indefinida	5 a 9 anos		

(*) inclui contratos de fornecedores e franquias, entre outros.

	Controladora				
Custo do intangível	**Direitos e Concessões**	**Créditos de Descarbonização**	**Softwares (a)**	**Goodwill**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**17**	**370**	**943**	**29**	**1.359**
Adições (b)	-	1.459	146	-	1.605
Baixas	-	-	-	(29)	(29)
Aposentadoria CBIOS	-	(1.794)	-	-	(1.794)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**17**	**35**	**1.089**	**-**	**1.141**
Adições (b)	-	851	265	-	1.116
Aposentadoria CBIOS	-	(885)	-	-	(885)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**17**	**1**	**1.354**	**-**	**1.372**
Amortização acumulada					
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**(6)**	**-**	**(459)**	**-**	**(465)**
Amortização	(2)	-	(54)	-	(56)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**(8)**	**-**	**(513)**	**-**	**(521)**
Amortização	(1)	-	(66)	-	(67)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**(9)**	**-**	**(579)**	**-**	**(588)**
Saldo do intangível					
Em 31 de dezembro de 2023	**9**	**35**	**576**	**-**	**620**
Em 31 de dezembro de 2024	**8**	**1**	**775**	**-**	**784**
Tempo de vida útil estimada	10 a 13 anos	Indefinida	9 anos		

(a) A Companhia apresenta saldo de R$ 406 de *software* em desenvolvimento (R$ 273 em 31 de dezembro de 2023).

(b) Do total de R$ 293 de adições de *softwares* (R$ 147 em 31 de dezembro de 2023), R$ 199 corresponde a desenvolvimento interno (R$ 79 em 31 de dezembro de 2023).

Os ativos intangíveis incluem direitos e concessões, softwares e Créditos de Descarbonização (CBIOS). Em 2024, tivemos aposentadoria do saldo de CBIOs adquiridos em 2023, no cumprimento das metas de aposentadoria de CBIOS estipuladas pela ANP, bem como a aposentadoria de CBIOs adquiridos no próprio exercício.

Impairment

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não reconheceu perdas na recuperação dos ativos intangíveis.

⇒ *Política contábil*

Os ativos intangíveis com vida útil definida são mensurados ao custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados nos ativos específicos aos quais se relacionam. Demais gastos são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os custos de desenvolvimento diretamente atribuídos aos softwares são registrados como intangível se atendidos todos os critérios de reconhecimento, o que inclui, entre outros: gastos mensurados com confiabilidade, intenção, capacidade técnica e financeira para conclusão do ativo e geração de prováveis benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Os Créditos de Descarbonização (CBIOS) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível e não são amortizados. Estes ativos podem ser negociados e são utilizados para a liquidação da provisão de CBIOS constituída.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

Vida útil

A vida útil é revista anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente, como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

A Companhia avalia os ativos com vida útil definida quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil.

13 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Fornecedores				
No país	2.326	4.130	2.328	4.150
No exterior	106	366	99	343
Total	**2.432**	**4.496**	**2.427**	**4.493**

O saldo de fornecedores no país é composto, principalmente, (i) de faturas a pagar à Petrobras pela aquisição de derivados de petróleo e (ii) contratação de serviços (inclusive fretes). O saldo de fornecedores no exterior representa, principalmente, as obrigações relacionadas à importação de óleo diesel e de gasolina.

⇒ *Política contábil*

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são contabilizadas, inicialmente, pelo valor justo dos produtos ou serviços adquiridos e, subsequentemente, mensurados ao custo amortizado.

14 Financiamentos

				Consolidado				Controladora	
				2024		2023		2024	2023
	Moeda contratual	Indexadores e taxas de juros contratuais	Vencimento	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	
CRA - 10ª série	R$	100% do CDI a.a.	jul-24	-	-	215	214	-	215
CRI - 99ª Série	R$	IPCA + 4,09% a.a.	fev-25	52	52	98	95	-	-
1ª emissão - Série Única	R$	CDI + 0,89% a.a.	abr-25	154	154	462	462	154	462
CRA - 11ª Série	R$	IPCA + 5,59% a.a.	jul-25	399	404	379	375	399	379
NCE - Banco do Brasil	R$	100% CDI + 2,8%	set-27	7	7	-	-	-	-
NCE - Bradesco	R$	16,24% a.a.	dez-27	5	5	-	-	-	-
Cédula de Crédito Bancário	R$	100% CDI + 1,97%	ago-28	8	8	-	-	-	-
CDCA	R$	100% CDI + 1,89%	ago-28	17	17	-	-	-	-
Finex Santander	R$	CDI + 1,65% a.a	set-28	1.093	1.115	1.094	1.099	1.093	1.094
4ª Emissão - 1ª Série	R$	CDI + 1,45% a.a.	nov-28	718	730	719	721	718	719
NCE Banco Brasil	R$	CDI + 1,65% a.a	mar-29	495	511	493	502	495	493
NCE Banco Brasil	R$	CDI + 1,65% a.a	abr-29	561	579	562	573	561	562
CDCA	R$	CDI + 1,55% a.a.	ago-29	-	-	1.253	1.262	-	1.253
5ª Emissão - Série Única	R$	CDI + 1,50% a.a.	out-29	1.538	1.572	1.540	1.548	1.538	1.540
6ª Emissão - 1ª Série	R$	CDI + 1,07% a.a.	abr-31	776	783	-	-	776	-
CRA - 43ª Série	R$	IPCA + 5,3995% a.a.	set-31	960	837	912	867	960	912
7ª Emissão - Série Única	R$	CDI + 1,18% a.a.	jun-31	1.291	1.320	-	-	1.291	-
4ª Emissão - 2ª Série	R$	CDI + 1,75% a.a.	nov-31	801	829	800	814	801	800
8ª Emissão - Série Única	R$	CDI + 1,05% a.a.	nov-31	2.015	2.036	-	-	2.015	-
CRI - 100ª Série	R$	IPCA + 4,98% a.a.	fev-32	320	290	335	320	-	-
6ª Emissão - 2ª Série	R$	CDI + 1,25% a.a.	abr-34	759	774	-	-	759	-
Total no país				**11.969**	**12.023**	**8.862**	**8.852**	**11.560**	**8.429**
NCE MUFG	US$	2,18% a.a	mar-25	60	60	141	136	60	141
Loan 4131 Scotiabank	US$	2,19% a.a.	mar-25	1.386	1.373	1.083	1.031	1.386	1.083
Loan 4131 JP Morgan	US$	5,92% a.a.	mar-25	315	315	246	247	315	246
BNP Paribas (a)	US$	SOFR 3m + 1,76% a.a.	jul-25	315	313	246	246	-	-
Loan 4131 Scotiabank	US$	1,5258% a.a.	fev-26	622	586	487	440	622	487
Loan 4131 BNP	US$	2,023% a.a.	fev-26	937	889	732	671	937	732
Loan 4131 BOFA	US$	2,85% a.a.	fev-27	466	431	364	330	466	364
NCE Citibank	US$	6,61% a.a.	fev-27	475	475	367	334	475	367
Bank of America (a)	US$	SOFR 3m + 1,90% a.a.	fev-27	187	185	-	-	-	-
NCE Bank of China	US$	4,10% a.a.	abr-27	563	533	440	414	563	440
Loan 4131 Scotiabank	US$	2,3864% a.a.	out-27	557	497	435	380	557	435
Loan 4131 Scotiabank	US$	2,65% a.a.	fev-28	378	336	295	257	378	295
NCE Citibank	US$	6,33% a.a	fev-28	498	495	582	560	498	582
Loan 4131 Scotiabank	US$	4,9704% a.a.	mar-28	627	598	490	469	627	490
PPE BOFA	US$	SOFR 6m + 1,85% a.a.	nov-29	781	763	-	-	781	-
PPE ICBC	US$	SOFR 6m + 1,85% a.a.	nov-29	313	305	-	-	313	-
Total no exterior				**8.480**	**8.154**	**5.908**	**5.515**	**7.978**	**5.662**
Total de financiamentos				**20.449**	**20.177**	**14.770**	**14.367**	**19.538**	**14.091**
Circulante				2.695		1.349		2.592	1.266
Não circulante				17.754		13.421		16.946	12.825

(a) Empréstimo tomado pela Vibra Trading B.V. com Garantia da Vibra Energia S.A.

Os custos de transações incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do saldo do passivo correspondente e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva. Em 31 de dezembro de 2024, o montante apropriado ao resultado foi R$ 17. O saldo a apropriar nos próximos exercícios é de R$ 77.

Principais movimentações ocorridas no período

Captações Realizadas

Captações do Período						
Banco	**Produto**	**Data**	**Moeda**	**Principal (MLN)**	**Vencimento**	**Custo**
Bank of America Merrill Lynch	Offshore Loan	19/02/2024	USD	30	fev/27	SOFR + 1,90% a.a.
6ª Emissão - 1ª Série	Debêntures	06/05/2024	BRL	758	abr/31	CDI + 1,07% a.a.
6ª Emissão - 2ª Série	Debêntures	06/05/2024	BRL	742	abr/34	CDI + 1,25% a.a.
7ª Emissão - Série Única (a)	Debêntures	24/06/2024	BRL	1.300	jun/31	CDI + 1,18% a.a.
Bank of America Merrill Lynch	PPE	07/11/2024	USD	125	nov/29	SOFR + 1,85% a.a.
ICBC Panamá	PPE	14/11/2024	USD	50	nov/29	SOFR + 1,85% a.a.
8ª Emissão - Série Única	Debêntures	14/11/2024	BRL	2.000	nov/31	CDI + 1,05% a.a.

(a) Emissão destinada ao pré-pagamento do Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA da Companhia captado em 11/08/2021 no valor de R$ 1.200, quitado em 01/07/2024.

Renegociações Realizadas

Dívida	**Moeda**	**Principal (MLN)**	**Condição anterior**			**Condição atual**		
			Dívida	**SWAP**	**Vencimento**	**Dívida**	**SWAP**	**Vencimento**
NCE Citibank	USD	75	1,216%	CDI + 0,79% a.a.	fev/25	6,33%	CDI + 1,05% a.a.	fev/28
NCE Citibank	USD	80	2,944%	CDI + 1,65% a.a.	abr/27	6,61%	CDI + 1,15% a.a.	fev/27
Total	**-**	**155**						

14.1 Movimentação

	Consolidado			Controladora
	Mercado Bancário	Mercado de Capitais (CRI´s e Debêntures)	Total	Total
No país				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	**3.889**	**5.866**	**9.755**	**9.167**
Captações	1.052	-	1.052	1.052
Amortização de principal	(1.484)	(500)	(1.984)	(1.784)
Amortização de juros	(573)	(632)	(1.205)	(1.205)
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	520	622	1.142	1.141
Variações monetárias	-	102	102	58
Total no país em 31 de dezembro de 2023	**3.404**	**5.458**	**8.862**	**8.429**
Captações	-	4.764	4.764	4.764
Amortização de principal	(1.200)	(602)	(1.802)	(1.704)
Amortização de juros	(397)	(663)	(1.060)	(1.060)
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	342	725	1.067	1.068
Variações monetárias	-	101	101	63
Combinação de negócios	37	-	37	-
Total no país em 31 de dezembro de 2024	**2.186**	**9.783**	**11.969**	**11.560**
No exterior				
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2023	**6.802**	**-**	**6.802**	**6.538**
Captações	784	-	784	784
Amortização de principal	(1.190)	-	(1.190)	(1.190)
Amortização de juros	(167)	-	(167)	(151)
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	175	-	175	158
Variação cambial	(477)	-	(477)	(477)
Ajuste acumulado de conversão	(19)	-	(19)	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2023	**5.908**	**-**	**5.908**	**5.662**
Captações	1.161	-	1.161	1.012
Amortização de principal	(299)	-	(299)	(299)
Amortização de juros	(214)	-	(214)	(181)
Alterações não caixa				
Provisionamento de juros	235	-	235	206
Variação cambial	1.579	-	1.579	1.578
Ajuste acumulado de conversão	110	-	110	-
Total no exterior em 31 de dezembro de 2024	**8.480**	**-**	**8.480**	**7.978**
Saldo final em 31 de dezembro de 2024	**10.666**	**9.783**	**20.449**	**19.538**

14.2 Informações sumarizadas sobre os vencimentos dos financiamentos

									Consolidado	Controladora
	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031 em diante	Total	Total
Financiamentos País:	**-**	**872**	**50**	**399**	**2.203**	**2.390**	**1.732**	**4.323**	**11.969**	**11.560**
Indexados a taxas flutuantes	-	870	47	398	2.203	2.390	1.732	4.323	11.963	11.560
Indexados a taxas fixas	-	2	3	1	-	-	-	-	6	-
Financiamentos Exterior:	**-**	**2.133**	**1.703**	**2.785**	**1.137**	**722**	**-**	**-**	**8.480**	**7.978**
Indexados a taxas flutuantes	-	325	-	186	361	722	-	-	1.594	1.093
Indexados a taxas fixas	-	1.808	1.703	2.599	776	-	-	-	6.886	6.885
Em 31 de dezembro de 2024	**-**	**3.005**	**1.753**	**3.184**	**3.340**	**3.112**	**1.732**	**4.323**	**20.449**	**19.538**
Em 31 de dezembro de 2023	**1.348**	**2.402**	**1.365**	**2.227**	**3.209**	**3.095**	**562**	**562**	**14.770**	**14.091**

Os valores justos dos financiamentos país (nota 14) são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot DI x Pré interpoladas e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2). Para os financiamentos feitos em moeda estrangeira (nota 14) os valores justos são determinados pelo método de fluxo de caixa descontado pelas taxas spot interpoladas Cupom Cambial Limpo e pelo risco de crédito da Companhia (nível 2).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros é apresentada na nota 28.

14.3 Covenants

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum contrato de dívidas consolidadas com covenants financeiros.

A Companhia possui covenants não financeiros em 31 de dezembro de 2024, que devem ser cumpridos anualmente ou trimestralmente, incluindo, mas não se limitando a: (i) apresentação das demonstrações contábeis; (ii) não sofrer protestos de títulos em montantes previamente determinados; (iii) não figurar como inadimplente junto ao credor ou a qualquer instituição financeira ou de crédito conforme valores acordados; (iv) cumprir as normas aplicáveis referentes às leis anticorrupção, antiterrorismo e leis socioambientais; (v) não realizar reorganizações societárias não autorizadas ou vendas de ativos acima dos limites estabelecidos nos contratos, dentre outras cláusulas.

Não foi identificado nenhum descumprimento de covenants não financeiros que ensejasse vencimento antecipado de suas operações financeiras.

⇒ *Política contábil*

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos pelo valor justo líquido dos custos de transação incorridos e, após o reconhecimento inicial, são mensurados ao custo amortizado, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos qualificáveis são capitalizados como parte do custo desses ativos. Os custos de empréstimos são adicionados ao custo dos ativos até o momento em que esses ativos estejam prontos para o uso. Ativo qualificável é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso.

Os custos de empréstimos elegíveis à capitalização representam os custos efetivamente incorridos, menos qualquer receita financeira decorrente do investimento temporário dos recursos captados e ainda não utilizados na aquisição ou na construção dos ativos qualificados.

Todos os outros custos de empréstimos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

15 Arrendamentos

A Companhia é arrendatária em diversos contratos, com naturezas distintas, cujas principais operações dizem respeito a arrendamentos de terrenos para uso em postos de combustíveis, bases de distribuição de combustíveis, unidades administrativas e edificações. Parte desses arrendamentos são celebrados com a controlada FII FCM, administrado pela Rio Bravo Investimentos DTVM Ltda.

A Companhia reconhece o ativo do direito de uso e um passivo de arrendamento correspondente na data de início do contrato.

15.1 Ativos de direito de uso – Movimentação por tipo de ativos

	Consolidado				Controladora			
	Terrenos	Edificações e Benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e outros bens	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**461**	**415**	**12**	**888**	**523**	**676**	**14**	**1.213**
Adições	57	12	1	70	59	12	1	72
Baixas	(22)	1	-	(21)	(22)	-	-	(22)
Depreciação	(90)	(47)	(4)	(141)	(102)	(52)	(4)	(158)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**406**	**381**	**9**	**796**	**458**	**636**	**11**	**1.105**
Adições	118	1	3	122	118	1	1	120
Baixas	(23)	(366)	-	(389)	(25)	(366)	-	(391)
Depreciação	(85)	(16)	(4)	(105)	(94)	(20)	(4)	(118)
Transferências entre classes	(1)	1	-	-	-	-	-	-
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	-	-	-	-	(13)	-	-	(13)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**415**	**1**	**8**	**424**	**444**	**251**	**8**	**703**
Prazo contratual	01 a 30 anos	01 a 10 anos	01 a 20 anos		01 a 30 anos	01 a 60 anos	01 a 20 anos	

15.2 Passivo de Arrendamento – Movimentação e conciliação com os fluxos de caixa de financiamento

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Saldo início do exercício	**748**	**834**	**1.161**	**1.320**
Pagamento de principal	(93)	(130)	(199)	(273)
Pagamento de juros	(40)	(75)	(45)	(82)
Alterações não caixa				
Aquisições de direito de uso	105	69	92	72
Remensuração de direito de uso e arrendamentos	17	-	15	-
Provisionamento de juros	39	72	81	119
Variações monetárias	-	-	24	27
Baixas	(455)	(22)	(454)	(22)
Combinação de negócios	38	-	-	-
Saldo Final	**359**	**748**	**675**	**1.161**

15.3 Fluxo de pagamentos

A seguir estão apresentados os fluxos de pagamentos dos arrendamentos:

	Consolidado			Controladora
	Pagamentos			Pagamentos
Compromissos estimados	**Valor futuro**	**Juros anuais**	**Valor presente**	**Valor presente**
2025	96	(16)	80	183
2026	33	(16)	17	91
2027	34	(16)	18	46
2028	32	(15)	17	42
2029	30	(14)	16	34
2030 em diante	304	(93)	211	279
Em 31 de dezembro de 2024	**529**	**(170)**	**359**	**675**
Circulante			80	183
Não circulante			279	492
Em 31 de dezembro de 2024			**359**	**675**
Circulante			121	229
Não circulante			627	932
Em 31 de dezembro de 2023			**748**	**1.161**

Os pagamentos das parcelas variáveis dos arrendamentos, assim como os pagamentos de arrendamentos de curto prazo que não compõem o passivo, foram reconhecidos no resultado totalizando R$ 226 e R$ 7 (R$ 193 e R$ 18 em 31 de dezembro de 2023), respectivamente (consolidado e controladora).

Assim sendo, a Companhia está potencialmente exposta a saídas futuras de caixa de pagamentos variáveis de arrendamentos, principalmente associados a variações nos volumes vendidos. Esse fluxo está demonstrado a seguir:

Consolidado						
2025	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030 em diante**	**Total**
160	138	137	131	127	474	**1.167**

15.4 Taxas nominais médias de desconto

Prazos contratuais	Até 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 15 anos	De 15 a 20 anos	De 20 a 25 anos
Taxa média de desconto (% a.a.)	8,38%	9,10%	9,57%	9,92%	6,81%

15.5 Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/n°2/2019

15.5.1 Apresentação dos arrendamentos, direito de uso e PIS/COFINS a recuperar – CPC 06 e Ofício CVM

	Consolidado					
	Passivo de Arrendamento (*)	Direito de uso	Despesa Financeira	Depreciação	Contraprestação (**)	PIS/COFINS (**)
CPC 06 (R2) (a)	318	425	39	103	266	25
Ofício CVM (b)	439	463	73	110	121	12

(a) Fluxo de caixa não inflacionado.

(b) Fluxo de caixa incluindo a projeção de inflação futura.

(*) Referem-se a contratos impactados pela revisão IFRS16, ou seja, contratos anteriores à revisão e que já estavam classificados como arrendamento financeiro não estão sendo considerados nesta apresentação.

(**) Os pagamentos das contraprestações dos arrendamentos podem gerar direito ao creditamento do PIS e COFINS, desde que atendam as condições previstas na legislação tributária.

⇒ *Política contábil*

Os passivos de arrendamento são mensurados inicialmente ao valor presente dos fluxos de pagamentos dos arrendamentos, sem a projeção de inflação futura, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos.

São remensurados quando há uma alteração nos pagamentos futuros, resultante de mudanças em índices ou taxas ou se a Companhia alterar a avaliação se exercerá uma opção de compra ou ainda em caso de mudanças nos prazos, decorrentes de prorrogações ou rescisões.

Os pagamentos de arrendamentos incluídos na mensuração dos passivos de arrendamento compreendem o seguinte: pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência; pagamentos variáveis que dependam de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início; e o preço de exercício da opção de compra, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção.

Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo não estão inseridos nos passivos de arrendamentos, sendo reconhecidos no resultado.

16 Tributos

16.1 Impostos e contribuições

	Consolidado (a)						
	Ativo				Passivo		
	2024				2024		
	Circulante	Não Circulante	Total	2023	Circulante	Total	2023
ICMS	1.525	327	1.852	1.743	102	102	111
PIS / COFINS	1.183	4.505	5.688	3.550	3	3	62
IR a recuperar	-	157	157	157	-	-	-
CSLL a recuperar	-	57	57	56	-	-	-
IPI	16	-	16	16	-	-	-
Outros	40	-	40	57	32	32	35
Total	**2.764**	**5.046**	**7.810**	**5.579**	**137**	**137**	**208**

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

Recuperação de Tributos - Lei Complementar nº 194/2022

Em 2022 a Companhia impetrou Mandado de Segurança por intermédio do qual se discutiu o direito a tomada de créditos de PIS/COFINS sobre a aquisição para revenda, seja em operações internas ou internacionais, de diesel e seus derivados, GLP, querosene de aviação e biodiesel correspondentes ao período de anterioridade nonagesimal contado da vigência da Lei Complementar nº 194/2022, qual seja, de 23 de junho a 21 de setembro de 2022.

Em setembro de 2024, após decisão transitada em julgada favoravelmente a Companhia, foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS no montante de R$4.075.

Posteriormente, a União Federal ingressou com ação rescisória por meio da qual visa a desconstituir a decisão que reconheceu o direito aos referidos créditos à Companhia. Assessorada por seus consultores jurídicos externos e internos, avalia, à luz do momento processual e demais circunstâncias relevantes, que a expectativa de perda nesta discussão é remota.

Outros Créditos

Em 2024 também foram reconhecidos créditos de PIS e COFINS decorrentes, principalmente, dos eventos a seguir:

- R$ 535 de créditos complementares referentes ao período original de vigência do art. 9º da LC nº 192;
- R$ 329 de créditos sobre os valores de CBIOS adquiridos consoante as metas anuais da Companhia e que foram por ela aposentados no período entre 2020 até dezembro de 2024; e
- R$107 referente a indébito tributário.

16.2 Programas de Anistias Estaduais

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 a Companhia liquidou débitos tributários de ICMS junto a diversos Estados, por meio de Programas de Anistias.

Estaduais

			2024		
Estado	**Lei Estadual / Decreto**	**Benefícios auferidos**	**Débitos Existentes**	**Benefício de Redução**	**Valor pago após benefício**
SP	Lei nº 17.843, de 7 de novembro de 2023 e Edital de nº 1/2024	Redução de 100% (cem por cento) dos juros e 50% das multas punitivas e moratórias	22	19	3
PE	Lei Complementar 523 de 22/12/2023	Redução aplicada: 85% (oitenta e cinco por cento)	17	3	14
GO	Programa Negocie Já - Lei nº 22.572/24	Redução de até 99% do valor total de multas e juros	17	9	8
Outros			3	1	2
Total			**59**	**32**	**27**

Estaduais

			2023		
Estado	**Lei Estadual / Decreto**	**Benefícios auferidos**	**Débitos Existentes**	**Benefício de Redução**	**Valor pago após benefício**
TO	Portaria SEFAZ TO 417/2023	Redução de 95% de multas e juros	10	7	3
PE	Lei Complementar n° 520/2023	Redução de 90 % de multas e juros	7	4	3
CE	Lei nº 18.615/2023	Redução de 100% (cem por cento) dos juros e das multas punitivas e moratórias	7	6	1
Outros			2	1	1
Total			**26**	**18**	**8**

16.3 Imposto de Renda e contribuição social diferidos

16.3.1 Movimentação

	Consolidado												Controladora
		Reconhecido no		2023			Reconhecido no			2024			
Origem do registro dos impostos diferidos	**2022**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**	**Valor Líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**	**Resultado**	**Patrimônio Líquido**	**Combinação de Negócios**	**Valor líquido**	**Ativo fiscal diferido**	**Passivo fiscal diferido**	**Valor líquido**
Contas a receber	30	6	-	36	36	-	(20)	-	-	16	16	-	15
Bonificações antecipadas	938	20	-	958	958	-	(60)	-	-	898	898	-	898
Imobilizado	(667)	19	-	(648)	87	(735)	107	-	-	(541)	85	(626)	(541)
Arrendamentos	412	(53)	-	359	359	-	(164)	-	-	195	195	-	195
Processos judiciais	312	142	-	454	454	-	(68)	-	-	386	386	-	386
Benefício Pós Emprego	392	(8)	155	539	599	(60)	(2)	(150)	-	387	447	(60)	387
Depósitos judiciais	(146)	(20)	-	(166)	-	(166)	(7)	-	-	(173)	-	(173)	(173)
Instrumentos financeiros derivativos	502	134	-	636	636	-	250	-	-	886	886	-	886
Ganho na avaliação a valor justo dos ativos aportados na constituição de JV	(144)	6	-	(138)	-	(138)	4	-	-	(134)	-	(134)	(134)
Provisão para Créditos de Descarbonização	203	(186)	-	17	17	-	(17)	-	-	-	-	-	-
Impairment de Investimento	-	-	-	-	-	-	240	-	-	240	240	-	240
Resultado a valor justo (earnouts e opções)	(5)	(4)	-	(9)	-	(9)	(136)	-	-	(145)	9	(154)	(145)
Outros	93	64	-	157	162	(5)	(3)	-	1	155	183	(28)	146
Total	**1.920**	**120**	**155**	**2.195**	**3.308**	**(1.113)**	**124**	**(150)**	**1**	**2.170**	**3.345**	**(1.175)**	**2.160**

16.3.2 Estimativa de realização

	Imposto de renda e CSLL	
Período	**Consolidado**	**Controladora**
2025	1.165	1.157
2026 a 2028	452	451
2029 a 2034	553	552
31 de dezembro de 2024	**2.170**	**2.160**
31 de dezembro de 2023	**2.195**	**2.194**

16.3.3 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro líquido antes dos impostos	8.538	6.459	8.519	6.444
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(2.903)	(2.196)	(2.896)	(2.191)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:				
• Contribuição previdenciária	(31)	(31)	(31)	(31)
• Atualização dos Indébitos Tributários	9	235	9	235
• (Adições)/exclusões permanentes, líquidas	45	(12)	21	(41)
• Juros sobre capital próprio	365	316	365	316
• Resultado de equivalência patrimonial	42	(14)	78	25
• Tributação no Brasil de lucro de empresas no exterior	(38)	(52)	(38)	(52)
• Incentivos fiscais	16	30	16	30
• Atualização de ações judiciais transitadas em julgado (*)	319	-	319	-
• Indébito tributário - PAT	5	31	5	31
Imposto de renda e contribuição social	**(2.171)**	**(1.693)**	**(2.152)**	**(1.678)**
IR e CSLL correntes	(2.295)	(1.813)	(2.268)	(1.797)
IR e CSLL diferidos	124	120	116	119
	(2.171)	**(1.693)**	**(2.152)**	**(1.678)**
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,4%	26,2%	25,3%	26,0%

(*) Refere-se, principalmente, à atualização financeira dos créditos de PIS/COFINS Lei Complementar n° 194 (nota 15).

16.3.4 Imposto Mínimo Complementar Global (Pilar Dois)

Em decorrência do Pilar Dois da Reforma Tributária Internacional, este imposto é classificado como um tributo sobre a renda dentro do escopo das alterações recentes no CPC 32/IAS 12. A Tributação Mínima Global visa assegurar que o Grupo cumpra com um nível mínimo de tributação sobre seus lucros em todas as jurisdições em que opera. Dessa forma, o grupo está monitorando implementação do imposto mínimo complementar global, por contar com entidades ativas na Holanda e Estados Unidos da América.

No que tange ao Brasil, a regra foi implementada parcialmente por meio da Lei 15.079/2024 e da IN RFB n° 2.228/2024, produzindo efeitos a partir 1º de janeiro de 2025. Temporariamente adota-se a exceção de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos relacionados aos tributos sobre o lucro do Pilar Dois. Entretanto, para o exercício de 2024, o grupo conta com estimativas de que a aplicação desta regra não gera impacto nas obrigações fiscais do Grupo ou nas demonstrações financeiras.

⇒ ***Política contábil***

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável, aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Os impostos e contribuições sociais diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O saldo dos impostos diferidos ativos é revisado no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia apresenta o imposto de renda e a contribuição social diferidos em base líquida, quando os ativos e passivos fiscais diferidos estão relacionados às despesas com impostos de uma mesma autoridade fiscal e mesma entidade legal.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas contidas no Plano de Negócios, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração. Esse plano contém as principais premissas que suportam a mensuração dos lucros tributáveis futuros.

17 Salário, férias, encargos, prêmios e incentivos

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Provisão de férias	78	70	77	69
Salários, encargos e outras provisões	92	81	76	78
Prêmio por desempenho / Incentivos de curto prazo (nota 17.1)	170	144	170	144
Incentivos de longo prazo (nota 17.2)	-	7	-	7
Total registrado no circulante	**340**	**302**	**323**	**298**
Incentivos registrados no não circulante (nota 17.2)	**16**	**20**	**16**	**20**
Incentivos registrados no patrimônio líquido (nota 17.2)	**72**	**58**	**72**	**58**

17.1 Incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria Executiva

Em 31 de dezembro de 2024, foram provisionados os montantes de R$ 167 (R$ 152 em 31 de dezembro de 2023) para pagamento de incentivos de curto prazo aos empregados e aos membros da Diretoria, tendo sido pagos R$ 141 no período.

17.2 Planos de pagamentos baseados em ações

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui 4 (quatro) programas de pagamentos baseados em ações. Esses planos têm, dentre seus objetivos: (i) alinhar interesses entre acionistas e executivos; (ii) reconhecer o sucesso na execução do Business Plan; (iii) reforçar a visão a longo prazo nas decisões da Companhia; e (iv) reter talentos e compartilhar o sucesso da organização. Atualmente esses programas têm como beneficiários os membros do Conselho de Administração, Diretoria Executiva e demais executivos.

Plano de Incentivo de Longo Prazo em Opções de Compra de Ações (liquidado em instrumentos patrimoniais e dinheiro): Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de julho de 2020. Neste plano o executivo recebe opções da Companhia que poderão ser convertidas em ações por um período de três anos (período do exercício) após um prazo determinado de três anos (vesting) a partir de sua outorga.

O Plano prevê que o "Conselho de Administração poderá optar por liquidar as Opções exercidas em dinheiro, mediante o pagamento do delta positivo entre o Preço de Exercício e o valor de mercado da ação, ocasião em que a Companhia descontará e reterá quaisquer tributos aplicáveis". Tendo o Comitê de Pessoas a delegação para gerir o plano, sendo assim, os membros do Comitê de Pessoas aprovaram, portanto, a liquidação dos planos de ações 50% em dinheiro e 50% em ações, lembrando que nos termos da regulação aplicável.

Plano de Ações Restritas - Programa de Matching Shares (liquidado em instrumento patrimoniais): Aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária em 28 de julho de 2020. Neste, o executivo recebe ações como contrapartida ao investimento feito na compra de ações de emissão da Companhia no mercado, usando parte de seu incentivo de curto prazo, após um prazo determinado de carência de três anos a partir do seu investimento.

Plano de Incentivo de Longo prazo em ações de Performance - Performance Share (liquidado em instrumentos patrimoniais): Aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2022. Trata-se de um Incentivo de Longo Prazo baseado em ações no qual o número de ações a serem concedidos depende do resultado de desempenho de um grupo de indicadores durante o período de 3 (três) anos.

Pagamentos baseados em ação com liquidação em caixa

Prêmio extraordinário aos Diretores Executivos (liquidado em dinheiro). Aprovado pelo Conselho de Administração em 27/01/2022, em função do resultado da Companhia de 2021 com a finalidade de reter os executivos.

Programa especial de performance (liquidado em instrumentos patrimoniais): Trata-se do mesmo Plano de Incentivo de Longo prazo em ações de Performance.

O montante reconhecido no resultado em 31 de dezembro de 2024 como despesa de pessoal foi de R$ 36, incluindo encargos sociais (R$ 31 em 31 de dezembro de 2023).

Seguem informações dos programas:

Programa	Data da outorga	Fim da carência	Data de expiração	Quantidades outorgadas	Quantidades canceladas	Ativos Exercidos / Resgatados	Ativos liberados para exercício em 31.12.2024 (*)	Ativos em carência em 31.12.2024	Preço de exercício na outorga	Preço de exercício atualizado	Valor justo na outorga	Valor Justo atualizado
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.498.318	418.292	1.006.805	73.221	-	R$21,81	R$15,63	R$7,36	R$5,08
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	638.894	273.555	365.339	-	-	R$21,73	R$17,32	R$6,48	-
Prêmio Extraordinário aos Diretores	02/01/2022	02/01/2024	01/02/2024	269.808	64.746	205.062	-	-	-	-	R$21,94	-
Stock Options 2020	31/07/2020	31/07/2023	31/07/2026	1.918.884	838.864	969.067	110.953	-	R$21,81	R$15,63	R$7,36	-
Stock Options 2021	15/04/2021	15/04/2024	15/04/2027	3.409.339	1.102.737	1.758.370	548.232	-	R$21,73	R$16,48	R$6,39	-
Stock Options 2021 CA	15/04/2021	15/04/2023	15/04/2026	638.894	273.555	365.339	-	-	R$21,73	R$16,48	R$6,48	-
Stock Options 2022	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2028	1.568.652	784.206	-	-	784.446	R$23,02	R$20,05	R$4,50	-
Stock Options 2022 CA	28/04/2022	28/04/2024	28/04/2027	588.234	196.078	196.078	196.078	-	R$23,02	R$19,79	R$4,59	-
Stock Options 2022 CA	02/05/2022	02/05/2024	02/05/2027	431.372	-	431.372	-	-	R$23,02	R$19,79	R$4,59	-
Stock Options 2022 CA	03/05/2022	03/05/2024	03/05/2027	392.156	-	196.078	196.078	-	R$23,02	R$19,79	R$4,59	-
Stock Options 2022 CA	05/05/2022	05/05/2024	05/05/2027	196.078	-	-	196.078	-	R$23,02	R$19,79	R$4,59	-
Stock Options 2023	27/04/2023	27/04/2026	27/04/2029	1.309.226	61.361	-	-	1.247.865	R$14,56	R$12,17	R$5,51	-
Stock Options 2023 CA	27/04/2023	18/04/2024	18/10/2024	163.339	81.669	81.670	-	-	R$14,56	R$12,17	R$5,51	-
Stock Options 2023	03/07/2023	03/07/2026	03/07/2029	109.489	-	-	-	109.489	R$15,80	R$13,41	R$6,82	-
Stock Options 2023	01/08/2023	01/08/2026	01/08/2029	106.305	-	-	-	106.305	R$16,95	R$14,56	R$6,82	-
Stock Options 2024	18/04/2024	18/04/2027	18/04/2030	886.607	18.393	-	-	868.214	R$24,81	R$23,26	R$10,30	-
Stock Options 2024 CA	18/04/2024	18/04/2026	18/04/2029	868.353	108.544	-	-	759.809	R$24,81	R$23,26	R$8,95	-
Matching 2020	14/04/2021	14/04/2024	22/04/2024	35.769	12.142	23.627	-	-	-	-	22,98	-
Matching 2021	28/04/2022	28/04/2025	28/04/2025	41.650	15.269	-	-	26.381	-	-	21,27	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	934.814	358.318	-	-	576.496	-	-	23,02	-
Performance Share 2022	28/04/2022	28/04/2025	-	103.859	39.811	-	-	64.048	-	-	21,98	-
Performance Shares 2022	01/05/2022	01/05/2025	-	1.741	-	-	-	1.741	-	-	21,76	-
Performance Shares 2022	18/05/2022	18/05/2025	-	9.519	-	-	-	9.519	-	-	19,85	-
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	-	1.566.458	199.354	-	-	1.367.104	-	-	14,56	-
Performance Shares 2023	27/04/2023	27/04/2026	-	174.049	22.148	-	-	151.901	-	-	25,92	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	85.442	-	-	-	85.442	-	-	15,80	-
Performance Shares 2023	03/07/2023	03/07/2026	-	9.495	-	-	-	9.495	-	-	34,52	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	76.990	-	-	-	76.990	-	-	16,95	-
Performance Shares 2023	01/08/2023	01/08/2026	-	7.656	-	-	-	7.656	-	-	34,23	-
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	-	243.924	9.123	-	-	234.801	-	-	26,76	-
Performance Shares 2024	18/04/2024	18/04/2027	-	975.707	36.496	-	-	939.211	-	-	24,14	-
Performance Shares 2024	05/06/2024	05/06/2027	-	1.667	-	-	-	1.667	-	-	24,00	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	11/06/2027	-	2.101	-	-	-	2.101	-	-	23,87	-
Performance Shares 2024	10/06/2024	10/06/2027	-	111	-	-	-	111	-	-	23,87	-
Performance Shares 2024	17/06/2024	17/06/2027	-	5.730	-	-	-	5.730	-	-	23,56	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	975.142	-	-	-	975.142	-	-	15,69	-
Programa Especial de Performance 2023	01/02/2023	01/02/2028	01/02/2028	108.351	-	-	-	108.351	-	-	40,99	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	128.084	-	-	-	128.084	-	-	18,05	-
Programa Especial de Performance 2023	03/07/2023	03/07/2028	03/07/2028	14.231	-	-	-	14.231	-	-	45,32	-

(*) Inclui ativos com pedidos de liberação/resgate ainda em análise na data do relatório.

Mensuração do valor justo:

Stock Options 2020: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 4,25% a.a.; Dividend Yield de 1,90% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade da ação de 2 anos, sendo essa de 34,03%, além dos prazos de vesting e exercício.

Stock Options 2021 / Stock Options 2021 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 2,75% a.a.; Dividend Yield de 9,01% (excluindo o de 2019 por estar acima da média histórica) e Volatilidade (março/2019 a mar/2021), sendo essa de 48,64%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Matching Shares 2020 e 2021: o valor justo (fair value) das ações é equivalente à cotação de fechamento na data da outorga.

Prêmio Extraordinário aos Diretores: considera a média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores à data da outorga.

Stock Options 2022 / Stock Options 2022 CA: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 12,86% a.a.; Dividend Yield de 11,44% e Volatilidade (março/2018 a abril/2022), sendo essa de 49,09%, além dos prazos de vesting (2 anos para CA e 3 anos para os demais participantes) e exercício.

Stock Options 2023: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 11,64% a.a.; Dividend Yield de 5,56 % e Volatilidade (março/2020 a abril/2023), sendo essa de 45,58%, além dos prazos de vesting (3 anos) e exercício.

Stock Options 2024 líderes: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R$ 24,14 e Volatilidade (abr/2021 a abr/2024) de 34,76%, além dos prazos de vesting e exercício de 3 anos.

Stock Options CA 2024: O valor justo (fair value) das opções foi calculado seguindo o método Binomial. As variáveis utilizadas foram: Taxa livre de risco de 10,75 % a.a., preço de exercício de R$ 24,81, preço do ativo base em 18/04/2024 de R$ 24,14 e Volatilidade (abr/2022 a abr/2024) de 35,39%, além dos prazos de vesting de 2 anos e exercício de 3 anos.

Ações de Performance: O valor justo (fair value) da parcela relacionado aos indicadores de não mercado foi calculado com base no preço do ativo na data da outorga, enquanto a parcela relacionada ao indicador de mercado foi calculada pelo método de Monte Carlo, considerando o prazo de vesting de 3 anos e as premissas previstas no programa.

⇒ *Política contábil*

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamento baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesas de pessoal durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios com a contrapartida registrada no patrimônio líquido.

O valor justo do montante a pagar aos empregados, dos programas que são liquidados em caixa, é atualizado a cada data de reporte e reconhecido como despesa com um correspondente aumento do passivo.

18 Benefícios concedidos a empregados

As obrigações da Companhia relativas aos planos de pensão e de saúde estão representadas a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Plano de pensão Petros Repactuado	621	1.027	621	1.027
Plano de pensão Petros Não Repactuado	248	307	248	307
Plano de saúde	33	72	33	72
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**902**	**1.406**	**902**	**1.406**
Circulante	145	155	145	155
Não circulante	757	1.251	757	1.251

Planos de Pensão

A gestão dos planos de previdência complementar da Companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

a) Plano Petros do Sistema Petrobras Repactuados (PPSP-R) e Plano Petros do Sistema Petrobras Não Repactuados (PPSP-NR)

Os Planos Petros Repactuados e Não Repactuados (anteriormente Plano Petros do Sistema Petrobras - PPSP) são planos de previdência de benefício definido, instituído pela Petrobras em julho de 1970, que asseguram aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social, e são direcionados atualmente aos empregados da Petrobras, Petros e da Companhia. O plano está fechado aos empregados admitidos a partir de setembro de 2002.

As patrocinadoras efetuam contribuições regulares em valores iguais aos valores das contribuições dos participantes (empregados, assistidos e pensionistas), ou seja, de forma paritária.

A Vibra formalizou à Petros em 2023 o pedido de Cisão dos planos PPSP-R e PPSP-NR, com objetivo de separar o grupo de participantes, assistidos e o patrimônio relacionados à Vibra das demais patrocinadoras, que resultará na criação de dois novos planos (PPSP-R Vibra e PPSP-NR Vibra) que irão abrigar exclusivamente os participantes ligados à patrocinadora. Importante destacar que a transferência de todos os participantes da Vibra Energia ocorrerá automaticamente com a criação dos planos e que nada muda em termos de regras, obrigações e direitos, inclusive em relação aos planos de equacionamento de déficits que estejam em vigor até a data de aprovação da cisão.

PPSP-R e PPSP-NR – Contribuições da Companhia

Em relação as contribuições dos planos PPSP-R, o valor acumulado até 31 de dezembro de 2024, referente às contribuições normais foi de R$ 27 (R$ 26 até dezembro de 2023).

As contribuições extraordinárias (referente aos Planos de Equacionamento de Déficit – PEDs em vigor) do plano PPSP-R foi de R$ 66 até 31 de dezembro de 2024 (R$ 59 até dezembro de 2023).

Em relação as contribuições dos planos PPSP-NR, o valor acumulado até 31 de dezembro de 2024, referente às contribuições normais foi de R$ 11 (R$11 até dezembro de 2023). O total até 31 de dezembro de 2024 referente às contribuições extraordinárias (referente ao plano de equacionamento de déficit – PED em vigor) do plano PPSP-NR foi de R$ 25 (R$ 21 até dezembro de 2023).

Atualmente, a Vibra contribui para 3 planos de equacionamento de déficits em andamento para os planos PPSP-R e PPSP-NR, com o objetivo de reequilibrar os ativos e passivos do plano: (i) o Novo PED, iniciado em 2020, que consolidou os resultados do exercício de 2018 (“PED2018”) com os valores do PED/2015; (ii) o PED PPSP-R 2021, baseado no resultado deficitário do plano apurado em 31/12/2021, com contribuições iniciadas em 04/2023; e (iii) o PED PPSP-NR 2022, baseado no resultado deficitário do plano apurados em 31/12/2022, com contribuições iniciadas em 04/2024.

As contribuições esperadas (parte patronal) do PPSP-R e PPSP-NR, para 2024, somam R$ 93 e R$ 38, respectivamente.

A duração média do passivo atuarial dos planos (PPSP-R e PPSP-NR), 31 de dezembro de 2024, é de 8,67 anos e 8,17 anos, respectivamente (10,91 anos e 9,22 anos em 31 de dezembro de 2023).

PP-2

O Plano Petros-2 foi implementado em julho de 2007, na modalidade de contribuição variável. A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método de crédito unitário projetado. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento e renda por prazo indeterminado.

O Plano Petros 2 possui uma parcela com característica de contribuição definida cujos pagamentos são reconhecidos no resultado. Até 31 de dezembro de 2024, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida no Plano Petros 2 foi de R$ 4 (R$ 4 até dezembro de 2023).

As contribuições esperadas da patrocinadora, para 2024, são R$ 4, referentes à parcela de contribuição definida (R$ 5 até dezembro de 2023).

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2024 é de 9,97 anos (11,55 anos em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo dos ativos garantidores é superior ao valor presente das obrigações gerando um superávit irrecuperável de R$ 19 (R$ 12 em 31 de dezembro de 2023), assim sendo, o passivo apresenta saldo zero. Não há constituição de ativo, uma vez que o mesmo não atende aos critérios de reconhecimento, não gerando ganho econômico.

FlexPrev

O Flexprev é o plano de previdência oficial da Vibra Energia desde dezembro de 2021. Criado na modalidade Contribuição Definida, é um plano mais moderno e alinhados as práticas de mercado. Os participantes oriundos dos planos PPSP-R, PPSP-NR e PP-2, também patrocinados pela Vibra, tiveram a opção de realizar a migração para o Flexprev.

O saldo das obrigações financeiras (instrumento de dívida) a ser pago à Petros resultante desta migração totaliza, em 31 de dezembro de 2024, R$ 131 referente ao PPSP-R (R$ 138 dezembro de 2023 referente ao PPSP-R). Os valores resultantes da migração dos participantes dos planos PPSP-NR e PP-2 foram quitados na ocasião do pagamento da entrada da amortização do saldo devedor, em 2022. O saldo remanescente será pago pelo prazo máximo de 15 (quinze anos).

Essas obrigações representam: (i) no PPSP-R e PPSP-NR: as contribuições futuras normais devidas aos participantes na condição de assistidos (inatividade), bem como os valores devidos, vencidos e não pagos e os vincendos em relação ao Plano de Equacionamento de Déficit (PED) implementado e a parcela cabível à VIBRA do resultado deficitário nos PPSPs, e (ii) no PP-2: equivale a parcela de resultado deficitário de responsabilidade da VIBRA.

Os valores descritos são objeto de atualização por recorrência até a data do efetivo pagamento de cada parcela, com correção pelas metas atuariais dos planos de origem (pro rata die), sendo PPSP-R (IPCA + 4,43% a.a.), PPSP-NR (IPCA + 4,37% a.a.) e PP-2 (IPCA + 4,75% a.a.).

As contribuições patronais relativas ao FlexPrev pagas no período findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R$ 29 (R$ 28 dezembro de 2023).

18.1 Ativos dos planos de pensão

Para os planos PPSP-R e PPSP-NR, em 2023 foi finalizada a estratégia de imunização, que segue contribuindo com resultados positivos para as carteiras em razão, principalmente, da maior estabilidade proporcionada pelos títulos marcados na curva. De modo geral, as Políticas de Investimentos 2024-2028, para esses planos, destacam que:

1. Para além de ajustes marginais que possam ocorrer na parcela de imunização, a gestão dos ativos ilíquidos será pautada em desinvestimentos. Alocações em COE e FIP seguem vedadas pelo Conselho Deliberativo;
2. As demais alocações, na parcela líquida, priorizarão os mandatos via fundos de investimentos, visando diversificação, aprimoramento da relação entre risco e retorno dos portfólios e contribuição com o crescimento dos respectivos patrimônios.

Para os planos FlexPrev e PP-2, em linhas gerais, a estratégia de investimentos, com foco no longo prazo, segue fundamentada por modelo de otimização que busca superar o objetivo de retorno de ambos os planos com o menor risco possível, aliada à continuidade da diversificação dos portfólios via fundos. Além disso, o Conselho Deliberativo autorizou a realização de até quatro projetos-pilotos de FIPs de modo individual para os portfólios dos planos, desde que respeitados os limites máximos e alvos apresentados nas Políticas de Investimentos 2024-2028, com tais programas sujeitos também a uma série de restrições e não sendo mandatórios.

Especificamente para o Plano FlexPrev, permanece a diretriz de aderência da carteira à modalidade de contribuição definida, principalmente considerando ativos oriundos dos planos originários (PPSP-R, PPSP-NR e PP-2). Nesse sentido, é ressaltado eventual tratamento específico para títulos públicos na curva, ainda existentes na carteira do plano. Além disso, destaca-se que a Petros segue em tratativas internas para a implementação de perfis de investimento que, quando forem aplicáveis, ensejarão revisão da Política de Investimentos do plano.

Já sobre o Plano PP-2, destaca-se a possibilidade de imunização de uma parcela da carteira, semelhante ao modelo implementado nos planos PPSP-R e PPSP-NR entre 2021 e 2023. Tal implementação, contudo, é condicionada à segregação dos investimentos entre as modalidades de contribuição definida e benefício definido presentes no plano, movimento previsto para ocorrer ao longo de 2024.

Os ativos dos planos de pensão, segregados por categoria, são os seguintes:

	Consolidado					
	2024				2023	
Categoria do Ativo	Preços cotados em mercado ativo	Preços não cotados em mercado ativo	Valor justo total	%	Valor justo total	%
Renda fixa	**871**	**2.081**	**2.952**	**86%**	**3.173**	**82%**
Títulos públicos	218	2.081	2.299		2.722	
Outros investimentos	653	-	653		451	
Renda variável	**123**	**58**	**181**	**5%**	**315**	**8%**
Ações à vista	123	-	123		243	
Outros investimentos	-	58	58		72	
Investimentos estruturados	**38**	**8**	**46**	**1%**	**56**	**1%**
Investimentos no exterior	**18**	**-**	**18**	**1%**	**16**	**0%**
Imóveis	**-**	**160**	**160**	**5%**	**188**	**5%**
Outros ativos	-	**2**	**2**	**0%**	**16**	**0%**
	1.050	**2.309**	**3.359**	**98%**	**3.764**	**98%**
Empréstimos a participantes	-	80	80	**2%**	87	2%
	1.050	**2.389**	**3.439**	**100%**	**3.851**	**100%**

Plano de saúde

A partir do 4º trimestre de 2020, a Companhia contratou o plano de saúde da Bradesco Seguros, oferecendo o benefício de saúde (médico e odontológico) aos seus colaboradores, ex-colaboradores e seus dependentes em substituição ao plano de autogestão (AMS).

De acordo com a Lei nº 9.656/98, é assegurado ao colaborador aposentado, que contribuiu com o plano de saúde em decorrência de vínculo empregatício por meio de contribuições fixas e mensais, pelo prazo mínimo de 10 anos, o direito de manutenção como beneficiário, nas mesmas condições de cobertura assistencial de que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assumindo o pagamento integral.

Para os colaboradores com 10 anos ou mais de contribuição e que venham a se aposentar na empresa, a Vibra ofereceu a possibilidade da manutenção do benefício vigente à época da aposentadoria, mediante pagamento de quota parte da mensalidade estipulada pela Companhia e a respectiva coparticipação.

Aos colaboradores com tempo de contribuição entre 02 (dois) e 09 (nove) anos para o plano "AMS", a Vibra decidiu oferecer a possibilidade de continuidade do pagamento das mensalidades na condição de titular até que seja completado o período de 10 (dez) anos e desde que o colaborador se aposente na empresa, garantindo as condições de manutenção do plano, conforme regra descrita no parágrafo anterior.

Para aqueles com menos de dois anos de Companhia, o direito ao plano Bradesco foi dado pelo tempo de permanência na Companhia, respeitadas as regras da Lei nº 9.956/1998 e da RN 488 em caso de desligamento sem justa causa para os casos em que houve contribuição mensal ao plano de saúde (Lei nº 9.956/1998 e RN 488: legislação que garante o direito à permanência no plano de saúde de 6 meses a 2 anos após desligamento sem justa causa a depender do tempo de contribuição ao plano).

Os aposentados com menos de dez anos de Companhia, tiveram direito à permanência no plano pelo período equivalente ao tempo de contribuição.

Para os ex-colaboradores que foram desligados nos programas de demissão (PIDV/PDO), na condição de não aposentado, e pela RN 488 foi mantido o prazo previamente determinado no momento do desligamento.

Para o grupo de aposentados e pensionistas com contribuição superior a 10 anos, o plano de saúde é vitalício (direito adquirido), contudo a partir de 2022 é observada redução gradativa do subsídio patronal ao longo de 7 anos, atingindo em 2028 o equilíbrio do custeio.

A Companhia extinguiu as contribuições fixas para os novos colaboradores e adota a partir de 2022 a redução gradativa do subsídio patronal, eliminando o fator gerador do passivo e segue buscando o aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como aprimoramento dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Em abril de 2022, a Companhia foi notificada acerca de duas liminares concedida pela Justiça do Trabalho em favor do Sindicatos de empregados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais (ACC 100176-39.2022.5.01.0009, ajuizada no dia 09/03/2022 e ACC 0010217-76.2022.5.03.0017, ajuizada no dia 28/03/2022) determinando que a Companhia se abstenha de utilizar a variação de faixa etária para fins de estipulação de mensalidades do plano de saúde, adote o custeio 70/30 (70% pela empresa e 30% pelo usuário) relativamente aos aposentados e pensionistas; e realize o desconto do valor devido pelo usuário em folha/contracheque da PETROS, suspendendo a cobrança por meio de boleto.

A liminar concedida na ACC 100176-39.2022.5.01.0009 foi mantida, conforme sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

A liminar concedida na ACC 0010217-76.2022.5.03.0017 foi revogada em razão do reconhecimento pelo Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região de incompetência da Justiça do Trabalho para a apreciação de demandas envolvendo o plano de saúde fornecido pela VIBRA, cujo julgamento deve ser realizado pela Justiça Comum, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça proferida no Incidente de Assunção de Competência nº 5º. O acórdão do TRT da 3ª Região (MG) foi objeto de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que manteve a decisão. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pelo sindicato perante o STF.

Foram propostas, ainda, outras quatro ações coletivas por sindicatos e associações de aposentados. A ACC 0020293-35.2022.5.04.0017 (ajuizada no dia 28/03/2022) foi extinta sem julgamento do mérito, sob fundamento de prevenção do Juízo da 9ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro, que recebeu a primeira demanda sobre o tema. Após a interposição de recursos pelas partes, foi proferido acórdão pelo TRT da 4ª Região (RS) que determinou o retorno do processo à 1ª instância para reabertura da instrução. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100266-33.2022.5.01.0046 (ajuizada no dia 06/04/2022) houve a concessão de liminar, confirmada por sentença e acórdão proferido pelo TRT da 1ª Região (RJ). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Na ação coletiva 0100658-83.2022.5.01.0074 (ajuizada no dia 01/08/2022) houve a concessão de liminar e no dia 30/06/24 o processo foi concluso para sentença. Aos 05/07/24 foi prolatada sentença desfavorável à VIBRA. O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TRT da 1ª Região (RJ). Considerando o critério de classificação de risco adotado para as ações sobre o tema, mencionado após o relato do andamento dos processos, não houve alteração na expectativa de risco, já classificada como possível.

Na ação coletiva 0101013-75.2022.5.01.0080 (ajuizada no dia 18/11/2022) o Juízo prolatou sentença em que reconheceu a incompetência da Justiça do Trabalho. Em face dessa decisão foi interposto recurso ordinário pelo sindicato perante o TRT da 1ª Região (RJ), ainda não julgado.

Aos 22/11/2023 foi ajuizada a ação coletiva 0001367-03.2023.5.19.0001, em trâmite no TRT da 19ª Região (AL), na qual foi concedida liminar para determinar a manutenção das condições de custeio anteriores. A liminar em questão foi confirmada em sentença e acórdão proferido pelo TRT da 19ª Região (AL). O processo está aguardando julgamento de recurso interposto pela Vibra perante o TST.

Atualmente, existem sete ações coletivas sobre o tema. Há um processo com decisão de primeira instância e um com decisão no TST favorável à VIBRA, reconhecendo a incompetência da Justiça do Trabalho para julgar o assunto. Em contrapartida, há um processo com decisão de primeira instância e três processos com decisões de segunda instância desfavoráveis à Vibra. Por fim, há um processo que foi extinto sem resolução do mérito, por prevenção. A decisão de segunda instância determinou a reabertura da instrução e há recurso da Vibra pendente de julgamento.

As ações em que houve a concessão de liminar e/ou a prolação de sentença desfavorável à VIBRA, considerando o contexto jurídico, arcabouço probatório, jurisprudência e legislação aplicáveis, foram classificadas como perda possível: 100176-39.2022.5.01.0009, 0100266-33.2022.5.01.0046, 0100658-83.2022.5.01.0074, 0001367-03.2023.5.19.0001.

As ações em que houve o reconhecimento de incompetência da Justiça do Trabalho ou de prevenção estão classificadas como perda remota: 0010217-76.2022.5.03.0017, 0101013-75.2022.5.01.0080, 0020293-35.2022.5.04.0017.

Os riscos atuariais envolvidos no benefício de saúde são:

(I) benefício saúde no pós-emprego,
(II) sobrevida superior que a estabelecida nas tábuas de mortalidade,
(III) rotatividade inferior a prevista e
(IV) crescimento dos custos médicos acima do esperado.

O plano de saúde não está coberto por ativos garantidores.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2024 é 1,82 anos (1,95 anos em 31 de dezembro de 2023).

18.2 Obrigações e despesas líquidas atuariais, calculados por atuários independentes, e valor justo dos ativos dos planos

18.2.1 Movimentação das obrigações atuariais, do valor justo dos ativos e dos valores reconhecidos no balanço patrimonial

	Consolidado									
	2024					2023				
	Planos de Pensão					Plano de Pensão				
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	Total	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	Plano de saúde	Total
Movimentação do valor presente das obrigações atuariais										
Obrigação atuarial no início do exercício	3.521	1.181	337	72	5.111	2.789	1.117	299	68	4.273
Custo dos juros	324	108	32	5	469	324	139	35	5	503
Custo do serviço corrente	2	-	-	1	3	3	-	-	1	4
Contribuições de participantes	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefícios pagos	(277)	(106)	(26)	(145)	(554)	(275)	(110)	(21)	(155)	(561)
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - experiência	(223)	70	6	102	(45)	403	(48)	(1)	153	507
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses financeiras	(497)	(231)	(63)	(2)	(793)	237	70	25	-	332
Remensuração: (Ganhos)/ Perdas atuariais - hipóteses demográficas	-	-	-	-	-	39	13	-	-	52
Obrigação atuarial no fim do exercício	**2.851**	**1.022**	**286**	**33**	**4.192**	**3.521**	**1.181**	**337**	**72**	**5.111**
Movimentação do valor justo dos ativos do plano										
Ativos do plano no início do exercício	2.628	874	349	-	3.851	2.378	753	304	-	3.435
Receitas de juros	243	80	32	-	355	278	94	35	-	407
Contribuições pagas pela empresa	93	37	-	-	130	95	32	-	-	127
Contribuições de participantes	1	-	-	-	1	1	-	-	-	1
Benefícios pagos	(277)	(106)	(26)	-	(409)	(275)	(110)	(21)	-	(406)
Remensuração: Retorno sobre os ativos excedente à receita de juros	(327)	(111)	(50)	-	(488)	151	105	31	-	287
Ativos do plano no fim do exercício	**2.361**	**774**	**305**	**-**	**3.440**	**2.628**	**874**	**349**	**-**	**3.851**
Valores reconhecidos no balanço patrimonial										
Valor presente das obrigações	2.851	1.022	286	33	4.192	3.521	1.181	337	72	5.111
(-) Valor justo dos ativos do plano	(2.361)	(773)	(305)	-	(3.439)	(2.628)	(874)	(349)	-	(3.851)
Superávit Irrecuperável no final do exercício	-	-	19	-	19	-	-	12	-	12
Parcelamento de dívida	131	-	-	-	131	134	-	-	-	134
Passivo atuarial líquido no fim do exercício	**621**	**248**	**-**	**33**	**902**	**1.027**	**307**	**-**	**72**	**1.406**
Movimentação do passivo atuarial líquido										
Saldo no início do exercício	893	307	-	72	1.272	411	364	-	68	843
(+) Efeitos de remensuração reconhecidos em ORA (*)	(393)	(50)	-	100	(343)	528	(70)	-	153	611
(+) Custos incorridos no exercício	2	-	-	1	3	3	-	-	1	4
(-) Pagamento de contribuições	(93)	(37)	-	(145)	(275)	(95)	(32)	-	(155)	(282)
(+) Juros líquidos sobre passivo líquido	81	28	-	5	114	46	45	-	5	96
Saldo Passivo Atuarial no final do exercício	**490**	**248**	**-**	**33**	**771**	**893**	**307**	**-**	**72**	**1.272**
Parcelamento da dívida:										
Saldo no início do exercício	134	-	-	-	134	138	-	-	-	138
Custo incorrido no exercício	12	-	-	-	12	11	-	-	-	11
Pagamento de termo financeiro	(15)	-	-	-	(15)	(15)	-	-	-	(15)
Saldo Parcelamento da Dívida no final do exercício	**131**	**-**	**-**	**-**	**131**	**(134)**	**-**	**-**	**-**	**134**
Saldo no fim do exercício	**621**	**248**	**-**	**33**	**902**	**1.027**	**307**	**-**	**72**	**1.406**
Circulante	93	38	-	14	145	90	34	-	31	155
Não circulante	528	210	-	19	757	937	273	-	41	1.251
	621	**248**	**-**	**33**	**902**	**1.027**	**307**	**-**	**72**	**1.406**

(*) Em 2024, a remensuração do PPSP-R foi impactada, principalmente, pelas hipóteses financeiras, pois a taxa de desconto subiu de 5,40% para 7,49%.

18.2.2 Componentes do benefício definido

	2024				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	2	-	1	3	3
Juros líquidos sobre o passivo líquido	81	28	5	114	114
Custo do exercício	**83**	**28**	**6**	**117**	**117**
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custeio das atividades operacionais	1	-	-	1	1
Diretamente no resultado	3	-	1	4	4
Relativa aos inativos (*):	79	28	5	112	112
Custo do exercício	**83**	**28**	**6**	**117**	**117**
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	12	-	-	12	12
Custo da dívida no exercício	**12**	**-**	**-**	**12**	**12**
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	2	-	-	2	2
Relativa aos inativos (*):	10	-	-	10	10
Custo da dívida no período	**12**	**-**	**-**	**12**	**12**
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**95**	**28**	**6**	**129**	**129**

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

	2023				
	Consolidado				Controladora
	Plano de Pensão				
	PPSP-R	PPSP-NR	Plano de saúde	Total	Total
Custo do serviço corrente	3	-	1	4	4
Juros líquidos sobre o passivo líquido	45	45	6	96	96
Custo do exercício	**48**	**45**	**7**	**100**	**100**
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	4	1	1	6	6
Relativa aos inativos (*):	44	44	6	94	94
Custo do exercício	**48**	**45**	**7**	**100**	**100**
Parcelamento da Dívida:					
(+) Custo dos Juros	11	-	-	11	11
Custo do exercício	**11**	**-**	**-**	**11**	**11**
Relativa a empregados ativos:					
Diretamente no resultado	2	-	-	2	2
Relativa aos inativos (*):	9	-	-	9	9
Custo do exercício	**11**	**-**	**-**	**11**	**11**
Total Obrigações Planos de pensão e saúde	**59**	**45**	**7**	**111**	**111**

(*) Outras Receitas (Despesas), líquidas

18.2.3 Premissas atuariais adotadas no cálculo

	2024				2023			
	PPSP-R	**PPSP-NR**	**Petros 2**	**Plano de saúde**	**PPSP-R**	**PPSP-NR**	**Petros 2**	**Plano de saúde**
Taxa de desconto nominal (Real + Inflação) (1)	12,75%	12,79%	12,75%	12,84%	9,52%	9,51%	9,54%	9,97%
Taxa de crescimento salarial Nominal (Real + Inflação)	7,51%	7,51%	7,51%	n/a	6,50%	6,50%	6,50%	n/a
Taxa de variação de custos médicos e hospitalares (2)	n/a	n/a	n/a	12,44% a 3,15% a.a	n/a	n/a	n/a	10,55% a 3,15% a.a
Tábua de mortalidade geral	EX-PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2016	EX-PETROS Bidecremental 2016	EX-PETROS 2025	AT-2012 IAM Basic Feminina desagravada em 10%	EX-PETROS 2016
Tábua de entrada em invalidez	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022	Grupo Americana	Grupo Americana	Grupo Americana	Experiência Invalidez PP-2 2022	Grupo Americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina	AT 83 Segregada por sexo	MI 85 Masculina e suavizada em 10%	AT 49 Masculina	AT 49 Masculina	AT 83 Segregada por sexo	IAPB 1957 (forte) e desagravada em 30%	AT 49 Masculina
Idade de entrada na aposentadoria	Homens - 57 anos Mulheres - 56 anos	Homens - 59 anos Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª eligibilidade Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade	Homens - 57 anos Mulheres - 56 anos	Homens - 59 anos Mulheres - 57 anos	1ª elegibilidade	Homens PPSP -R - 57 anos PPSP-NR - 59 anos Petros 2 - 1ª eligibilidade Mulheres PPSP-R - 56 anos PPSP-NR - 57 anos Petros 2 - 1ª elegibilidade

(1) Considerando uma curva de inflação projetada com base no mercado em 4,89% para 2024.
(2) Taxa decrescente atingindo nos próximos 5 anos a expectativa de inflação projetada de longo prazo.

18.2.4 Análise de sensibilidade

A variação de 1% nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teriam os seguintes efeitos:

	Consolidado					
	Taxa de desconto				Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	Pensão		Saúde		Saúde	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(270)	302	-	-	-	-
Custo do serviço e juros	1	5	-	-	-	-

18.2.5 Perfil de vencimento da obrigação

	2024			
	Plano de Pensão			Plano de saúde
	PPSP-R	PPSP-NR	Petros 2	
31/12/2025	279	107	25	14
31/12/2026	257	97	23	11
31/12/2027	236	89	21	8
31/12/2028	216	81	19	-
31/12/2029 ou posterior	1.863	648	198	-
Total	**2.851**	**1.022**	**286**	**33**

⇒ *Política contábil*

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final.

Mudanças na obrigação de benefício definido líquido são reconhecidas quando incorridas, da seguinte maneira: i) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e ii) remensurações em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais; e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A Companhia contribui para os planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

A mensuração destes compromissos depende de diversas estimativas, que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições da empresa e dos funcionários. Essas e outras estimativas são revisadas, anualmente, e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento das premissas atuariais. Dentre as principais premissas utilizadas estão:

- *taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro; e*

- *taxa de variação de custos médicos e hospitalares: premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares.*

As estimativas dos custos médicos futuros consideram o efeito dos avanços tecnológicos, das alterações na utilização dos cuidados de saúde ou de modelos de prestação desses cuidados, e de alterações nas condições de saúde dos participantes do plano. Esta taxa é definida para cada ano a partir da data de avaliação até o fim do período de pagamento dos benefícios.

- Hipóteses e experiência demográficas, como tábua de mortalidade geral, tábua de entrada em invalidez, tábua de mortalidade de inválidos e alterações no cadastro da patrocinadora.

A análise de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares, assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na nota 19.2.3.

19 Provisão para Crédito de Descarbonização (CBIO)

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Provisão para Créditos de Descarbonização	-	48	-	48
Total	**-**	**48**	**-**	**48**

Os CBIOs, que são ativos negociáveis e adquiridos no mercado, são emitidos por produtores e importadores de biocombustíveis devidamente certificados de acordo com a eficiência para a mitigação de uma quantidade específica de gases de efeito estufa em relação ao seu substituto fóssil.

A aposentadoria do CBIO é o processo para retirada definitiva de circulação do CBIO, impedindo qualquer negociação futura.

As metas estabelecidas de cada ano são publicadas no site da ANP e, para fins de rateio das obrigações do ano corrente, se baseiam no volume de combustíveis fósseis comercializados pelos distribuidores de combustíveis (market-share) do ano anterior e são estabelecidas em unidades de Crédito de Descarbonização (CBIO).

Para 2024, a Companhia possuía como meta uma redução equivalente à quantidade de 9.544.136 CBIOs (10.176.115 CBIOS em 2023). O prazo de aposentadoria dos CBIOS de 2024 encerrou-se em dezembro de 2024.

No período houve provisionamento de CBIOS de R$ 837 (nota 22.4) e aposentadoria de R$ 885 (nota 12).

⇒ *Política contábil*

A Companhia reconhece a provisão para crédito de descarbonização no passivo circulante e na rubrica Outras receitas (despesas), líquidas, com base nas metas estabelecias pela ANP.

A provisão é mensurada mensalmente de forma proporcional as metas de volume estabelecidas pela ANP, que inclui, para as quantidades compradas, o custo médio de aquisição e para as quantidades a adquirir do período, o preço médio negociado na bolsa de valores (B3) no último dia útil do mês. No momento da aposentadoria, o passivo constituído é compensado com os créditos de descarbonização adquiridos e que são contabilizados no ativo intangível (nota 12).

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 o capital social totalmente subscrito e integralizado no valor de R$ 10.034 (R$ 7.579 em 31 de dezembro de 2023), está composto por 1.119.000.000 (1.165.000.000 em 31 de dezembro de 2023) ações ordinárias representadas na forma escritural e sem valor nominal. No ano de 2024 ocorreu o aumento de capital no valor de R$ 2.455 mediante a utilização das reservas de lucros.

20.2 Ações em tesouraria

Em 5 de abril de 2024, o Conselho de Administração aprovou o cancelamento de 46.000.000 ações ordinárias de emissão da Companhia, mantidas em tesouraria, sem redução do valor do seu capital social.

Em decorrência do cancelamento, o capital social da Vibra passou a ser dividido em 1.119.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 4 de julho de 2024, o Conselho de Administração da Vibra aprovou um novo programa de recompra de ações ordinárias de emissão da Companhia com efeitos a partir do dia 10 de julho de 2024, limitado ao valor total de R$ 1,2 bilhão em um prazo de até 18 meses.

A recompra tem por objetivo a aquisição de ações ordinárias de emissão da própria Companhia para manutenção de tais ações adquiridas em tesouraria, cancelamento ou alienação. As ações recompradas e mantidas em tesouraria podem, a critério da Administração, ser usadas para cumprir obrigações decorrentes de planos de ações referentes à retenção de executivos, na forma aprovada por Assembleia Geral e pelo Conselho de Administração da Companhia.

A quantidade de ações em tesouraria detida pela Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de 4.489.080 (50.039.747 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia possui registrado no patrimônio líquido o montante de R$ 105 de ações em tesouraria (R$ 1.150 em 31 de dezembro de 2023).

20.3 Reservas de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reservas de lucros da Companhia excedeu o capital social.

A Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada em 16 de abril de 2025, deliberará sobre a aplicação do excesso de reservas de lucros no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

20.3.1 Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

20.3.2 Reserva de retenção de lucros

É destinada à aplicação em investimentos previstos em orçamento de capital de 2025, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, etanol, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes, em consonância com o artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 está sendo prevista uma retenção de lucros de R$ 4.412 (R$ 2.893 em 31 de dezembro de 2023).

20.3.3 Reserva de incentivos fiscais

É constituída da parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações.

20.4 Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 44 do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

	2024
Lucro líquido do exercício	6.367
Apropriação	
Reserva legal	(319)
Lucro básico para determinação dos dividendos / Juros sobre capital próprio	**6.048**
Juros sobre capital próprio / dividendos	
Equivalentes a 25% do lucro básico	1.512
Registrados no patrimônio líquido	
Dividendos adicionais propostos	33
Equivalentes a aproximadamente 9% do lucro básico	
Juros sobre capital próprio reconhecidos no passivo	**1.074**
Dividendos	529
Total de dividendos / juros sobre capital próprios	**1.603**
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(91)
Total de dividendos / juros sobre capital próprio propostos	**1.512**
Dividendos / Juros sobre capital por ação	1,47

20.4.1 Movimentação de dividendos e juros sobre o capital próprio

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial	1.124	401
Adição	2.007	1.200
Pagamento	(1.528)	(401)
Imposto de renda retido na fonte	(91)	(76)
Saldo final	**1.512**	**1.124**

Em 18 de abril de 2024, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária, dividendo adicional de R$ 404, referente ao exercício de 2023.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas sob a forma de juros sobre o capital próprio no montante total de R$1.074, para pagamento aos acionistas em 2025.

Esta antecipação deverá compor o dividendo mínimo obrigatório do exercício social 2024, *ad referendum* (sujeitos à ratificação) da Assembleia Geral Ordinária (AGO), sem prejuízo de outras eventuais distribuições a serem definidas na AGO que apreciará as demonstrações contábeis do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024.

⇒ *Política contábil*

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, com base nos limites definidos no estatuto social da Companhia e nas leis vigentes. No caso da destinação dos dividendos exceder ao mínimo obrigatório, esse excedente permanece registrado no patrimônio líquido na conta de Dividendos Adicionais Propostos, até a aprovação na Assembleia Geral dos Acionistas ou Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre capital próprio são imputados ao dividendo mínimo pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido como no resultado do exercício.

20.5 Ajustes de avaliação patrimonial

Referem-se ao reconhecimento dos ganhos ou perdas atuariais, líquidos de tributos sobre o lucro, apurados por atuários independentes ao final de cada exercício social, assim como ao reconhecimento dos ajustes acumulados de conversão de participações societárias do exterior.

20.6 Resultado por ação

	Consolidado	
	2024	**2023**
Numerador		
Lucro líquido	**6.367**	**4.766**
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	**1.114.986.255**	**1.119.801.007**
Resultado por ação básico	**5,7104**	**4,2561**
Numerador		
Lucro líquido	**6.367**	**4.766**
Denominador		
Média ponderada das ações em poder dos acionistas	1.114.986.255	1.119.801.007
Potencial incremento de ações considerando o plano de incentivo	5.653.750	3.076.702
Média ponderada de ações ajustadas	**1.120.640.004**	**1.122.877.709**
Resultado por ação diluído	**5,6816**	**4,2445**

No resultado diluído por ação, a quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas é ajustada para refletir a presunção da conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. Assim sendo, para as opções de compra de ações do programa de incentivo de longo prazo (nota 17.2), é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo preço médio de mercado da ação da Companhia no exercício.

21 Receita de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos, serviços e energia				
Derivados de petróleo				
Diesel	86.434	86.047	86.391	85.319
Gasolina	52.007	51.279	51.762	51.254
Óleo combustível	5.720	6.650	5.720	6.650
Querosene de aviação	19.252	18.870	19.252	18.870
Lubrificantes	3.121	3.243	3.121	3.243
Coque	43	607	43	438
Outros derivados	2.035	1.911	1.786	1.911
Etanol	12.042	9.139	12.042	9.139
Gás natural	458	547	458	547
Produtos de Supply-House (a)	500	589	500	589
Serviços, energia e outros	289	140	110	112
	181.901	179.022	181.185	178.072
Juros embutidos no preço dos produtos	(955)	(869)	(955)	(869)
Bonificações antecipadas concedidas a clientes	(687)	(717)	(684)	(717)
Bonificações por desempenho, prêmios e descontos	(910)	(1.017)	(910)	(1.017)
Receita bruta	**179.349**	**176.419**	**178.636**	**175.469**
Encargos de vendas	(7.077)	(13.472)	(7.023)	(13.470)
Receita de vendas	**172.272**	**162.947**	**171.613**	**161.999**

(a) Trata-se da venda de serviços e produtos químicos para a área de exploração e produção, abastecendo plataformas, sondas, FPSOs e unidades terrestres com os produtos indispensáveis às operações e demais aplicações, sendo o maior cliente a Petrobras.

21.1 Passivos de contratos

Estão classificados no grupo de Adiantamentos de Clientes e em 31 de dezembro de 2024 perfazem o montante de R$ 314 no consolidado e na controladora (em 31 de dezembro de 2023 estes saldos eram R$ 364 no consolidado e R$ 357 na controladora).

O valor de R$ 334 foi reconhecido como receita em 2024 e estava incluído no saldo de passivos de contrato no início do período (R$ 363 em 31 de dezembro de 2023).

⇒ *Política contábil*

A Companhia identifica os contratos com clientes que serão objeto de reconhecimento de receitas e avalia os bens ou serviços prometidos em contrato e identifica como obrigação de Performance cada promessa de transferir ao cliente:

- *bem ou serviço (ou grupo de bens ou serviços) que seja distinto; ou*
- *série de bens ou serviços distintos que sejam substancialmente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.*

A Companhia reconhece receitas quando ou à medida que seja satisfeita à obrigação de performance ao transferir o controle do bem ou do serviço prometido ao cliente. O bem ou o serviço é considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtém controle do mesmo.

A receita é mensurada pelo valor da contraprestação à qual espera ter direito em troca das transferências dos bens ou serviços prometidos ao cliente, sendo apresentada líquida dos impostos, devoluções, descontos, juros embutidos no preço dos produtos, apropriação de bonificações concedidas aos clientes e por desempenho.

As bonificações antecipadas concedidas a clientes são apropriadas no resultado como redução da receita bruta (nota 9).

A contraprestação prometida em contrato com o cliente pode incluir valores fixos, valores variáveis ou ambos.

22 Custo e despesas por natureza

22.1 Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Produtos	(163.764)	(154.300)	(163.281)	(153.427)
Serviços de terceiros e aluguéis	(116)	(109)	(116)	(109)
Despesas com pessoal	(30)	(40)	(30)	(40)
Depreciação e amortização	(11)	(13)	(11)	(13)
Outras	(110)	(124)	(110)	(124)
Total	**(164.031)**	**(154.586)**	**(163.548)**	**(153.713)**

22.2 Despesas de vendas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros, fretes e aluguéis	(1.668)	(1.672)	(1.668)	(1.672)
Despesas com pessoal	(411)	(374)	(411)	(374)
Perdas com títulos incobráveis	(39)	(43)	(39)	(43)
Depreciação e amortização	(437)	(451)	(446)	(463)
Outras	(204)	(174)	(203)	(174)
Total	**(2.759)**	**(2.714)**	**(2.767)**	**(2.726)**

22.3 Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Serviços de terceiros e aluguéis	(292)	(215)	(275)	(213)
Despesas com pessoal	(466)	(413)	(422)	(407)
Depreciação e amortização	(106)	(90)	(80)	(88)
Outras	(135)	(86)	(91)	(72)
Total	**(999)**	**(804)**	**(868)**	**(780)**

22.4 Outras receitas (despesas) líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Créditos de ICMS - Fim de definitividade	124	83	124	83
Créditos de PIS COFINS (nota 16.1)	5.041	3.497	5.041	3.497
Despesas de aluguéis	(88)	(67)	(88)	(67)
Desapropriação e incorporação de imóveis	33	10	33	10
Ganho em processo contra o Estado de Goiás	-	120	-	120
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(46)	118	(38)	118
Operações de hedge de commodities - importações encerradas	141	31	105	31
Impairment de investimento (nota 10.5)	(705)	-	(705)	-
Perdas e provisões com processos judiciais (nota 25.1)	(128)	(283)	(128)	(283)
Planos de pensão e saúde - inativos (nota 18)	(122)	(103)	(122)	(103)
Prêmios por desempenho e outros incentivos	(167)	(152)	(167)	(152)
Provisão para acordos extrajudiciais	-	(360)	-	(360)
Provisão crédito de descarbonização (nota 19)	(837)	(1.246)	(837)	(1.246)
Provisão para perda de recuperabilidade de impostos	6	(102)	6	(102)
Receitas de franquia, aluguéis e royalties	423	466	423	466
Receita de armazenagem conjunta	153	152	153	152
Recuperação de Créditos Tributários - PIS e COFINS	138	115	138	115
Recuperação com Crédito Fiscal Presumido – ICMS	8	30	8	30
Relações institucionais e projetos culturais	(143)	(134)	(143)	(134)
Remensuração de participação societária (aquisição de controle)	-	(19)	-	(19)
Ganho decorrente de relação contratual preexistente (aquisição de controle)	-	31	-	31
Resultado com alienação/baixas de ativos	359	274	333	235
Resultado com alienação/baixa - participações societárias	-	564	-	564
Outros	89	(91)	101	(73)
Total	**4.279**	**2.934**	**4.237**	**2.913**

23 Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Despesas				
Empréstimos e financiamentos	(1.302)	(1.317)	(1.274)	(1.300)
Arrendamentos	(39)	(72)	(81)	(119)
Encargos em financiamentos de fornecimento de produtos	-	(20)	-	(20)
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(15)	(4)	(15)	(4)
Outras	(100)	(89)	(89)	(87)
	(1.456)	**(1.502)**	**(1.459)**	**(1.530)**
Receitas				
Por atraso de clientes	175	177	175	177
Financiamentos a clientes	171	162	183	163
Depósitos judiciais	82	76	82	76
Aplicações financeiras	624	455	581	435
Recuperação de créditos - valor justo (nota 7)	234	48	234	48
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(16)	(9)	(16)	(9)
Valor justo de earnout de aquisição de participações societárias (*)	486	-	486	-
Outras	21	29	13	30
	1.777	**938**	**1.738**	**920**
Variações monetárias				
Arrendamentos	-	-	(24)	(28)
Empréstimos e financiamentos	(101)	(101)	(63)	(58)
Impostos	174	62	174	62
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	(142)	18	(142)	18
Por atraso de cliente	44	-	44	-
Outras	(15)	3	(15)	3
	(40)	**(18)**	**(26)**	**(3)**
Variações cambiais				
Resultado de Instrumento Financeiro Derivativo	1.023	(1.005)	1.023	(1.005)
Clientes	44	(13)	44	(13)
Fornecedores	(77)	71	(75)	71
Empréstimos e financiamentos	(1.579)	477	(1.579)	477
Aplicações financeiras	50	(15)	50	(15)
Corretoras	22	(15)	22	(15)
Outras	5	(2)	5	(1)
	(512)	**(502)**	**(510)**	**(501)**
Variações cambiais e monetárias, líquidas	**(552)**	**(520)**	**(536)**	**(504)**
Resultado financeiro	**(231)**	**(1.084)**	**(257)**	**(1.114)**

(*) Refere-se, principalmente, à remensuração do valor justo dos earnouts constituídos quando da aquisição da participação na Comerc (Earnout EBITDA e Earnout capacidade instalada). Foi realizada a simulação de Monte Carlo para o EBITDA projetado e descontado e não foi verificado o pagamento de earnout. Consequentemente, e conforme cláusula contratual, o Earn-out capacidade é devido apenas se, pelo menos, 90% da meta EBITIDA for atingida. Neste cenário, o valor considerado para ambos os earnouts foi zero.

Os encargos dos financiamentos (juros, variação monetária e variação cambial) totalizaram R$ 2.982 (nota 14.1) no exercício (R$ 942 em 31 de dezembro de 2023), sendo R$ 2.982 reconhecidos no resultado (R$ 941 em 31 de dezembro de 2023 reconhecidos no resultado e R$ 1 como juros capitalizados).

24 Informações por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria Executiva.

Essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Os itens não alocados nos segmentos ficam agrupados no Corporativo e dizem respeito, principalmente, aqueles vinculados à gestão financeira corporativa, o overhead relativo à Administração Central e outras despesas, inclusive as atuariais referentes aos planos de pensão e de saúde destinados aos aposentados e beneficiários.

A Diretoria Executiva da Companhia decidiu, a partir do 1o trimestre de 2023, avaliar o desempenho dos negócios, a alocação de recursos, os resultados financeiros, as previsões e planos para os segmentos operacionais que se seguem: (i) Rede de Postos; e (ii) B2B. Doravante somente estes dois segmentos terão seus resultados regularmente revistos e acompanhados pelo principal gestor das operações, com seu desempenho individual avaliado periodicamente pela Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Comitês de assessoramento ao Conselho de Administração. Os resultados de participações em outras empresas, atualmente não controladas e avaliadas contabilmente pelo método da equivalência patrimonial, não serão considerados para fins de apuração do EBITDA.

Rede de Postos

Comercializa combustíveis derivados de petróleo, lubrificantes, gás natural veicular, biocombustíveis e produtos de conveniência da Companhia, objetivando alcançar as metas de mercado e de rentabilidade estabelecidas, bem como criar as condições favoráveis para o seu crescimento sustentável.

B2B

Comercializa combustíveis, derivados de petróleo, lubrificantes e presta serviços associados em todos os segmentos de atuação no mercado de grandes consumidores da Companhia. Adicionalmente, comercializa produtos e serviços de aviação nas instalações em aeroportos do país para companhias aéreas que operam o transporte para o exterior e mercado interno.

Os ativos da Companhia, notadamente as bases, terminais e outros ativos fixos, não são apresentados por segmento à Diretoria Executiva, uma vez que são utilizados, sem segmentação, por todas as unidades de negócio. Da mesma forma, os passivos não são apresentados por segmento, uma vez que são gerenciados pela tesouraria central.

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – dez/24

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	106.422	66.537	172.959	-	172.959	(687) (a)	172.272
Custo dos produtos vendidos	(101.300)	(62.720)	(164.020)	-	(164.020)	(11) (b)	(164.031)
Lucro (Prejuízo) bruto	**5.122**	**3.817**	**8.939**	**-**	**8.939**	**(698)**	**8.241**
Despesas							
Vendas, gerais e administrativas	(1.222)	(1.718)	(2.940)	(213)	(3.153)	(543) (c)	(3.696)
Tributárias	(14)	(9)	(23)	(57)	(80)	(75) (d)	(155)
Outras receitas (despesas), líquidas	179	390	569	4.589	5.158	(879) (e)	4.279
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	100 (f)	100
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(231) (g)	(231)
EBITDA Ajustado	**4.065**	**2.480**	**6.545**	**4.319**	**10.864**		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						**(2.326)**	**8.538**

Demonstração Consolidada do Resultado por Área de Negócio – dez/23

	Rede de Postos	B2B	Total dos segmentos	Corporativo	Total	Reconciliação com as Demonstrações Contábeis	Total Consolidado
Receita de Vendas	99.786	63.878	163.664	-	163.664	(717) (a)	162.947
Custo dos produtos vendidos	(94.289)	(60.284)	(154.573)	-	(154.573)	(13) (b)	(154.586)
Lucro (Prejuízo) bruto	**5.497**	**3.594**	**9.091**	**-**	**9.091**	**(730)**	**8.361**
Despesas							
Vendas, gerais e administrativas	(1.242)	(1.588)	(2.830)	(204)	(3.034)	(543) (c)	(3.577)
Tributárias	(16)	(9)	(25)	(65)	(90)	(49) (d)	(139)
Outras receitas (despesas), líquidas	1.256	1.682	2.938	(55)	2.883	51 (e)	2.934
Resultado de participações em investimentos	-	-	-	-	-	(36) (f)	(36)
Resultado financeiro líquido	-	-	-	-	-	(1.084) (g)	(1.084)
EBITDA Ajustado	**5.495**	**3.679**	**9.174**	**(324)**	**8.850**		
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos						**(2.391)**	**6.459**

Reconciliação com as demonstrações contábeis	2024	2023
(a) Receita de Vendas		
Apropriação das bonificações antecipadas concedidas a clientes		
As receitas de vendas são ajustadas pelas bonificações antecipadas concedidas, principalmente, aos revendedores dos postos de serviço para os quais a Companhia distribui combustíveis e lubrificantes. Correspondem à parcela disponibilizada, principalmente, em espécie e realizada sob condições pré-estabelecidas com tais partes, que uma vez cumpridas, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas como despesa pela Companhia. Trata-se de um regime de metas que, uma vez atingidas, isenta os clientes, revendedores dos postos de serviço, da devolução à Companhia desses valores antecipados a título de bonificação. São reconhecidas no resultado proporcionalmente aos seus prazos de vigência.	(687)	(717)
(b) Custo dos produtos vendidos		
Depreciação e amortização	(11)	(13)
(c) Vendas, gerais e administrativas		
Depreciação e amortização	(543)	(541)
Perdas de crédito esperadas		
Os valores ajustados referem-se às provisões relativas aos recebíveis devidos à Companhia pelas empresas térmicas do sistema isolado e interligado de energia, segmento atendido substancialmente pela Companhia.	-	(2)
(d) Tributárias		
Os ajustes de impostos referem-se a anistias fiscais e encargos tributários sobre receitas financeiras.		
Anistias fiscais: trata-se das provisões referente a adesão aos programas de anistia instituídos por Leis Estaduais.	(12)	(7)
Encargos tributários: os ajustes são referentes aos gastos com IOF, PIS e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras da Companhia e que estão classificados em despesas tributárias.	(63)	(42)
(e) Outras receitas (despesas), líquidas		
Perdas e provisões com processos judiciais		
Os valores ajustados se referem às perdas incorridas em processos transitados em julgado, bem como as provisões efetuadas com base nos pareceres obtidos junto aos advogados responsáveis pelo acompanhamento dos processos judiciais ou pela própria área jurídica da Companhia.	(128)	(283)
Operações de hedge de commodities - importações em andamento	(46)	118
Resultado com alienação/baixa - participações societárias	-	564
Provisão para acordos extrajudiciais	-	(360)
Resultado do processo de aquisição de controle - Participação Societária	-	12
Impairment	(705)	-
(f) Resultado de participações em investimentos	100	(36)
(g) Resultado Financeiro, líquido	(231)	(1.084)
Total	**(2.326)**	**(2.391)**

24.1 Desagregação da Receita

	Consolidado		
	2024		
	Rede de Postos	B2B	Total
Produtos e serviços			
No país			
Norte	8.755	7.302	16.057
Nordeste	25.490	13.365	38.855
Centro Oeste	12.471	6.425	18.896
Sudeste	40.836	29.773	70.609
Sul	18.870	6.188	25.058
No exterior	-	3.484	3.484
Total	**106.422**	**66.537**	**172.959**

	Consolidado		
	2023		
	Rede de Postos	B2B	Total
Produtos e Serviços			
No país			
Norte	8.603	7.495	16.098
Nordeste	23.716	10.763	34.479
Centro Oeste	12.181	7.007	19.188
Sudeste	38.576	29.153	67.729
Sul	16.710	6.052	22.762
No exterior	-	3.408	3.408
Total	**99.786**	**63.878**	**163.664**

25 Processos judiciais, administrativos, depósitos judiciais e contingências

25.1 Processos judiciais e administrativos provisionados

As principais ações provisionadas se referem aos seguintes eventos:

Processos Fiscais

(i) não homologação de compensações de tributos federais (exceto IPI) – processos da União (R$ 65 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 61 em 31 de dezembro de 2023).

(ii) ICMS – FEEF/FOT (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal / Fundo Orçamentário Temporário) - demanda em que é discutida a constitucionalidade da cobrança de FEEF-RJ (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal do Rio de Janeiro) e FOT-RJ (Fundo Orçamentário Temporário do Rio de Janeiro) sobre diferimentos de ICMS da Companhia, cujo resultado foi desfavorável aos contribuintes na ADI 5635, julgada pelo STF (R$ 129 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 119 em 31 de dezembro de 2023).

Processos Cíveis

(i) demanda em que a Companhia foi condenada a indenizar a autora (Valpar) pelo descumprimento de Contratos de Fornecimento, Transporte e de Mútuo, estando em fase de liquidação de sentença, após já ter havido pagamento da parte líquida da condenação (R$ 187 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 167 em 31 de dezembro de 2023);

(ii) demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R$ 1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R$ 83 a título de lucros cessantes, já tendo havido laudo pericial homologado pelo juízo. Contra esta decisão, autora e ré recorreram, tendo o recurso especial ao STJ. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração, distribuídos ao Min. Buzzi. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão. (R$ 90 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 79 em 31 de dezembro de 2023);

Processos Trabalhistas

(i) Complementação/Suplementação de aposentadoria – processos trabalhistas envolvendo a Companhia e a Petros movidos por ex-empregados pleiteando diferenças nos valores recebidos em sua complementação de aposentadoria (R$ 64 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 62 em 31 de dezembro de 2023); e

(ii) RMNR/Periculosidade - pedido de pagamento do complemento da RMNR sem dedução do adicional de periculosidade do valor da RMNR, em que há decisão condenatória transitada em julgado contra a Companhia (R$ 64 em 31 de dezembro de 2024 e R$ 54 em 31 de dezembro de 2023).

Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado (a)										
	2024						2023				
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Outras	Total	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	ıbientais	Total
Saldo inicial	**265**	**336**	**508**	**26**	**-**	**1.135**	**127**	**336**	**431**	**25**	**919**
Adição, líquida de reversão	11	12	55	4	-	82	138	25	59	-	222
Utilização (*)	(6)	(31)	(86)	(6)	-	(129)	(4)	(35)	(27)	(1)	(67)
Atualização	3	-	43	-	-	46	4	10	45	2	61
Combinação de negócios	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-
Saldo final	**273**	**317**	**520**	**24**	**1**	**1.135**	**265**	**336**	**508**	**26**	**1.135**

(a) Valores da controladora não diferem substancialmente das informações do consolidado.

(*) O valor da baixa de depósitos judiciais é R$ 16 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2024, conforme nota 25.2 (R$ 21 em 31 de dezembro de 2023 (consolidado e controladora)).

A Companhia possui ativos dados em garantia em processos judiciais, bem como garantias bancárias e seguro garantia.

25.1.1 Processos judiciais provisionados e depósitos judiciais relacionados

	Consolidado					
	2024			2023		
	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais	Processos judiciais	Depósitos judiciais	Processos líquidos dos depósitos judiciais
Causas trabalhistas	317	67	250	336	95	241
Causas fiscais	273	219	54	265	68	197
Causas cíveis	520	49	471	508	41	467
Causas ambientais	24	2	22	26	2	24
Outras	1	-	1	-	-	-
Total	**1.135**	**337**	**798**	**1.135**	**206**	**929**

25.2 Depósitos judiciais

	Consolidado					Controladora
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Ambientais	Total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**872**	**206**	**116**	**2**	**1.196**	**1.195**
Adição, líquida de reversão	56	(21)	11	-	46	46
Utilização (a)	-	(19)	(2)	-	(21)	(21)
Atualização monetária / juros (b)	49	3	8	-	60	60
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**977**	**169**	**133**	**2**	**1.281**	**1.280**
Adição, líquida de reversão	36	(5)	15	-	46	46
Utilização (a)	(3)	(8)	(5)	-	(16)	(16)
Atualização monetária / juros (b)	23	(8)	6	-	21	21
Combinação de negócios	-	1	-	-	1	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**1.033**	**149**	**149**	**2**	**1.333**	**1.331**

(a) Por pagamento de processos judiciais.

(b) Inclui ajustes das estimativas de atualização e juros de depósitos levantados.

A Companhia mantém R$ 337 (R$ 206 em 31 de dezembro de 2023) de depósitos judiciais vinculados a processos judiciais provisionados (nota 25.1.1); R$ 730 (R$ 737 em 31 de dezembro de 2023) associados a contingências possíveis; R$ 232 (R$ 269 em 31 de dezembro de 2023) associados a contingências remotas; R$ 27 (R$ 79 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a depósitos relacionados a processos nos quais a Companhia e suas investidas são autoras e R$ 7 (R$ -10 em 31 de dezembro de 2023) referem-se a outros.

25.3 Processos não provisionados (perdas possíveis)

	Consolidado		Controladora	
Natureza	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Fiscais	7.026	7.623	7.026	7.623
Cíveis	6.461	5.826	6.461	5.826
Trabalhistas	503	640	503	640
Ambientais	246	191	246	191
Total	**14.236**	**14.280**	**14.236**	**14.280**

Buscando a preservação de seus interesses e condições que lhe sejam favoráveis, a Companhia, eventualmente poderá realizar acordos extrajudiciais para cessar discussões com expectativa de perda classificada como possível. Apresentamos a seguir os principais processos não provisionados:

a) Processos de natureza fiscal

Descrição dos processos de natureza fiscal	**31.12.2024**	**31.12.2023**
Autores: Estados de GO, MS, PA, SP e TO		
1) Cobrança de ICMS-ST sobre remessa e devolução simbólica de querosene de aviação para revenda; consideração de estabelecimento atacadista como varejista; inidoneidade de documentação fiscal.	1.145	1.709
Autores: Estados de AM, BA, CE, GO, MA, MT, PA, PB, PE, PI, RN, SE, SP e TO		
2) Processos nos quais a Companhia discute a não incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques decorrente da operacionalização e transporte dos produtos. A Companhia recebe produtos da refinaria de petróleo faturados à temperatura de 20° C. Quando da comercialização (clientes consumidores), a Companhia vende o produto à temperatura ambiente, resultando em variação do estoque decorrente das variações volumétricas naturais em função da temperatura.	1.594	1.567
Autores: Estados da BA, SP e Discom		
3) Processos em que a Companhia discute de quem é a legitimidade passiva para honrar o pagamento de ICMS que não foi retido por substituição tributária em virtude de liminares obtidas pelos adquirentes, mas hoje são devidos em virtude de insucesso final desses adquirentes nas demandas por eles movidas em face do Estado.	252	232
Autor: União		
4) Processos em que a Companhia discute a incidência de IPI sobre produtos derivados de petróleo e a possibilidade de manutenção de créditos de IPI sobre aquisição de insumos utilizados na produção de derivados de petróleo (imunes ao IPI).	699	667
Autores: Estados do AM e PE		
5) Cobrança de ICMS em supostas vendas de querosene de aviação sem destaque de ICMS para companhias aéreas nacionais e estrangeiras, para voos a outros estados ou para o exterior.	435	398
Autor: União		
6) Processos em que a Companhia é cobrada por dedução supostamente indevida de pagamento de juros sobre capital próprio na base de cálculo de IRPJ e CSLL.	451	395

	Descrição dos processos de natureza fiscal	31.12.2024	31.12.2023
	Autores: Estados de AL, AM, BA, ES, MS, MT, PB, RJ, RN, RS, SP, Distrito Federal e União		
7)	Punição aplicada pelo descumprimento de obrigações acessórias relacionadas a recolhimento e creditamento de ICMS, IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, incidentes sobre operações em geral pela Companhia.	158	249
	Autores: Estado do AC, AL, AM, BA, CE, GO, PB, PI, RO e SP		
8)	Processos em que a Companhia discute se existe ou não direito a crédito pelo ICMS pago quando do frete CIF em operações interestaduais acobertadas pela imunidade. Distinção entre operação e serviço de transporte.	267	232
	Autor: União		
9)	Processos em que a Companhia discute a Contribuição Previdenciária incidente sobre verba a título de PLR e prêmio por desempenho pagos aos empregados e/ou dirigentes.	220	240
	Autor: União		
10)	Discussão sobre a viabilidade quantitativa e qualitativa de compensações tributárias operadas pela Companhia, cujas DCOMPs não são homologadas pela Secretaria da Receita Federal - exceto créditos de IPI, tratados em outro perfil.	126	138
	Autor: Estado do RJ		
11)	Processo em que se discute a apropriação de crédito escritural de ICMS, tendo em vista que o Estado autuou a Companhia por suposta escrituração de créditos em duplicidade.	116	106
	Autores: Estados do MT e PA		
12)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se ICMS relativo a operações de entrada a partir de transferências entre seus estabelecimentos.	89	118
	Autores: Estados da BA, CE, MT, RR e SE		
13)	Processos em que a Companhia foi autuada pelo Fisco, exigindo-se diferenças (complemento) em relação à apuração do ICMS / ST.	61	161
	Autores: Estados do AC, AM, ES, MA, MT, MS, PA e RJ		
14)	Processos em que a Companhia é exigida por supostas omissões na prestação de informações via SCANC, as quais supostamente resultaram em ausência ou insuficiência de repasse de ICMS em favor da unidade federativa autuante.	32	40
	Autores: Estado do PA e União		
15)	Caso em que a Companhia foi autuada em razão de recolhimento extemporâneo de tributo sem atualizar os valores na forma exigida pela Fiscalização.	77	76
	Autor: União		
16)	Cobranças de multas isoladas da Receita Federal em razão da não homologação de compensações tributárias efetuadas pela Companhia.	7	102
	Autor: Estado de SP		
17)	Guerra fiscal entre Unidades da Federação relativa a benefícios fiscais de ICMS na origem e possibilidade de creditamento em operações interestaduais.	11	88
	Autor: União		
18)	Processos em que a Companhia é autuada quanto ao não recolhimento de contribuição previdenciária patronal sobre verbas pagas como honorários a administradores, considerando-se suposta relação empregatícia desses com a Companhia.	207	97
	Autor: União		
19)	Processos em que a Companhia discute a incidência de contribuição previdenciária sobre a remuneração de autônomos que prestaram serviços de saúde a colaboradores da Companhia.	25	60
	Autor: Estado do RJ		
20)	Processos em que a Companhia foi autuada por utilização de NCM (Nomenclatura Comum do Mercosul) de produto com a qual o Estado não concorda, e cobra ICMS-ST que a Companhia entende indevido.	71	69

	Descrição dos processos de natureza fiscal	31.12.2024	31.12.2023
Autores: Estados do AC, ES, GO, MT, PA, PB, PE, PI, RJ, TO e Postos			
21)	Processos em que há cobrança de ICMS não categorizada nos demais perfis existentes.	13	33
Autores: Estados de MT, PE e SC			
22)	Processos em que a Companhia é exigida por recolhimento de ICMS-ST em operações com coque verde de petróleo. A Cia. alega ausência de norma determinando a ST.	42	45
Autores: Estados de MG, SC, RJ e Distrito Federal			
23)	Processos em que a VIBRA é cobrada do ICMS-ST não retido pelo alienante da mercadoria adquirida.	14	49
Autor: União			
24)	Cobrança fiscal federal relativa ao tratamento dos recebimentos de subsidiárias da Eletrobras como regime de caixa, haja vista a dívida constituída e o rating indicar valor justo zero a receber.	356	328
Autor: Estado da BA			
25)	Casos em que a Companhia é autuada por utilizar créditos de ICMS em período superior a 5 anos do seu surgimento, por ausência de oportunidades anteriores para seu devido escoamento.	48	43
Autor: Estado de GO			
26)	Processos em que a Companhia é cobrada por não recolher percentual relativo ao Fundo de Combate à Pobreza juntamente com o ICMS.	80	30
Autores: Estados da BA, PB, PE, SC, SP, AM, CE, MS, PA, PI, RJ e RS			
27)	Processos em que o Fisco acusa a Companhia. de ter tomado/utilizado crédito em operações que não gerariam tal direito ao creditamento, como casos de aplicação indevida do princípio da não-cumulatividade.	42	37
Autor: Estado do RJ			
28)	Processo em que se discute a exigência referente a crédito de ICMS no percentual de 10% sobre o total de benefícios concedidos pelo Estado do Rio de Janeiro.	43	-
	Processos diversos de natureza fiscal	345	314
	Total	**7.026**	**7.623**

b) Processos de natureza cível

Descrição dos processos de natureza cível	31.12.2024	31.12.2023
Autor: Associação de Mantenedores Beneficiários da Petros – AMBEP		
1) Ação Civil Pública através da qual pretende que o custo de "equacionamento de déficit do Plano Petros 1", seja imputado tão somente às patrocinadoras, administradores do plano de previdência complementar, bem como a fundos de investimento, e não aos participantes do plano, uma vez que o déficit teria sido causado por má gestão. **Situação atual**: Após recurso da Petros, foi firmada a competência da Justiça Federal do Distrito Federal e em fase de redistribuição.	2.485	2.221
Autor: WTorre Engenharia E Construção S.A..		
2) Procedimento arbitral instaurado pelas requerentes em virtude de imbróglio decorrente de suposta fraude à inexigibilidade de licitação para contratação de locação atípica (BTS) para operação do Terminal de Rondonópolis. **Situação atual:** Decisão suspendendo a arbitragem enquanto estiver eficaz a liminar favorável à Companhia deferida na Ação Civil Pública movida em face da W. Torre.	1.698	1.559
Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
3) Inquérito convertido em Processo Administrativo, em decisão publicada em 02/07/2020. As infrações apuradas no referido processo, decorrentes da operação DUBAI, são: acordo de preços do etanol e divisão de clientes no Distrito Federal/DF, bem como a adoção de uma política de discriminação de adquirentes em âmbito nacional, com efeito no mercado do Distrito Federal/DF. Eventual multa é calculada com alíquotas entre 0,01% e 20%, tendo sido utilizada a alíquota máxima (20%). Para fins de base de cálculo, restringiu-se ao faturamento bruto anual (ano anterior a instauração do PA - 2019) da Companhia no mercado relevante geográfico definido pelo CADE nos autos do processo - DF. **Situação atual:** A SG/CADE emitiu Nota Técnica convertendo o Inquérito Administrativo em Processo Administrativo. A defesa da Companhia foi apresentada em 07/05/2021. Após a realização das oitivas de testemunhas e dos depoimentos pessoais, a SG/CADE determinou o encerramento da fase instrutória em 17/09/2024. Em 24/10/2024, a SG/CADE emitiu parecer final recomendando o arquivamento do processo em relação à Vibra e colaboradores BR. Em seguida, o processo foi encaminhado ao Tribunal do CADE, aguardando-se o julgamento definitivo.	472	437
Autor: Francisco Messias Cameli		
4) Ação cível perante a justiça do Estado do Amazonas para cobrança de aluguel, em razão de sobrestadia de embarcações na Base de Distribuição de Cruzeiro do Sul. **Situação atual:** Em 23/06/2020 foi publicado o acórdão do julgamento em 2ª instância negando provimento ao recurso da Companhia, por maioria de votos, vencido o Desembargador Relator que dava provimento ao apelo recursal. Em 29/06/2020 a Companhia interpôs recurso de Embargos de Declaração, que foram rejeitados. Interposto pela Companhia o Recurso Especial, este foi admitido na origem e se encontra concluso ao relator no STJ.	277	242
Autor: Dislub Distribuidora De Lubrificantes Ltda.		
5) Autor moveu ação em face da Companhia objetivando a rescisão do contrato de distribuição, o pagamento de indenização a título de perdas e danos sobre uma série de alegados prejuízos e o pagamento de multa contratual. A Companhia foi condenada a reparar apenas o dano material, na forma de lucros cessantes. Porém, o cálculo do perito foi realizado com base nas vendas mensais dos produtos pela Dislub sem a dedução dos seus custos operacionais e tributários. **Situação atual:** Processo está em fase de recurso no STJ – Embargos de Divergência admitidos, porém ainda sem julgamento.	178	158

	Descrição dos processos de natureza cível	31.12.2024	31.12.2023
	Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
6)	Trata-se de discussão judicial sobre a multa imposta pelo CADE à Companhia e no bojo do Processo Administrativo por suposta prática anticoncorrencial de abuso de posição dominante, deflagrada por representação da GRAN PETRO contra as empresas que compõem o pool de aviação no aeroporto de Guarulhos-SP. **Situação atual:** A Vibra ingressou em juízo contra essa decisão administrativa do CADE e obteve o deferimento de liminar determinando a suspensão da cobrança da multa e da obrigação de fazer até o julgamento final da ação judicial. Débito garantido. Liminar deferida. Processo em 1ª instância, aguardando julgamento.	82	71
	Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica		
7)	Cuida-se de ação anulatória buscando ver desconstituída decisão administrativa do CADE oriunda de procedimento de investigação a respeito de supostos cartéis na revenda e distribuição de combustíveis em Belo Horizonte e adjacências. **Situação atual:** Em 04/07/2024, juntado ofício do TRF-1 informando o julgamento do conflito de competência, que fixou a prevenção e competência da 4ª Vara Federal para julgar a ação anulatória ajuizada pela VIBRA, que em 19/07/2024 opôs embargos de declaração em face do mencionado julgamento, tendo o relator intimado o CADE para oferecer suas contrarrazões aos aclaratórios, apresentadas em 19/08/2024, aguardando-se julgamento.	90	86
	Autor: Auto Viação Ouro Verde Ltda		
8)	Demanda que visa a indenização pela violação da cláusula de proporcionalidade entre os volumes de produtos adquiridos pelas autoras e o volume de cargas a serem transportados pela Ouro Verde, com a qual a Companhia firmou contratos vinculados de transporte e fornecimento de combustíveis. **Situação atual:** A Companhia foi condenada a ressarcimento de fretes e pagamento de perdas e danos às Autoras. Iniciado cumprimento de sentença, as Autoras apresentaram petição com a quantia que entendem devida: R$1.041 como faturamento bruto, relativos a fretes não transportados para a Companhia e R$83 a título de lucros cessantes. O juízo já homologou laudo pericial, não acatando inteiramente os valores defendidos pela Ouro Verde, decisão confirmada pelo TJSP. Os valores homologados estão inteiramente refletidos pela Companhia em suas demonstrações financeiras. O valor em contingência aqui indicado representa a diferença entre o valor provisionado pela companhia e o total atualizado, conforme decisão no cumprimento de sentença. Autora e ré recorreram ao STJ em discussão sobre o laudo pericial. Em 05.09.2024 foi negado provimento ao Recurso Especial da Vibra. Apresentamos embargos de declaração no Resp, distribuídos ao Min. Buzzi, ainda sem decisão. O Recurso Especial da Viação Ouro Verde não foi admitido pelo TJSP, tendo a Viação interposto agravo em face dessa decisão.	111	97
	Autor: DISCOM Distribuidora de Combustíveis e Comércio Ltda.		
9)	A DISCOM alega que a Companhia, desde outubro de 1997, firmou um contrato de promessa de compra e venda mercantil, constando no mesmo a obrigação da Companhia em fornecer produtos. Alega que a Companhia teria deixado de cumprir o contrato imotivadamente, suspendendo a entrega de produtos a partir de 25 de maio de 2000, tendo assim violado o contrato firmado gerando prejuízos para a DISCOM. Requer indenização por perdas e danos. **Situação atual:** Em julgamento ocorrido em 19 de maio de 2021, o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco manteve a sentença, exceto para estabelecer a SELIC como critério de atualização da condenação. Após os embargos de declaração da Companhia terem sido negados pelo TJPE, a Companhia interpôs Recurso Especial, admitido na origem. No STJ o recurso do distribuído ao relator Min. Moura Ribeiro, que em 21.08.2024 conheceu parcialmente o recurso especial e negou-lhe provimento. Apresentamos agravo interno.	83	76

	Descrição dos processos de natureza cível	31.12.2024	31.12.2023
	Autor: Posto Pau de Vela Bahia Ltda		
10)	Autor pede o pagamento de indenização por danos causados ao posto em função de práticas (preços e prazos) que inviabilizariam a obtenção de lucro pelo autor além, dos gastos em investimentos e danos morais. Pautada na tese da responsabilidade objetiva, busca ter por ressarcidos os prejuízos ocasionados pelo descumprimento dos contratos firmados com a Companhia, especialmente no que tange aos lucros, de forma a remunerar seus custos operacionais proporcionando, assim a rentabilidade pactuada. **Situação atual:** Foi juntado laudo pericial nos autos indicando que algumas condições comerciais impostas pela Companhia teriam sido um dos fatores que colaboraram para os prejuízos sofridos pela parte autora. Entretanto, não foi feita liquidação, de modo que não se pode afirmar ainda a exata extensão desses alegados danos. O laudo elaborado por assistente técnico da Companhia rebate as conclusões do perito nomeado pelo juízo. O processo se encontra pendente de julgamento.	82	74
	Autor: Compasa - Compañía De Petróleo Y Asfalto Sociedad Anónima		
11)	Trata-se de demanda indenizatória ajuizada pela COMPASA em face da Petrobras e Vibra, fundamentada em quebra de contrato de distribuição de produtos asfálticos firmado com a Vibra com cláusula de exclusividade. Na argumentação da autora, Petrobras e Vibra formariam o mesmo grupo econômico, sendo, portanto, solidárias no dever de exclusividade. Assim, tendo em vista que Petrobras vendeu asfaltos no Paraguai sem respeitar a exclusividade, tendo mantido as vendas mesmo depois de condenação por fundamento análogo em 2015, lhe seria devida indenização relativa ao prazo posterior a esta condenação. **Situação atual:** Prolatada sentença que, acolhendo a conclusão do laudo pericial, condenou a VIBRA e a Petrobras, solidariamente, ao pagamento de indenização no valor de USD 44.175.793,24. Petrobras e Compasa apresentaram embargos de declaração, que foram rejeitados em 24.04.2024. Apresentada apelação pela VIBRA, que aguarda julgamento.	142	128
	Autor: Grycamp Transportes		
12)	A Autora alega que sofreu prejuízos de faturamento com a redução do volume transportado e pede a condenação da Vibra em lucros cessantes pelo que deixou de transportar até o final do contrato e indenização pelos investimentos feitos na adaptação da frota, em razão de rescisão injusta antes do prazo final. **Situação atual:** Sentença julgou improcedentes os pedidos da Autora, que opôs embargos de declaração, os quais foram rejeitados em 26.09.2024. Em nov/24 apresentado recurso de apelação pela Grycamp	43	39
	Processos diversos de natureza cível	718	638
	Total	**6.461**	**5.826**

c) Processos de natureza trabalhista

Descrição dos processos de natureza trabalhistas	31.12.2024	31.12.2023
Autores: Diversos		
1) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do Complemento da RMNR sem a dedução do adicional de periculosidade.	172	285
Autores: Diversos		
2) Ações judiciais nas quais os empregados/ex-empregados da Companhia pleiteiam o pagamento do adicional de periculosidade sob o fundamento de que executam seu trabalho em condições de periculosidade, estando expostos a condições perigosas, na forma prevista na Norma Regulamentadora nº 16 do Ministério do Trabalho e Previdência.	74	77
Autores: Diversos		
3) Processos trabalhistas movidos por ex-empregados/empregados de empresas transportadoras de produtos contratadas pela Companhia.	53	60
Processos diversos de natureza trabalhista	204	218
Total	**503**	**640**

d) Processos de natureza ambiental

Descrição dos processos de natureza ambiental	31.12.2024	31.12.2023
Autor: Ministério Público do Estado de Goiás		
1) Ação Civil Pública por meio da qual o MP-GO pede a condenação da Companhia, da Transportadora ITA e do Município de Goiânia em danos ambientais decorrentes de derramamento de 12.000 litros de produto asfáltico em rios do Estado de Goiás, em razão de acidente ocorrido no momento da descarga do caminhão-tanque na Secretaria de Obras de Goiânia, cliente da Companhia.		
Situação atual: Processo em fase de produção de provas.	185	136
Processos diversos de natureza ambiental	61	55
Total	**246**	**191**

⇒ *Política contábil*

As provisões para processos judiciais são reconhecidas quando:

(i) a Companhia tem uma obrigação presente como resultado de eventos já ocorridos;
(ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
(iii) o valor puder ser estimado com razoável segurança.

Os passivos contingentes (perdas não prováveis) não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são divulgados em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível.

⇒ *Estimativas e julgamentos*

As estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia, com base na avaliação de seu corpo técnico e escritórios contratados.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a Companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

26 Compromissos contratuais

a) Contratos "*take or pay*" de compras

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de compras de óleo de xisto, para o período de três anos, que correspondem a um valor total de R$ 459 com a Paraná Xisto (R$ 175 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de compras de derivados de petróleo, para o período de um ano, que correspondem a um valor total estimado de R$ 217 com a Petrobras (R$ 229 em 31 de dezembro de 2023) e de R$ 92 com a Refinaria Mataripe (R$ 21 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos de compras de gás natural veicular para o período de dois anos, com a Companhia Potiguar de Gás (Potigás), ao valor estimado de R$ 40 (R$ 32 em 31 de dezembro de 2023).

b) Contratos "*take or pay*" de serviços

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos com a Logum Logística S.A. referente a transporte dutoviário de etanol, num valor total restante estimado de R$ 394 (R$ 488 em 31 de dezembro de 2023), até março de 2029. O contrato envolve o suprimento das bases de São Paulo e Rio de Janeiro e prevê um volume mínimo a ser movimentado (*take or pay*) por cada trecho.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem, para o período de quinze anos, com SPE – Nordeste Logística, ao valor estimado de R$ 107 (R$ 77 em 31 de dezembro de 2023). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos referentes a serviço de armazenagem para o período de três anos, com a Ultracargo, ao valor estimado de R$ 92 (R$ 70 em 31 de dezembro de 2023) e com a Iconic Lubrificantes S.A., ao valor estimado de R$ 40 (sem valor em 31 de dezembro de 2023), e para o período de um ano com Ageo Terminais, ao valor estimado de R$ 50 (R$ 73 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui compromissos referentes a transporte ferroviário, para o período de 1 ano, com a com Rumo S.A. - Norte, ao valor estimado de R$ 49 (R$ 3 em 31 de dezembro de 2023) e com a Rumo S.A. – Sul, ao valor estimado de R$ 46 (R$ 59 em 31 de dezembro de 2023).

27 Instrumentos financeiros

Apresentamos os principais instrumentos financeiros incluídos no balanço patrimonial:

	Notas	Nível Hierarquia Valor Justo	Consolidado 2024	Consolidado 2023	Controladora 2024	Controladora 2023
Custo amortizado						
Caixa e bancos	6		1.309	520	399	68
Aplicações financeiras	6		9.171	6.146	8.917	6.089
Contas a receber	7		5.796	6.490	6.280	7.104
Total ativos ao custo amortizado			**16.276**	**13.156**	**15.596**	**13.261**
Fornecedores	13		2.432	4.496	2.427	4.493
Empréstimos e financiamentos	14		20.449	14.770	19.538	14.091
Credores por aquisição de participações			75	-	-	-
Total passivos ao custo amortizado			**22.956**	**19.266**	**21.965**	**18.584**
Valor justo por meio do resultado						
Contas a receber	7	2	-	36	-	36
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	4	21	4	21
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	898	137	898	137
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	1	19	1	19
Total ativos ao valor justo por meio de resultado			**903**	**213**	**903**	**213**
Credores por aquisição de participações (*Earnout* Integração)		3	2	6	2	6
Credores por aquisição de participações (*Earnout* EBITDA)		3	-	7	-	7
Credores por aquisição de participações (*Earnout* capacidade instalada)		2	-	472	-	472
Credores por aquisição de participações (*Earnout projeto em expansão*)		3	157	182	157	182
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de commodities		2	32	2	23	2
Instrumentos financeiros derivativos - swaps e NDFs		2	38	777	38	777
Instrumentos financeiros derivativos - contratos de opções		3	48	35	48	35
Total passivos ao valor justo por meio de resultado			**277**	**1.481**	**268**	**1.481**

O valor justo dos empréstimos e financiamentos está apresentado na nota 14. Os valores justos de caixa e equivalentes de caixa e outros ativos e passivos financeiros são equivalentes ou não diferem significativamente de seus valores contábeis.

Valor Justo Hierarquia Nível 3

Alguns instrumentos financeiros foram avaliados pela Companhia como nível 3 visto que envolvem na sua mensuração *inputs* considerados significativos e não observáveis.

A seguir apresentamos a mensuração dos principais instrumentos avaliados como nível 3:

Descrição Instrumentos Nível 3	Valor Justo (a)	Avaliação	Inputs não observáveis
Opção de compra dos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia de 0,14% da Comerc	-10	Valor justo mensurado pelo valuation da Comerc na data-base, vezes a participação adquirida de 0,14%, com probabilidade de 100% de exercício, dado que o preço de exercício contratual é R$1.	Fluxos de caixa descontados de ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa de desconto ficou em 11,29%.
Opção de venda dos acionistas fundadores da Vibra Comercializadora de Energia de 1,44% da Comerc	-38	Valor justo da opção de venda de 1,44% da Comerc, calculada pela fórmula de Black & Scholes, considerando o exercício ao final da janela de exercício (60 dias após 3 anos da Data de Fechamento)	a) Fluxos de caixa projetados dos ativos utilizados no valuation da Comerc descontados pela taxa de desconto baseada na metodologia do WACC. A taxa ficou em 11,29%. b) preço de exercício das opções estabelecido no contrato de outorga de R$ 99,8 milhões atualizado por CDI + 2% entre a data de outorga e o exercício. c) volatilidade histórica de ações de empresas do setor, usando o período estimado de exercício, que resultou em uma volatilidade média de 29,4%.
Earnout Realização de Projetos Futuros - Aquisição Zegbiogás	-157	Calculado com base no valor de 50% do compromisso de aportes da Vibra em novos projetos (Capex) da Zeg de R$ 412,0 milhões.	Fluxos de Investimentos de cada projeto descontados pelo WACC de 13,1%.

(a) Representam os valores justos dos instrumentos financeiros avaliados como Nível 3 na posição 31 de dezembro de 2024. Valores negativos são os instrumentos financeiros N3 registrados no passivo.

	Consolidado	
	2024	2023
Saldo inicial de ativos a valor justo	19	28
Variação do valor justo (resultado financeiro)	(18)	(9)
Saldo final de ativos a valor justo nível 3	**1**	**19**
Saldo inicial de passivos a valor justo	**230**	**297**
Variação do valor justo (resultado financeiro)	-	(48)
Pagamentos	(23)	(19)
Saldo final de passivos a valor justo nível 3	**207**	**230**

⇒ *Política contábil*

No reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados a valor justo adicionado ou deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão de tais instrumentos.

Ativos financeiros são classificados e mensurados com base nas características dos fluxos de caixa contratual e no modelo de negócios para gerir o ativo, conforme segue:

- *Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;*
- *Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros.*

Quando passivos financeiros mensurados ao custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do exercício.

Os ativos financeiros estão sujeitos ao teste de impairment.

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge de moeda e de commodity, opções de compra e venda e pagamentos contingentes (earnout) os quais são mensurados ao valor justo por meio de resultado.

28 Gerenciamento de riscos

Esta seção detalha os principais riscos financeiros enfrentados pela Companhia e as estratégias adotadas para mitigá-los.

A administração dos instrumentos financeiros detidos pela Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, no tocante à escolha das contrapartes, rentabilidade e segurança das áreas comerciais para as quais as operações são efetuadas.

A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, sendo o objetivo final a preservação das margens obtidas com a política de hedge definida em conjunto com as áreas comerciais. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco elevado. A Companhia realiza transações com instrumentos financeiros derivativos apenas com o objetivo de mitigar riscos relacionados à variação cambial e a variação do preço dos produtos vendidos.

O gerenciamento do risco de crédito da Companhia tem como principal fórum de discussão o Comitê de Crédito, que define os principais parâmetros e diretrizes para a política de concessão de crédito. As análises de solicitações de crédito, de acordo com os patamares de valores, possuem trâmites específicos e exigências crescentes conforme o nível de exposição, sendo que alguns casos alçam à decisão de Diretoria Executiva.

A gestão de riscos da Companhia considera o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros perante a Companhia (risco de crédito), bem como o risco gerado pelas variáveis negociadas no mercado financeiro (risco de mercado), entre outros.

Quanto à exposição ao câmbio, a política de gestão desse tipo de risco é definida pela Diretoria Executiva, com gerenciamento conjunto das áreas financeira e comercial, responsáveis pelo faturamento internacional.

28.1 Risco cambial

Contratos de SWAP

Em 31 de dezembro de 2024, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Contratos de derivativo – Swap - US$ x CDI

A Companhia possui doze contratos desta modalidade, cujo valor nocional agregado é de US$ 1.277 milhões com diversos vencimentos até 14/11/2029, com uma posição ativa (comprada) em dólares indexados à taxa pré-fixada ou SOFR + pré-fixada, e posição passiva (vendida) em reais indexados ao CDI + spread, totalizando um nocional de R$ 6.638.

	Contratos de Swap	Valor de Referência (Nocional) (Milhões)		Valor Justo (R$ Milhões)	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ponta ativa	USD	$ 1.277	$ 1.161	R$ 7.826	R$ 5.459
Ponta passiva	CDI	R$ 6.638	R$ 5.825	R$ 6.988	R$ 6.206
			Resultado do Swap	R$ 838	
			Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	R$ 833	

Em 31 de dezembro de 2024 o resultado dos SWAP das 14 operações foi precificado um ajuste positivo de R$ 833.

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

As operações de Swap contratadas e vigentes em 31 de dezembro de 2024 estão demonstradas a seguir:

		Contraparte						Taxas Médias Swap	
Moeda	Tipo de SWAP	Dívida	SWAP	Vencimento	Total da Dívida	Ponta Ativa	% Cobertura	Ponta Ativa	Ponta Passiva
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-28	498	498	100%	6,33% a.a.	CDI + 1,05% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-25	1.385	1.387	100%	2,5725% a.a.	CDI + 0,78% a.a.
USD	Pré x DI	NCE MUFG	MUFG Bank	mar-25	60	60	100%	2,18% a.a.	CDI + 0,694% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BNP	BNP	fev-26	937	938	100%	2,38% a.a.	CDI + 1,69% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-26	623	623	100%	1,795% a.a.	CDI + 1,55% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	out-27	557	558	100%	2,8075% a.a.	CDI + 1,52% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	fev-28	377	378	100%	3,12% a.a.	CDI + 1,65% a.a.
USD	Pré x DI	4131 BofA	BofA	fev-27	466	466	100%	3,3529% a.a.	CDI + 1,64% a.a.
USD	Pré x DI	NCE Citi	Citi Bank	fev-27	476	476	100%	6,61% a.a.	CDI + 1,15% a.a.
USD	Pré x DI	NCE BoC	JP Morgan	abr-27	563	563	100%	4,10% a.a.	CDI + 1,3158% a.a.
USD	Pré x DI	4131 JP	JP Morgan	mar-25	315	316	100%	6,9647% a.a.	CDI + 1,38% a.a.
USD	Pré x DI	4131 Scotia	Scotia Bank	mar-28	628	629	100%	5,8475% a.a.	CDI + 1,99% a.a.
USD	Pré x DI	PPE Bofa	BofA	nov-29	781	781	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,92% a.a.
USD	Pré x DI	PPE ICBC	ICBC	nov-29	312	312	100%	Sofr 6m + 1,85% a.a.	CDI + 0,52% a.a.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R$ 507(R$ 709 em 31 de dezembro de 2023) e recebimentos no montante de R$ 64 (R$ 42 em 31 de dezembro de 2023).

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos atrelados à moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2024 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024, calculado com base na PTAX de venda do último dia útil
- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando uma desvalorização do real frente ao dólar de 25%.
- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando uma valorização do real frente ao dólar de 25%.

Análise de Sensibilidade ao USD

Operação		Cenário Provável Valor justo em 31/12/2024	Cenário 1	Cenário 2
Derivativo SWAP Dólar x DI	Ponta Ativa SWAP (+)	7.826	9.506	6.146
	Ponta Passiva SWAP (-)	6.988	6.988	6.988
	Resultado SWAP	838	2.518	(842)
	Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	833	2.501	(835)
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito			**1.668**	**(1.668)**

	31/12/2024	+25%	-25%
USDBRL	R$ 6,19230	R$ 7,74038	R$ 4,64423

Non Deliverable Forward - NDF

A Companhia contrata operações de *hedge* cambial para: (i) cobertura das margens comerciais inerentes às vendas de combustíveis de aviação para clientes estrangeiros, (ii) para proteção contra a variação cambial nas operações de importação de combustíveis, (iii) para *hedge* de estoques, (iv) para garantia de preço do Cartão Caminhoneiro.

Em relação ao faturamento de exportação em dólar dos clientes de aviação, ocorrido entre janeiro e dezembro de 2024, o percentual de hedge contratado representou aproximadamente 100%. No tocante ao montante importado, a Companhia contratou hedge cambial, entre janeiro e dezembro de 2024, para aproximadamente 93% das cargas da Vibra Energia, e para aproximadamente 69% das cargas da Vibra Importação, no mesmo período.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia prevê a contratação de operações de *hedge* cambial para cobertura de, aproximadamente, 100% tanto do montante das exportações, de acordo com estimativa de venda, e das importações com liberações antes da data de vencimento.

As liquidações de todas as operações de *hedge* cambial com NDF, de janeiro a dezembro de 2024, geraram um fluxo negativo para a Companhia de R$ 84. No mesmo período do ano anterior (2023) geraram um fluxo negativo de R$ 35.

Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de *hedge* cambial além do NDF e *Swap*.

Nenhuma das operações em questão exigiu o depósito de margens de garantia.

	Valor de referência (*nocional*)		**Valor justo**		
Contratos a termo de dólar (NDF)	**USD (Milhões)**		**R$ (Milhões)**		
	31.12.2024	**31.12.2023**	**31.12.2024**	**31.12.2023**	**Vencimento**
Posição Comprada	-	58	-	(2)	1T24
Posição Comprada	43	-	1	-	1T25
Posição Vendida	-	92	-	(6)	1T24
Posição Vendida	166	-	(17)	-	1T25

A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2024, onde é calculado com base na PTAX de venda do último dia útil atualizada pelo cupom limpo, obtido no site da B3, que ajusta o valor de acordo com o vencimento de cada contrato. Datas intermediárias são interpoladas.

Derivativos de Moeda Estrangeira	**Desvalorização do real frente ao Dólar (+25%)**	**Desvalorização do real frente ao Dólar (-25%)**
Contratos a termo de dólar (NDF) (*)	(191)	190

(*) A Companhia tem mais posição vendida do que comprada em USD.

A seguir a análise de sensibilidade dos demais instrumentos financeiros sujeitos à variação cambial:

	Consolidado			
	Exposição em 31/12/2024	**Risco**	**Cenário I**	**Cenário II**
Ativos				
Disponibilidades	243	Dólar / Real	61	(61)
Contas a receber	255	Dólar / Real	64	(64)
Passivos				
Fornecedores	(79)	Dólar / Real	(20)	20
Financiamentos	(8.480)	Dólar / Real	(2.120)	2.120
Impacto no resultado				
Ganho/(perda)			(2.015)	2.015

Critérios

Cenário provável 1 - Desvalorização de 25% do real frente ao dólar. Cenário 2 - Valorização de 25% do real frente ao dólar.

28.2 Risco de taxa de juros

Contratos de derivativo – Swap IPCA x CDI

A Companhia possui quatro contratos desta modalidade, totalizando R$ 1.454 de operações dessa natureza com vencimentos até 16 de fevereiro de 2032.

	Contratos de Swap	**Valor de Referência (Nocional) (Milhões)**		**Valor Justo (R$ Milhões)**	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Ponta ativa	IPCA	R$ 1.454	R$ 1.524	R$ 1.627	R$ 1.761
Ponta passiva	CDI	R$ 1.454	R$ 1.524	R$ 1.585	R$ 1.667
			Resultado do Swap	R$ 42	
			Resultado do Swap (Pós desconto de Risco de Crédito)	R$ 42	

O valor justo do swap é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados. As estimativas de fluxos de caixa futuros de taxa flutuante são baseadas em taxas de swap cotadas, preços futuros e taxas de empréstimos interbancários. Os fluxos de caixa estimados são descontados usando uma curva de rendimento construída a partir de fontes semelhantes e que reflete a taxa interbancária de referência relevante usada pelos participantes do mercado para essa finalidade ao precificar swaps de taxa de juros. A estimativa do valor justo do resultado do SWAP está sujeita a um ajuste do risco de crédito que reflete o risco de crédito da contraparte, isso é calculado com base no risco de crédito da Anbima.

		Contraparte						Taxas Médias Swap	
Moeda	**Tipo de SWAP**	**Dívida**	**SWAP**	**Vencimento**	**Total da Dívida**	**Ponta Ativa**	**% Cobertura**	**Ponta Ativa**	**Ponta Passiva**
BRL	IPCA x CDI	CRA 43	JP Morgan	set-31	965	965	100%	IPCA + 5,3995%	111,10% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRA 11	BofA	jul-25	389	389	100%	IPCA + 5,5914%	113,55% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 99	Citi Bank	fev-25	51	51	100%	IPCA + 4,093%	85,46% do CDI
BRL	IPCA x CDI	CRI 100	BofA	fev-32	312	312	100%	IPCA + 4,9781%	98,28% do CDI

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram efetuados pagamentos de ajustes de swap no montante de R$ 92 (R$ 133 em 31 de dezembro de 2023).

Análise de sensibilidade – efeito na variação do valor justo dos swaps

A Companhia tem passivos em moeda nacional indexados ao IPCA no balanço de 31 de dezembro de 2024 e com o objetivo de identificar possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada. Foi estimado o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos variando o fator de risco que impacta cada uma das posições, a análise de sensibilidade apresentada considera mudança com relação a variável de riscos assumida, mantendo constantes as demais.

- Provável: Valor justo dos derivativos em 31 de dezembro de 2024.
- Cenário 1: Estimativa do valor justo considerando um choque de + 25% na curva projetada de inflação implícita.
- Cenário 2: Estimativa do valor justo considerando um choque de - 25% na curva projetada de inflação implícita.

Segue a análise de sensibilidade desse instrumento.

Operação		**Cenário Provável Valor Justo em 31/12/2024**	**Cenário 1**	**Cenário 2**
Derivativo SWAP IPCA x DI	Ponta Ativa SWAP(+)	1.627	1.724	1.537
	Ponta Passiva SWAP (-)	1.585	1.585	1.585
	Resultado SWAP	42	139	(48)
	Resultado do Swap (pós desconto de Risco de Crédito)	42	138	(47)
Δ Resultado SWAP pós desconto de Risco de Crédito			**96**	**(89)**

Segue a análise de sensibilidade dos principais ativos e passivos financeiros, atrelados a taxas de juros pós-fixadas, em 31 de dezembro de 2024.

				Consolidado	
	Exposição em 31 de Dezembro de 2024	Risco	Cenário Provável	+25%	-25%
		CDI	12,15%	15,56%	8,84%
		IPCA	4,87%	6,15%	3,61%
		SELIC	12,25%	15,69%	8,91%
		IGPM	6,54%	8,28%	4,83%
		INPC	4,84%	6,11%	3,59%
Instrumentos financeiros ativos					
Aplicações financeiras - CDI - 100%	8.677	CDI	1.054	1.350	767
Financiamentos a receber - CDI - 100%	256	CDI	31	40	23
Financiamentos a receber - IPCA - 100%	518	IPCA	25	32	19
Financiamentos a receber - IGPM - 100%	76	IGPM	5	6	4
Financiamentos a receber - INPC - 100%	52	INPC	3	3	2
Instrumentos financeiros passivos					
Debêntures - CDI - 100%	(6.037)	CDI	(733)	(939)	(534)
Debêntures - CRA 11ª série - IPCA - 100%	(399)	IPCA	(19)	(25)	(14)
CRA 43 - IPCA - 100%	(960)	IPCA	(118)	(151)	(86)
Certificados de recebíveis imobiliários (CRI) - IPCA - 100%	(372)	IPCA	(18)	(23)	(13)
Empréstimos bancários - CDI - 100%	(2.181)	CDI	(265)	(339)	(193)
Resultado financeiro líquido, conforme estimativas					
Ganho/(Perda)			(35)	(46)	(25)
Variação do ganho/(perda)				(11)	21

Critérios

Cenário provável - considera as taxas de juros vigentes no mercado em 31 de dezembro de 2024, foram utilizados como fontes: Banco Central do Brasil, IBGE e B3.

A análise de sensibilidade levou em consideração apenas a variação da taxa de juros em relação ao saldo devedor em 31 de dezembro de 2024, não assumindo outras variações.

A tabela demonstra a receita (despesa) financeira líquida de um ano considerando os critérios mencionados acima.

28.2.1 Gerenciamento de risco de preços

Atualmente a política de preços da Petrobras para gasolina e diesel leva em consideração fatores como sua capacidade produtiva de refino e, apesar da alteração ocorrida em 2023, a nova política de preços se mantém ainda próxima à paridade de importação. Com isso, o preço dos derivados de petróleo no mercado interno sofre alterações, ainda que menores, devido aos movimentos de preços do mercado internacional.

No mercado internacional, os preços praticados para venda do petróleo e seus derivados são influenciados por diversos fatores de caráter macroeconômico, geopolítico, capacidade de produção por parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), impactos no meio ambiente e desenvolvimento de novas tecnologias e fontes alternativas de energia, dentre outros.

Tendo em vista esses fatores diversos, alheios ao controle da Companhia, de forma a mitigar o risco de commodity e favorecer o alinhamento entre o fluxo de receita e despesa, a Companhia passou a realizar operação de hedge para as cargas compradas no mercado internacional. Desta forma, acredita-se que os custos e receitas da Companhia estejam mais aderentes ao planejado, fazendo com que o fluxo de caixa seja preservado, assim como a rentabilidade dos negócios.

Conforme política de gestão de risco, todas as operações com derivativos de commodity possuem lastro em atividades comerciais e de suprimento.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

Contratos (em centavos por galão)					(em milhões de reais)	
Tipo	**Unid**	**Quantidade**	**Preço Médio de venda**	**Fechamento em 31.12.2024**	**MTM (Valor do Contrato)(*)**	**Cenário Possível (Δ de 25%)**
RBOB (Gasolina)	cpg	299	1.209	1.244	(4)	(43)
HO (Diesel)	cpg	938	1.382	1.434	(21)	(162)
GO (Diesel)	MT	251	4.573	4.326	6	(21)

Ptax venda 31/12/2024 6,1923

(*) Apenas operações de importações.

A Trading visa capturar oportunidades de mercado mundialmente comercializando seus produtos observando o constante gerenciamento de risco, segundo a sua a política interna de riscos, utilizando-se de instrumentos de derivativos e futuros negociados em operações de bolsas internacionais.

A análise de sensibilidade está apresentada a seguir:

		(em milhões de reais)	
Tipo	**Quantidade**	**MTM**	**Cenário Possível (Δ de 25%)**
Ebob (Gasolina)	-	0,2	0,3
FFA	10	0,1	(0,2)
Gasoil (Diesel)	(8)	(0,1)	0,7
Gasolina	(33)	0,2	0,2
GDO (Gasolina)	2	0,1	(0,0)
Naphtha (Gasolina)	-	(0,1)	(0,4)
Naphtha crack (Gasolina)	20	(0,2)	(0,1)
Rbob crack (Gasolina)	(30)	0,2	0,7
Diesel	46	(3,1)	(12,5)

Ptax venda 31/12/2024 6,1923

28.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia está associado a dificuldades para liquidação de seus passivos financeiros nos devidos vencimentos, em virtude de possíveis insuficiências de caixa ou de ativos financeiros. Para monitoramento desse risco, a Companhia centraliza a gestão do caixa na área financeira, trabalhando com previsões de fluxos de caixa que são revistas mensalmente e discutidas em fóruns e comitês executivos representativos.

As principais fontes de liquidez da Companhia derivam (a) do fluxo de caixa gerado por suas operações, (b) do saldo de caixa e aplicações financeiras e (c) de eventuais empréstimos e financiamentos. A Companhia acredita que essas fontes são adequadas para atender aos seus usos de fontes atuais, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

O fluxo não descontado a valor presente do principal e juros dos empréstimos e financiamentos, por vencimento, é apresentado a seguir:

	Consolidado							
Período	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**	**2030**	**2031 em diante**	**Total**
Principal	2.952	1.596	2.882	3.818	3.265	2.494	4.014	21.021
Juros	1.840	2.053	1.909	1.736	1.191	752	643	10.124
Total	**4.792**	**3.649**	**4.791**	**5.554**	**4.456**	**3.246**	**4.657**	**31.145**

O restante dos passivos financeiros possui expectativa de realização de curto prazo, e estão consequentemente classificados no passivo circulante, com exceção dos derivativos que possuem prazos diversos conforme divulgado nas notas acima.

28.3.1 Risco de crédito

A exposição ao risco de crédito na Companhia surge a partir do fornecimento de produtos a prazo, decorrente de suas operações comerciais usuais, das aplicações financeiras e instrumentos de proteção e instrumentos financeiros destinados à proteção (*hedge*).

28.3.2 Gerenciamento de risco de crédito

Risco de Crédito de Contrapartes Comerciais

A Política de Crédito e Cobrança da Companhia define esferas de aprovação para cada cliente considerando o valor solicitado e estabelece prazos de vigência de limites, de forma a permitir reavaliação periódica da situação de cada cliente com relação ao risco que este possa representar.

Na análise são avaliados os comportamentos de pagamento do cliente e de seu grupo econômico, as restrições de mercado, as garantias reais (hipotecas), as garantias pessoais (fianças) e realizadas análises de balanço. A Companhia utiliza-se de tabela de limite de competência aprovada pela Administração para concessão de crédito.

Risco de crédito carteira comercial

A carteira de crédito comercial da Companhia é bastante diversificada, atendendo clientes da rede automotiva e grandes consumidores, representados, principalmente, por indústrias, transportadoras, clientes governo e setor aéreo. A exposição ao risco de crédito está representada, principalmente, pelo saldo de contas a receber. A expectativa de liquidação desses recebíveis está detalhada na nota 6.

A carteira da Companhia somava R$ 17.416 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 18.473 em 31 de dezembro de 2024).

As perdas de crédito esperadas se baseiam em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras.

A Companhia avalia a estimativa de perdas dos créditos com base nos segmentos e histórico de pagamentos dos clientes. As taxas são calculadas considerando o comportamento dos últimos 3 anos, sendo reavaliadas trimestralmente.

A seguir a matriz atualmente vigente:

	A Vencer	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 365 dias	Mais de 365 dias
Clientes						
Rede de Postos	0,29%	75,67%	84,29%	88,90%	91,97%	100,00%
B2B	0,16%	34,11%	62,85%	73,85%	76,37%	100,00%

Risco de Crédito de instituições financeiras

Na análise de risco de crédito de instituições financeiras é realizado o acompanhamento da exposição com cada contraparte, sua qualidade de crédito e seus ratings de longo prazo publicados pelas agências de rating através de limites de: (i) Rating Mínimo em escala Local; (ii) PL Mínimo da Instituição Financeira; (iii) % de exposição ao PL da Instituição financeira e (iv) % de exposição máxima da Companhia a uma instituição financeira.

O crédito concedido a instituições financeiras, nas operações derivativos, está distribuído entre os principais bancos internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de riscos como Grau de Investimento e os mais importantes bancos brasileiros, conforme o rating a seguir:

Nome	País da agência bancária	Rating Escala Nacional	Agência de Risco	Rating Escala Global	Agência de Risco
Citigroup	Américas	BBB+	S&P	BBB+	S&P
Banco Bradesco	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco do Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Itaú Unibanco	Brasil	AAA	Fitch	-	-
Banco Safra	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Banco Santander S.A. - Brasil	Brasil	AAA	S&P	BB	S&P
Caixa Econômica Federal	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Citibank	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
Banrisul	Brasil	AA+	S&P	BB-	S&P
JP Morgan	Brasil	AAA	S&P	-	-
JP Morgan	Estados Unidos	-	-	A	S&P
Scotia bank	Canadá	-	-	A+	S&P
MUFG	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
MUFG	Brasil	AAA	S&P	-	-
BTG Pactual	Brasil	AAA	Fitch	BB	S&P
BNP	França	-	-	A+	S&P
BofA	Estados Unidos	-	-	A-	S&P
BRASIL (País)		AAA	S&P	BB	S&P
Vibra Energia S.A.	Brasil	AAA	Moody's	-	-

Garantias concedidas a clientes

A Companhia possui operações de financiamento de revendedores na venda de imóveis próprios, caracterizadas como “operações de vendor”, nas quais a Vibra emite garantias ao Santander, preservando a alienação fiduciária do bem até a quitação integral das obrigações pelos clientes. Nessas operações, o montante máximo de exposição, em 31/12/2024, é de R$ 236, sendo o último vencimento em nov/29.

28.4 Gestão de capital

A gestão do capital consiste no conjunto de processos que visam assegurar que a Companhia mantenha adequada base de capital para o desenvolvimento de suas atividades, fazendo face aos seus compromissos financeiros e riscos, almejando manter um perfil adequado de endividamento e garantindo retorno aos seus acionistas. A Companhia poderá alterar a sua estrutura de capital conforme as condições macroeconômicas, bem como em virtude do processo de desenvolvimento de projetos orgânicos e inorgânicos do portfólio.

	Consolidado	
	2024	**2023**
Financiamentos (nota 14)	20.449	14.770
Arrendamentos (nota 15)	359	748
Dívida bruta de financiamentos e arrendamentos	20.808	15.518
Instrumento Financeiro Derivativo (swap)	(875)	644
Dívida bruta após instrumento derivativo	19.933	16.162
Menos: caixa e equivalentes de caixa (nota 6)	(10.480)	(6.666)
Endividamento líquido	**9.453**	**9.496**

28.5 Mensuração ao valor justo

As mensurações do valor justo são classificadas em diferentes níveis em uma hierarquia, conforme descrito a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 - são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

A Companhia classifica um instrumento financeiro mensurado a valor justo como nível 3, quando um ou mais dos dados significativos não forem observáveis.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor justo estimado para os financiamentos da Companhia, calculado a taxas de mercado vigentes, é apresentado na nota explicativa 14.2.

29 Partes relacionadas

29.1 Transações comerciais e outras operações

29.1.1 Por empresa

	Consolidado					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
ES GAS	-	3	-	-	-	-
Evolua	-	-	-	-	133	319
Comerc	-	2	-	-	-	-
Vem Conveniência	-	26	-	-	-	-
Navegantes	2	1	29	14	-	-
Nordeste I	1	-	9	8	-	-
Zeg Biogás e Energia	1	-	11	-	-	-
	4	**32**	**49**	**22**	**133**	**319**
Total	**4**	**32**	**49**	**22**	**133**	**319**

	Controladora					
	Resultado		Ativo		Passivo	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Controladas da Companhia						
Fundo Invest.Imobiliário FCM	(67)	(75)	540	543	373	434
Vibra Trading B.V.	(33)	66	-	12	20	154
VBBR Conveniência	20	1	160	159	228	237
Vibra Trading Importação e Exportação Ltda.	1	-	11	1	9	-
	(79)	**(8)**	**711**	**715**	**630**	**825**
Empreendimentos controlados em conjunto da Companhia						
ES GAS	-	3	-	-	-	-
Evolua	-	-	-	-	133	319
Comerc	-	2	-	-	-	-
Vem Conveniência	-	26	-	-	-	-
Navegantes	2	1	29	14	-	-
Nordeste I	1	-	9	8	-	-
Zeg Biogás e Energia	1	-	11	-	-	-
	4	**32**	**49**	**22**	**133**	**319**
Total	**(75)**	**24**	**760**	**737**	**763**	**1.144**

29.1.2 Por operação

	Consolidado			Controladora		
	Resultado	**Ativo**	**Passivo**	**Resultado**	**Ativo**	**Passivo**
Resultado						
Variações monetárias e cambiais líquidas	-			(59)		
Receitas (despesas) financeiras líquidas	4			(26)		
Outras receitas e despesas	-			10		
Ativo						
Contas a receber (nota 7)		-			699	
Dividendos		1			13	
Outros ativos realizáveis a longo prazo		48			48	
Passivo						
Fornecedores			133			180
Outras contas e despesas a pagar			-			228
Arrendamentos			-			355
Em 31.12.2024	**4**	**49**	**133**	**(75)**	**760**	**763**
Janeiro a dezembro/2023	**32**			**24**		
Em 31.12.2023		**22**	**319**		**737**	**1.144**

Em 31 de dezembro de 2024, as compras de derivados de petróleo realizadas com a controlada Trading BV totalizam R$ 2.485 (R$ 5.499 em 31 de dezembro de 2023) e com a controlada Vibra Trading Importação e Exportação Ltda totalizam R$ 82. Em 31 de dezembro de 2024, as compras de álcool anidro e hidratado com a ECE (Evolua Etanol) totalizam R$ 4.151 (R$ 3.254 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 dezembro de 2024, a Companhia possui garantias prestadas a favor da Trading BV para as operações de compras realizadas por esta controlada até o montante de USD 1 bilhão (USD 1 bilhão em 31 de dezembro de 2023). Adicionalmente, a Companhia é garantidora de empréstimos obtidos pela Trading BV pelo montante de USD 80 milhões (USD 55 milhões em 31 de dezembro de 2023), além de garantias do tipo CSP – Credit Support Provider no valor de USD 50 milhões e Garantia Futures no valor de USD 2.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui garantias corporativas prestadas em favor da Comerc Participações no montante de R$ 202 (R$ 274 em 31 de dezembro de 2023).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui mútuo de R$ 29 com a Navegante Logística Portuária S.A., R$ 11 com a Zeg Biogás e Energia S.A e de R$ 8 para Nordeste Logística I S.A.

29.2 Remuneração da administração da Companhia

As remunerações totais dos membros do conselho de administração e da diretoria executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	Controladora							
	2024				2023			
Benefícios	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	**Total**	Diretoria Executiva (Estatutários)	Conselho de Administração	Demais membros de comitês estatutários	**Total**
Curto prazo	42,9	11,2	0,7	**54,8**	37,0	11,3	0,6	**48,9**
Pós-emprego	1,1	-	-	**1,1**	1,0	-	-	**1,0**
Remuneração baseada em ações	21,0	2,2	-	**23,2**	14,9	4,5	-	**19,4**
Total	**65,0**	**13,4**	**0,7**	**79,1**	**52,9**	**15,8**	**0,6**	**69,3**

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha seis membros na Diretoria Executiva (seis membros em 31 de dezembro de 2023) e seis membros no Conselho de Administração (oito membros em 31 de dezembro de 2023).

No consolidado a despesa com os honorários de diretores e conselheiros totalizou R$ 83 (R$ 69 em 31 de dezembro de 2023).

30 Informações adicionais às demonstrações dos fluxos de caixa

	Consolidado		Controladora	
	2024	2023	2024	2023
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa				
Arrendamentos	122	69	120	71
Capitalização de recebíveis em participações societárias	-	-	21	-
Incorporação de imóveis (*)	15	-	15	-
Outras transações				
Utilização de depósito judicial para pagamento de contingência	16	21	16	21

(*) Refere-se a imóveis recebidos como pagamento de dívidas (dação em pagamento) e em processos de desapropriações.

A Companhia adota a prática de apresentar os juros pagos como atividade de financiamento e os dividendos recebidos como atividade de investimento na demonstração dos fluxos de caixa.

Os fluxos de caixa das operações de risco sacado são apresentados como atividade operacional por representar pagamentos oriundos de aquisição de bens e serviços de natureza operacional.

31 Evento Subsequente

Aquisição de participação acionária na Comerc Energia S.A.

No âmbito da Operação, a Companhia adquiriu 181.514.631 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de, aproximadamente, 50% do capital social votante e total da Comerc. Essas ações foram adquiridas do Sr. Cristopher Alexander Vlavianos, dos Fundos Perfin Infra e dos Acionistas Originais Minoritários, conforme definidos e qualificados no Acordo de Acionistas da Comerc celebrado em 25 de fevereiro de 2022, e aditado na presente data. Com a conclusão da Operação, a Companhia passou a deter 358.309.951 ações ordinárias da Comerc, representando cerca de 98,70% do capital social votante e total da sociedade, consolidando, assim, o controle.

O preço total de aquisição devido pela Companhia foi de R$ 3.732 (“Preço de Aquisição”), correspondendo a R$ 20,56 por ação de emissão da Comerc. Desse valor, foi retida uma parcela como garantia contratual, sendo: (i) R$ 250 , a serem pagos no segundo aniversário da data de fechamento da Operação; e (ii) R$ 50, a serem pagos no quinto aniversário da data de fechamento, ambos devidamente atualizados pela variação positiva do CDI, calculado pro rata die, a partir da data do fechamento até o dia imediatamente anterior ao pagamento. Esses valores poderão ser substituídos por fiança bancária, conforme termos acordados. O saldo remanescente do Preço de Aquisição foi integralmente liquidado na data de fechamento da Operação.

O valor contábil dos ativos líquidos adquiridos foi de R$ 3.524, correspondente a 98,70% do montante total de R$ 3.570, com base na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2024. Informações contábeis resumidas sobre os ativos e passivos totais da Comerc, não proporcionalizadas, estão detalhadas na Nota 10.1 das demonstrações financeiras.

Até a data de autorização para emissão das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o laudo de alocação do preço pago pela aquisição da Comerc Energia S.A. ainda estava em elaboração. Dessa forma, os reflexos contábeis da operação, bem como as divulgações exigidas, serão apresentados nas informações financeiras do 1º trimestre de 2025 (1T25).

A aquisição da Comerc está alinhada ao planejamento estratégico da Vibra e permitirá agregar competências complementares em uma plataforma integrada de energia.

Aumento de capital social na Comerc Energia S.A.

Em 17 de janeiro de 2025, em assembleia geral extraordinária da Comerc Energia S.A., foi aprovado o aumento do capital social da Comerc em R$1,5 bilhão, mediante a emissão de 161.985.792 ações ordinárias pela Comerc, as quais foram totalmente subscritas e integralizadas pela Companhia. Em decorrência do referido aumento de capital, a Companhia passou a ser titular de 520.295.743 ações ordinárias de emissão da Comerc, representativas de 99,10% do capital social votante e total da Comerc.

Aprovação de Pagamento de Juros Sobre Capital Próprio

Em 24 de fevereiro de 2025, o Conselho de Administração da Vibra aprovou a distribuição de remuneração antecipada aos acionistas, sob a forma de Juros sobre o Capital Próprio (JCP), referente ao exercício social de 2025.

O montante bruto será de R$ 350, equivalentes a aproximadamente R$ 0,31403898619 por ação. Farão jus ao pagamento, os acionistas na posição acionária do dia 21 de março de 2025 (inclusive).

Processos não provisionados (perda possível)

Em 07 de fevereiro de 2025, a Companhia foi notificada de autuação pela Secretaria Estadual de Fazenda do Amazonas em processo que discute a incidência de ICMS sobre a variação nos volumes de combustíveis por sobras e faltas nos estoques da Cia, decorrentes da variação da temperatura, operacionalização e transporte dos produtos (nota 25.3, processos de natureza fiscal, item 2). De acordo com as estimativas da Companhia o risco financeiro envolvido é de R$77.

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM n° 480, de 7 de dezembro de 2009, o presidente e os diretores da Vibra Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Correia Vasques, 250, Rio de Janeiro, RJ, inscrita no CNPJ sob n° 34.274.233/0001-02, declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024;

(ii) reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no relatório da KPMG Auditores Independentes Ltda., relativamente às demonstrações contábeis da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças, Compras E RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável e ESG

FLAVIO COELHO DANTAS

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SÉRGIO AGAPITO LIRES RIAL

Presidente

CLÁUDIO ANTONIO GONÇALVES

Conselheiro

FABIO SCHVARTSMAN

Conselheiro

MATEUS AFFONSO BANDEIRA

Conselheiro

NILDEMAR SECCHES

Conselheiro

WALTER SCHALKA

Conselheiro

DIRETORIA EXECUTIVA

ERNESTO PERES POUSADA JUNIOR

Presidente

AUGUSTO RIBEIRO JUNIOR

Diretor Vice-Presidente Executivo de Finanças, Compras E RI

JULIANO JUNQUEIRA DE ANDRADE PRADO

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial B2B

CLARISSA DELLA NINA SADOCK ACCORSI

Diretora Vice-presidente Executiva de Energia Renovável e ESG

FLAVIO COELHO DANTAS

Diretor Vice-presidente Executivo de Comercial, Varejo e Inteligência de Mercado

MARCELO FERNANDES BRAGANÇA

Diretor Vice-presidente Executivo de Operações, Logística e Sourcing

CONTADOR

LUÍS CLÁUDIO SACRAMENTO BISPO

Contador - CRC - RJ – 077.292/O-2

1. INTRODUÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário("CAE") da Vibra Energia S.A.("VIBRA") é um órgão colegiado de assessoramento ao Conselho de Administração, de caráter permanente, instituído na forma do disposto no artigo 25 do Estatuto Social.

Atualmente, o Comitê é composto de 4 (quatro) membros, sendo: (i) 2 (dois) membros conselheiros de administração designados na reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de maio de 2024, dentre os quais, um exerce a função de Coordenador; (ii) 2 (dois) membros externos especialistas em contabilidade e finanças, não exercendo outra função na Companhia, em consonância ao exigido no artigo 22, inciso V do Regulamento do Novo Mercado.

São membros do Comitê: Conselheiro Mateus Affonso Bandeira (Coordenador), Conselheiro Claudio Antonio Gonçalves e Membros Externos Marco Antonio Mayer Foletto e Pedro Augusto de Melo (especialistas em contabilidade e finanças).

Destaca-se que todos os atuais membros do CAE atendem aos critérios de independência estabelecidos no artigo 31-C §2º da Resolução CVM 23/2021 e aqueles estabelecidos pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

A Administração da VIBRA é responsável por elaborar e garantir a integridade das demonstrações financeiras, gerir os riscos, manter sistemas de controles internos efetivos e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares.

A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando de forma ampla e com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos, contemplando as áreas e atividades mais sensíveis às operações e à estratégia da VIBRA.

Desde abril de 2017, a KPMG Auditores Independentes ("KPMG") é a responsável pela auditoria externa e independente das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e deve confirmar que elas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIBRA ENERGIA S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

No cumprimento de suas atribuições descritas no Regimento Interno, as análises e avaliações procedidas pelo CAE fundamentam-se em informações recebidas da Administração, da Auditoria Interna, dos auditores externos e dos executivos responsáveis pela gestão de riscos e controles internos da Companhia.

Em conformidade com o Estatuto Social e com os normativos aplicáveis, em especial, a Resolução CVM 23/2021 e pelo Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (B3), o CAE tem por finalidade assessorar o Conselho de Administração, atuando principalmente sobre: (i) a qualidade, transparência e integridade das demonstrações contábeis; (ii) a efetividade dos processos de controles internos e de gestão de riscos; (iii) a atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e dos auditores internos; e (iv) as transações com partes relacionadas.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES DO CAE NO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

No exercício de 2024, abrangido pelo presente relatório, o Comitê realizou 9 (nove) reuniões ordinárias, reunindo-se com as áreas de integridade, auditoria interna, auditores independentes, além dos vice-presidentes e diretores. O CAE também realizou reuniões conjuntas com o Conselho Fiscal, para análise e aprovação das demonstrações financeiras trimestrais e anuais da empresa.

Dentre as atividades realizadas durante o exercício social de 2024, cabe destacar a abordagem dos seguintes temas:

Auditoria Independente

- Avaliação das principais conclusões dos auditores independentes ao término de cada revisão das Informações Trimestrais (ITRs) ao longo de 2024 e parecer sobre as demonstrações financeiras;
- Revisão e discussão com os auditores independentes sobre os PAAs – Principais Assuntos de Auditoria identificados em seu exame;
- Avaliação do relatório de recomendações dos auditores independentes sobre os controles internos;
- Supervisão das atividades da auditoria independente a fim de avaliar a independência e qualidade.

Auditoria Interna

- Análise do planejamento de trabalhos da auditoria para o exercício 2025, com recomendação para aprovação do plano pelo Conselho de Administração;
- Acompanhamento da execução do plano dinâmico de auditoria interna e de seus resultados, tomando conhecimento das recomendações e planos de ação;
- Acompanhamento dos relatórios da Auditoria Contínua;
- Avaliação do Programa de Qualidade da Auditoria Interna;
- Acompanhamento da avaliação da Auditoria Interna;

Integridade

- Acompanhamento do reporte das denúncias recebidas por meio do Canal de Ética;
- Acompanhamento periódico das ações relacionadas à gestão integrada de riscos corporativos e do monitoramento de fraudes;
- Acompanhamento de ações relacionadas aos riscos cibernéticos e de segurança da informação;
- Monitoramento da qualidade e integridade dos mecanismos de controles internos;

Gestão Financeira

- Acompanhamento do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras Intermediárias e anual Individuais e Consolidadas da Companhia;
- Elaboração do orçamento deste Comitê;
- Avaliação dos impactos sobre novas normas de sustentabilidade (IFRS S1 e S2);
- Acompanhamento dos aspectos contábeis relativos à aquisição da Comerc;
- Acompanhamento das movimentações das contingências e provisões judiciais.

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da VIBRA, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, realizaram exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas dos relatórios dos auditores independentes e da Administração, relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão, o Comitê de Auditoria Estatutário entende que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024 foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e, portanto, recomenda sua aprovação pelo Conselho de Administração da Companhia, para posterior submissão à Assembleia Geral de Acionistas.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

Mateus Affonso Bandeira

Coordenador do Comitê de Auditoria Estatutário

Claudio Antonio Gonçalves

Conselheiro

Marco Antonio Mayer Foletto

Membro Externo

Pedro Augusto de Melo

Membro Externo

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da VIBRA ENERGIA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício de 2024 e suas respectivas notas explicativas, o Relatório Anual da Administração, a destinação do resultado do Exercício 2024 com proposta de distribuição de dividendos, proposta de orçamento de capital para 2025 e proposta de alteração do art. 4º do Estatuto Social, em razão do aumento do capital social, mediante a capitalização de saldo de reserva legal e de retenção de lucro.

Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício e no Relatório dos Auditores Independentes – KPMG Auditores Independentes, sem ressalvas, emitido nesta data, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025.

Gueitiro Matsuo Genso

Presidente

Vitor Paulo Camargo Gonçalves

Conselheiro

Rinaldo Pecchio Junior

Conselheiro

KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Vibra Energia S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Vibra Energia S.A ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Vibra Energia S.A em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1 - Processos judiciais e Contingências

Conforme Nota Explicativa nº 26 e 16.1 das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
A Companhia é parte ativa e passiva em processos judiciais de natureza fiscal, civil e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades. Adicionalmente, no exercício de 2024, a Companhia reconheceu créditos tributários. A avaliação da classificação de perda ou ganho dos processos e sobre o reconhecimento do crédito tributário, pela Administração da Companhia, é apoiada em opiniões de consultores jurídicos, internos e externos, que consideram critérios e premissas que envolvem elevado grau de julgamento, tais como precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Esse assunto foi considerado como significativo em nossa auditoria em função do reconhecimento e mensuração de provisões, passivos contingentes e causas ativas requererem que a Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores envolvidos, a probabilidade de saída de recursos ou entrada de benefícios econômicos e a existência de uma obrigação presente dos processos judiciais passivos ou ganho praticamente certo dos processos ativos dos quais a Companhia é parte envolvida.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: • O entendimento dos processos adotados pela Companhia associados a captura dos processos judiciais e administrativos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação das provisões para contingências, passivos contingentes e créditos tributários. • Avaliação das estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores legais, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores reconhecidos contabilmente e/ou divulgados. • Avaliação das informações relacionadas a natureza, datas, valores e expectativas de desfecho relativas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia, por meio de confirmação direta com os consultores jurídicos internos e externos e demais documentos produzidos pela Companhia.

	• Envolvimento dos nossos especialistas em Impostos e Jurídico para avaliar a conclusão dos consultores jurídicos internos e externo sobre o mérito e mensuração de casos específicos reconhecidos durante o exercício. • Analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações contábeis estão de acordo com os requerimentos aplicáveis e fornecem informações sobre a natureza, exposição e valores reconhecidos ou divulgados. No decorrer da nossa auditoria do ano anterior foi identificada uma subavaliação na mensuração de créditos tributários, o qual foi integralmente registrado e divulgado pela administração no exercício corrente, por ter sido considerado imaterial. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os saldos reconhecidos contabilmente, e as divulgações correlatas, são aceitáveis no contexto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

– Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

– Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

– Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

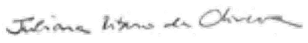
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Juliana Ribeiro de Oliveira
Contadora CRC RJ-095335/O-0

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.